

POLÍTICA:
**POR MAIS PREFEITAS
E VEREADORAS
EM 2024**

VIOLÊNCIA:
**PROTEÇÃO ÀS
MULHERES VOLTA A
SER PRIORIDADE**

AMOR AO ENSINO:
**SEIS TRABALHADORAS
CONTAM SUAS
HISTÓRIAS**

ANO 22 • VOL. 1
N. 22 • EDIÇÃO 2024

Mátria

PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE



Para sempre Raquel Guisoni

**A feminista que
fortaleceu a luta
pela educação**



Mátria

ANO 22 • VOL. 1 • N. 22 • EDIÇÃO 2024



FOTO DA CAPA Arquivo da família

COORDENAÇÃO DA REVISTA MÁTRIA

Berenice D'arc (Secretária de Relações de Gênero da CNTE)

REDAÇÃO E EDIÇÃO Frisson Comunicação

DIREÇÃO EXECUTIVA Ana Paula Messeder

JORNALISTA RESPONSÁVEL João Paulo Rabelo 8309/DF

EDIÇÃO João Paulo Rabelo

REVISÃO Rafael Pereira

REPORTAGEM Alexandre Dolabela, Amanda Vieira, Ana Paula Sousa, Elisângela Colodeti, João Paulo Rabelo e Kátia Maia

COLABORAÇÃO Fátima Silva (Secretária Geral)

FOTOGRAFIA Arquivo Mátria

ILUSTRAÇÕES Bruno Soares

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Bruno Soares e Noel Fernández Martínez

IMPRESSÃO Gráfica Positiva

TIRAGEM 10 mil exemplares



SRTVS, Q. 701, Conjunto D, Nº 100, Bloco B, Salas 404 e 406

Centro Empresarial Brasília, Brasília-DF, CEP: 70340-907

Fone: (61) 3964-8104 | www.frisson.com.br | atendimento@frisson.com.br

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) - ano 22 (mar. 2024/mar. 2023 - Brasília: CNTE, 2003 - Anual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Biblioteca: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817



SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106

CEP: 70393-902 » Brasília-DF, Brasil.

Tel.: + 55 (61) 3225.1003

www.cnte.org.br » cnte@cnte.org.br

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



/CNTEBRASIL



/CNTE_OFICIAL



/CNTEBRASIL



/CNTEBRASIL

1

EDITORIAL

CNTE

Poder feminino para reerguer a nação



54

ENCARTE TEÓRICO

O AVANÇO DA PAUTA DE COSTUMES E COMO ISSO AFETA AS MULHERES

ANA PRESTES

REPORTAGENS

VIOLÊNCIA

POR ELAS. PARA ELAS 3

DIREITOS DA MULHER

APÓS QUASE SETE ANOS ENFRAQUECIDO, CNDM RETOMA POSIÇÃO DE DESTAQUE NA LUTA CONTRA A MISOGINIA 12

MULHERES NA POLÍTICA

O PODER TAMBÉM HÁ DE SER DELAS 15

MERCADO DE DESIGUALDADES

FORÇA DE TRABALHO FEMININA SEGUE DESVALORIZADA 23

MULHERES NA ESCOLA

OS HORIZONTES DA EDUCAÇÃO 28

CAPA

RAQUEL GUISONI: EDUCADORA, MILITANTE, FEMINISTA E REVOLUCIONÁRIA 40

INTERNACIONAL

REDE DE TRABALHADORAS DA AMÉRICA LATINA: UMA HISTÓRIA DE FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DE MULHERES NO MEIO SINDICAL 46

CONAE 2024

QUESTÕES DE GÊNERO E IGUALDADE GANHAM FOCO EM DEBATES PARA EDUCAÇÃO FUTURA 62

DIVERSIDADE

PELO DIREITO DE SEREM ELAS MESMAS 66

PENSADORAS NEGRAS

PENSADORAS E AUTORAS NEGRAS BRASILEIRAS: UMA REESCRITURA DO BRASIL 72

NEGÓCIOS COM PROPÓSITO

DO XAMPU EM BARRA À BOLSA RECICLÁVEL 76

ARTICULISTAS



10

LUCIA RINCON

Violência contra a mulher. Mais uma vez: basta!



20

VANJA ANDRÉA SANTOS

Avanços e Retrocessos nas Políticas para Mulheres



70

VALESKA ZANELLO

Letramento de gênero nas escolas: quebrando os machistas, promovendo transformação

82 GIRO

83 INTERAGINDO

84 SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Confira também a versão eletrônica no site: www.revistamatria.com.br

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

Poder feminino para reerguer a nação

O ano de 2024 começou com milhares de pessoas em Brasília planejando o futuro da educação pública. Na Conferência Nacional de Educação (Conae), foi dada a largada para fazer um novo PNE (Plano Nacional de Educação). Após mais de oito anos sendo governado por lideranças que desonraram a sociedade, o Brasil viu na Conae uma demonstração de força e união dos trabalhadores/as para reconstruir nosso país.

É com esse espírito de renovação e esperança que é lançada a 22ª edição da Revista *Mátria*, cuja capa estampa uma merecida homenagem à Raquel Guisoni, grande idealizadora desta publicação anual da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Militante, feminista e revolucionária, Raquel foi voz ativa na luta pela igualdade de gênero em momentos diferentes da nossa História, além de ter deixado um legado de amor à educação e à causa sindical. Esse sentimento também é destaque na reportagem que traz o perfil e a rotina de seis trabalhadoras da educação de cinco regiões do Brasil: Jennifer, Mirtes, Andressa, Priscila, Janete e Dionísia. Em “Os horizontes da educação”, tem-se o registro de mulheres que mostram que a qualidade do ensino aprendizagem passa pela combinação de habilidades técnicas com a capacidade de se adaptar e transformar realidades.

Vamos conhecer ainda histórias de mulheres que conseguiram tirar do papel projetos de economia solidária que geram renda, empregam mais gente e trazem benefícios socioambientais necessários para o planeta – exemplos de inclusão produtiva da mulher no mercado de trabalho. Já na política, apesar de ainda estarmos engatinhando na temática de inclusão da mulher em cargos eletivos, a reportagem “O poder também há de ser delas” registra os avanços e os desafios que podem ser percebidos até agora (as eleições municipais 2024 estão vindo aí: que tal usar a matéria para se inspirar e incentivar o voto em candidatas às prefeituras e câmaras em nossas cidades?). Outro texto desta edição para ser usado como ferramenta de conscientização é o que traz casos de violência contra a mulher – e o que há de novo no direito para aumentar a proteção desse público contra crimes de misoginia. Esperamos que a pauta, sempre recorrente aqui na *Mátria*, sirva de encorajamento à denúncia para aquelas que se calam e sofrem sozinhas em casa. Os avanços e retrocessos nas políticas para as mulheres, a importância do letramento de gênero nas escolas e como o avanço da pauta de costumes prejudica a causa feminista completam o cardápio de pautas da revista.

Que a Revista *Mátria* estimule atitudes positivas em sala de aula e em toda a sociedade – e que você seja um elo indispensável para reerguer a nossa nação.

Boa leitura!
Diretoria Executiva da CNTE



POR ELAS. PARA ELAS.

Após anos de retrocesso político e aumento no número de feminicídios, proteção às mulheres vítimas de violência volta a ser prioridade

Por Elisangela Colodeti
e Alexandre Dolabela

“ Eu falei com o juiz: ‘você acabou de assinar minha certidão de óbito’. Ali acabou meu chão, acabou minha vida”. Com essas palavras, a mineira Paola Pereira, 40, deixou o julgamento do ex-marido, por tentativa de feminicídio, em 16 de março de 2018. Segundo ela, depois de tentar tirar a vida da esposa e das filhas explodindo um botijão de gás, ele não passou sequer um dia preso. “O juiz falou comigo que ninguém mata ninguém com botijão de gás e um isqueiro, e que não era uma tentativa de homicídio. O que eu tenho é só esse papel, essa medida protetiva que o juiz me deu”.

Paola afirma que o ex-companheiro não respeita a determinação de afastamento. Ela diz que há cinco anos recebe ameaças e se muda constantemente de cidade, dentro do Estado de Minas Gerais, para proteger a família. “Dentro da delegacia da mulher, em Contagem (MG), o policial falou comigo que eu gostava de apanhar e que estava dando trabalho a eles.”

O Ministério Público de Minas Gerais ofereceu uma opção a ela. “Fizeram uma proposta de me tirar do Estado, e mudar minha identidade. Não tinha como eu aceitar, porque só minhas filhas mais novas poderiam ir comigo”, conta Paola. Mãe de quatro filhas, ela diz que, no Sistema Único de Saúde, foi disponibilizado acompanhamento psicológico apenas para ela, não se estendendo às meninas.

“Consequência do retrocesso dos últimos 6 anos”

A história de Paola ilustra o retrocesso nas políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o número de casos de feminicídio no Brasil cresceu 6,1% em 2022, num total de 1.437 mulheres mortas. Os acionamentos ao 190, número de emergência da Polícia Militar, chegaram a 899.485 ligações, o que significa uma média de 102 acionamentos por hora.

De acordo com o relatório, o desfinanciamento das políticas de proteção à mulher é um dos principais motivos para o problema. No período (2018 a 2021), foi destinado o menor recurso, em uma década, para as ações de enfrentamento aos crimes de misoginia. A verba destinada caiu de R\$100,7 milhões em 2020, para R\$9,1 milhões, em 2021. A justificativa para a redução foi a adoção de ‘políticas transversais’, que englobariam diversas áreas de promoção dos direitos humanos, ao mesmo tempo.

Além disso, medidas como a flexibilização do porte de armas são apontadas por especialistas como fatores agravantes da violência contra as mulheres. Mais de um milhão de novas armas entraram em circulação, segundo dados do Anuário Brasileiro da Segurança Pública, publicado em junho de 2022.

A cientista política Marlise Matos, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher (Nepem) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), afirma que, numa sociedade profundamente marcada pela cultura patriarcal, como a brasileira, a liberação do uso de armas coloca as mulheres em uma situação de risco ainda maior. “A flexibilização aumenta o número de crimes com uso de armas de fogo, especialmente no ambiente doméstico. Esse é um fenômeno já identificado no mundo todo”.

Os discursos de ódio contra as mulheres também se tornaram mais frequentes. Segundo uma pesquisa feita pela em 2022 pela Central Nacional de Denúncias da Safernet, ONG brasileira de proteção aos Direitos Humanos no ambiente digital, no primeiro ano, o número de casos de ataques por misoginia aumentou 1639,5%. Denúncias de racismo e de xenofobia registraram aumento de 595,5% e 262%, respectivamente.

Marlise Matos frisa que, apesar de não se poder fazer uma relação de causalidade estrita, o contexto de autorização pública da violência estimulou o incremento das formas de agressão contra as mulheres. “Quando você tem um governante máximo, o presidente de um país, fazendo discursos misóginos absurdos, isso dispara os gatilhos para que outros homens se sintam desresponsabilizados por usar a violência”.

A cientista acrescenta ainda que o aumento da violência se dá como consequência do retrocesso dos últimos 6 anos. “Tivemos, num



Foto: Vinicius Leão

contexto de pandemia, homens que se viram ameaçados pelo avanço das mulheres. Além disso, um governo que desfinanciou ações de enfrentamento à violência e, ainda, estimulou a misoginia. A gente está vendo o resultado dessa estrutura extremamente perversa.”

“Já escapei da morte várias vezes”

A professora Maria da Penha e Silva, 46, saiu da própria casa, na comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, distrito de Salgueiro (PE), para morar de aluguel, depois que as ameaças do ex-companheiro se tornaram frequentes. “Já estávamos separados, mas ele insistia em voltar a morar comigo. Um dia, eu estava trabalhando, na escola, e ele foi até ao local

Paola Pereira, 40, vítima de tentativa de feminicídio pelo marido, que tentou matá-la explodindo um botijão de gás

do meu trabalho dizendo que queria entrar na casa. Nesse mesmo dia, eu levei meus filhos para outro lugar”.

Enquanto estavam juntos, por oito anos, Maria lembra-se de ter escapado da morte diversas vezes e diz ter sofrido todos os tipos de agressão. “Ele é usuário de drogas e bebe muito. Meu maior medo era de que alguém viesse fazer alguma coisa com meus filhos. Passava noites sem dormir”.

Assim como Maria da Penha, em 2022, mais mulheres sofreram violência dentro de casa. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, houve um aumento de quase 3% no número de agressões em contexto doméstico. Foram 245.713 registros. A quantidade de ameaças aumentou 7,2%, resultando

em 613.529 casos. Todos os dias, aproximadamente 670 mulheres foram até uma delegacia para denunciar um episódio de violência no lar.

Na justiça, Maria da Penha teve acesso a uma medida protetiva. Ainda assim, ela vive com medo do descumprimento da Lei, e de ser vítima de novos ataques. “Tenho medo de ele aparecer a qualquer momento”.

Segundo especialistas, é assim que vive a maioria das vítimas de violência doméstica no Brasil. Para a promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MPSP), Valéria Scarance, autora do livro “Lei Maria da Penha”, o Brasil está longe de oferecer a segurança necessária para que as mulheres possam viver em paz. Segundo ela, a punição para os crimes de misoginia é considerada

Em busca segurança, Maria da Penha, 46, abandonou a própria casa para viver de aluguel em outro lugar



Foto: Kéka Oliveira (Cronulas Vídeo)

incompatível com a gravidade do problema. “São inúmeros os inquéritos e processos em que ocorre a prescrição. As penas por crimes graves como a ameaça são ínfimas, de poucos meses”, afirma.

Por outro lado, a promotora ressalta a importância de mudanças recentes, como a conscientização popular quanto às diversas formas de violência, a criação de serviços especializados em todos os Estados, o pagamento de pensão especial para órfãos dos feminicídios e alterações legislativas, como no caso da Lei Maria da Penha, de 2006. “Agora as medidas protetivas podem ser estendidas aos dependentes da mulher em situação de violência, não dependem do registro de boletim de ocorrência, nem da existência de um processo civil ou criminal. Elas ficam condicionadas apenas à existência de perigo, ainda que o inquérito seja arquivado, ou o réu absolvido por falta de provas”, explica.

Uma das maiores conquistas no campo do direito das mulheres, em 2023, foi a inconstitucionalidade do uso da tese da legítima defesa da honra em casos de feminicídio. Em agosto, a proposta foi aceita, por unanimidade, no Supremo Tribunal Federal. Também foi criada a Campanha ‘Brasil sem Misoginia’ que busca mobilizar a sociedade para mudanças de comportamento, em prol da segurança das mulheres.

Em casos como o de Paola Pereira, nos quais haja descumprimento da medida protetiva, o programa ‘Casa da Mulher Brasileira’ pode servir como alternativa. Por meio dele, mulheres encontram teto e proteção. Inaugurado em 2015, em Campo Grande (MS), o projeto teve o financiamento ampliado. Até 2026, a expectativa é que haja pelo menos 40 espaços de acolhimento e acompanhamento de vítimas de violência doméstica. Atualmente, existem oito: em Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Boa Vista (RR), São Luís (MA), Salvador (BA) e Ceilândia (DF).

“O juiz falou comigo que ninguém mata ninguém com botijão de gás e um isqueiro, e que não era uma tentativa de homicídio”

Para que mais direitos sejam garantidos, Valéria Scarance ressalta que, além de investimentos em espaços de proteção, e de iniciativas que facilitem e equilibrem os modos de punição aos criminosos, é preciso incentivar a prevenção à violência. Ela cita o exemplo dos projetos de recuperação dos agressores. “Muitos autores de violência que participam de programas específicos não reincidem”, explica.

A Ouvidoria da Mulher, pensada e instituída no Conselho Nacional de Justiça, se insere na agenda afirmativa da igualdade de gênero e de raça expressa nas políticas públicas construídas no âmbito do Poder Judiciário. Em 2023, o canal de atendimento da Ouvidoria Nacional da Mulher recebeu, até novembro, 349 manifestações.

Para a Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e Ouvidora Nacional da Mulher, Maria Helena Mallmann, as mulheres estão passando a confiar mais nos canais de denúncia, mas ainda há muito o que ser feito. “Ao acolher cidadãos e cidadãs, encaminhamos seus depoimentos e arquivamos dados, com o objetivo de contribuir na formulação das políticas institucionais, bem como de discutir e implementar ideias sobre novas formas de proteção e aumento da eficácia daquelas já existentes”, explica.

“Recomeço”

Adriana Caeiro, vítima de violência doméstica, se tornou uma ativista pelos direitos das mulheres e escreveu o livro “Parece amor, mas é abuso”. Nele, a terapeuta fala sobre a importância da conscientização. Ela explica

que faltam políticas de educação que possam ajudar meninas e mulheres a reconhecer a estrutura machista patriarcal. “Já deveriam ser feitas palestras sobre os tipos de abuso, os tipos de manipulação, para adolescentes, nas escolas. Inclusive, isso é uma coisa que eu tentei fazer e não consegui. Me falaram que é um assunto muito pesado.”

A escritora diz que, enquanto vivia o relacionamento abusivo, a compreensão foi possível a partir da leitura de uma publicação no Facebook. “Era um post dizendo assim: ‘O manual do relacionamento abusivo’. Se ele tinha 10 slides, eu vivia 12. Conforme eu fui lendo, fui me identificando e, então, eu encontrei o nome do que eu vivia”.

Foram 16 anos de abusos e agressões. Adriana conta que sofreu violência patrimonial, psicológica e física. “Eu fiquei com o olho roxo e ele fez um jogo de manipulação comigo. Ele me levou à delegacia para denunciá-lo. Porém, chegando lá, ele disse que me amava, mas entenderia se eu registrasse a ocorrência. No fim das contas, eu achei que era culpada e o perdoei”.

Apesar das dificuldades e da longa duração da jornada, após quebrar o ciclo de violências, ainda há otimismo e esperança. “A gente acha que não vamos viver sem aquela pessoa, de tanta dependência emocional”, afirma Adriana. “Então eu sempre afirmo que há vida feliz após o abuso. Essa pessoa que agora não vê saída, ela vai conseguir também. Que ela tenha fé, esperança e coragem”.

Depois de se livrar dos abusos, que duraram 13 anos, Paola encontra nas filhas a força para seguir em frente. “Eu tô conseguindo sobreviver. Deus é mais. Minha menina agora vai se formar, no ensino médio. Tô super feliz, sabe? Estou conseguindo criar as minhas filhas com muita dignidade”.

Respostas

Sobre as denúncias de Paola Pereira, o juiz disse que o acusado ficou preso cautelarmente por quase três meses, em fato classificado como tentativa de homicídio. Posteriormente, o magistrado afirma que acatou a decisão da promotoria, que alegou desclassificação do crime por falta de provas. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais afirmou que não comenta decisões judiciais.

A Polícia Civil de Minas Gerais não respondeu diretamente à denúncia de mau atendimento sofrido por Paola na delegacia de Contagem. Informou apenas que prioriza o acolhimento qualificado e humanizado às mulheres vítimas de violência nas 69 delegacias de atendimento especializado do Estado de Minas Gerais.

Quanto ao protocolo de atendimento e o acolhimento oferecido pelo SUS em casos de agressão doméstica (física e psicológica), a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais informou que está em construção, junto ao Ministério do Estado, uma Nota Técnica Orientadora e Fluxo Geral de Atendimento às Vítimas. O documento deverá ser aprovado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do SUS-MG, instância deliberativa que reúne representantes do Estado e dos Municípios.

“Quando você tem um governante máximo, o presidente de um país, fazendo discursos misóginos absurdos, isso dispara os gatilhos para que outros homens se sintam desresponsabilizados por usar a violência”

Ambiente escolar: terreno propício para o enfrentamento da misoginia



Revista Matria (RM) - Quais ações o Ministério das Mulheres pretende implementar para inibir a violência contra as mulheres no Brasil?

Cida Gonçalves (CG) - A raiz do problema é a misoginia, que é o ódio contra as mulheres. Um outro ponto importante é que a mobilização 'Brasil sem Misoginia' faz parte de um conjunto de ações que temos realizado no Ministério das Mulheres. Em março de 2023, retomamos o 'Programa Mulher Viver sem Violência', que havia sido suspenso nos últimos seis anos. No âmbito deste programa, anunciamos a implementação de 40 'Casas da Mulher Brasileira', a reestruturação do 'Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher', unidades de atendimento móvel para mulheres do campo e da floresta e outras ações que contemplem a diversidade cultural e a dinâmica territorial das mulheres brasileiras.

Em agosto, também lançamos o 'Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios', uma iniciativa com

ações estratégicas e formativas para uma mudança estrutural da sociedade. O Ministério das Mulheres coordena o Comitê Gestor do Pacto, que reúne 10 ministérios e a Casa Civil para formular, implementar, monitorar e avaliar ações governamentais de prevenção aos feminicídios.

Temos, ainda, fortalecido o relacionamento com as secretarias de Mulheres estaduais e municipais e temos investido em cursos de formação para órgãos governamentais e para a sociedade civil, a fim de fortalecer as políticas públicas voltadas para a vida e os direitos das mulheres. Somente nos últimos três meses de 2023, lançamos cinco editais, somando mais de R\$ 15 milhões, focados em estruturar secretarias de Mulheres e Centros de Referência em todo o país, financiar a compra de tornozeleiras eletrônicas para agressores, investir em projetos de lavanderias públicas e estimular a capacitação em autonomia econômica e empoderamento de mulheres.

Em entrevista à Revista Matria, Ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, lembra que as escolas precisam ser ambientes seguros para que meninas e meninos aprendam a reconhecer violações

Foto: Geovana Albuquerque

RM – Como a campanha ‘Brasil sem Misoginia’ coíbe os discursos de ódio na internet contra as mulheres?

CG - O Ministério das Mulheres está se empenhando em desenvolver ações conjuntas com grandes empresas de tecnologia para combater o discurso de ódio propagado em sites e canais que lucram com os ataques à dignidade das mulheres. É uma ação transversal, que já teve adesão de cerca de 139 empresas privadas e públicas, organizações e movimentos sociais, grupos religiosos, clubes e torcidas organizadas, além de governos e outros ministérios, como Cultura, Transportes e Esportes. Todos se comprometeram a realizar ações de enfrentamento à misoginia.

Além disso, é uma forma de pautar o debate na sociedade, estimular campanhas de utilidade pública sobre o tema, popularizar a palavra e fazer a sociedade compreender que a misoginia é a raiz de todas as formas de violência e desigualdades contra as mulheres.

RM - O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o uso da tese da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres. Como a senhora avalia esta decisão?

CG - A decisão do STF põe fim a esta argumentação que sempre foi inconstitucional, mas que era amplamente aceita nos tribunais em virtude da estrutura patriarcal e misógina do Judiciário e da nossa sociedade. Essa decisão é um passo no fortalecimento da democracia brasileira.

RM - De que forma o ambiente escolar pode contribuir na luta contra a misoginia?

CG - O ambiente escolar repete as opressões existentes na nossa estrutura de sociedade, mas ali o

“
Anunciamos a implementação de 40 ‘Casas da Mulher Brasileira’ e a reestruturação do ‘Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher’, unidades de atendimento móvel para mulheres do campo e da floresta.
”

terreno é propício para o debate e o enfrentamento dos preconceitos, das discriminações e violências. As escolas precisam ser ambientes seguros para que meninas e meninos aprendam a reconhecer violações,

violências e estejam munidas, especialmente elas, de ferramentas para enfrentá-las. Os meninos também devem ser ensinados a respeitar as diferenças e a reconhecer a igualdade de direitos.

A Lei Maria da Penha também estabelece que o tema seja amplamente discutido no ambiente escolar. É enganoso pensar que a escola não deve tratar de assuntos do cotidiano dos alunos, por vezes, essas meninas só terão na figura das professoras e professores a segurança necessária para romper com situações de abusos.

Recentemente, um estudo da Unicamp apontou que, de 36 ataques armados a escolas desde 2001 no Brasil, 100% dos autores eram homens e a maioria das vítimas (60%), mulheres. Em setembro de 2023, veio à tona um vídeo de alunos de Medicina da Universidade Santo Amaro (Unisa), em São Paulo, que chocou o Brasil e jamais pode ser normalizado — os estudantes exibiram as partes íntimas e fizeram atos obscenos durante um jogo de vôlei feminino. Isso deve ser combatido com o rigor da Lei, mas também por meio da educação, seja por protocolos e parceria com o Ministério da Educação, seja por meio de campanhas educativas.

MISOGINIA

Segundo o dicionário Priberam, o significado de misoginia é: aversão ou desprezo pelos indivíduos do sexo feminino.



Foto: arquivo pessoal

Profa. Dra. Lucia Rincon

Professora, historiadora e doutora em educação. Presidenta da Associação de Professores da PUC Goiás (3 mandatos) e uma das fundadoras da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que presidiu de 2014 a 2017. Integrante do Fórum Nacional de Mulheres do PCdoB e do CPM-GO. Uma das reorganizadoras do PCdoB Goiás, integrante do CE do PCdoB-GO e do Comitê Central.

Violência contra a mulher. Mais uma vez: basta!

A violência contra as mulheres foi vigorosamente alimentada pelo fascismo nos últimos anos no Brasil. Mas, vivemos dias de alimentar a Esperança!! Os anos de governo de direita e de fascismo abriram as portas para que a maldade se manifestasse em todas as suas dimensões e espaço, provocando-nos para seu combate ainda mais ferrenho e cotidiano. Os dados provam que nesses anos a violência contra as mulheres também registram forte aumento e a vida cotidiana não registrada pelas pesquisas, escancaram o machismo e a força do patriarcado em todos os espaços.

Em novembro de 2023, o Senado Federal lançou o Mapa Nacional da Violência de Gênero e, por meio da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher do Instituto DataSenado entrevistou, em sua 10ª edição, mais de 21 mil mulheres pelo País. O estudo na atualidade é o maior do gênero e traz o dado inédito de subnotificação policial, bem como revela que 30% das mulheres do País já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem.

Ou seja, três entre cada dez brasileiras já sofreram violência doméstica provocada por homens, o que corresponde a 25,4 milhões de brasileiras. Desse total, 22% declararam que algum desses episódios de violência ocorreu nos últimos meses. De acordo com o estudo,

quanto menor a renda, maior a chance de a mulher sofrer violência doméstica, tornando mais difícil e triste ainda, a vida dos diferentes setores da classe mais pobre do povo brasileiro

Intensifica-se a gravidade da violência contra a mulheres quando se sabe que as brasileiras têm vivenciado a primeira agressão ainda muito jovens, entre 19 a 24 anos, marcando toda sua existência. Para além de o feminicídio ter crescido 2,6% do no 1º semestre de 2023 em relação ao mesmo período de 2022, registrando 722 casos, a pesquisa publicada pelo Instituto DataSenado apontou que a violência psicológica é a mais recorrente (89%), seguida pela moral (77%), pela física (76%), pela patrimonial (34%) e pela sexual (25%). Cerca de metade das agredidas (52%) sofreram violência praticada pelo marido ou companheiro, e 15%, pelo ex-marido, ex-namorado ou ex-companheiro.

Mas, importante para esse momento que, sob a égide de novas políticas públicas, momento de florescer a esperança alimentada pelo balanço altamente positivo do primeiro ano de gestão do governo Lula, é ver que o documento também registra que a maior parte das vítimas tem conseguido terminar casamentos abusivos e que também é majoritária a parcela de vítimas que estão saindo de namoros violentos.

Silêncio que pode até matar

Foi majoritária a percepção nos dados divulgados pelo estudo de que as mulheres que sofrem agressão se calam perante a violência e elas próprias acreditam (62%) que apenas a menor parte denuncia o fato às autoridades. Parcela significativa, 22%, é ainda mais pessimista e acredita que elas simplesmente não denunciam. Uma agravante é o medo e, na opinião de 73% das brasileiras, ter medo do agressor leva uma mulher a não denunciar a agressão na maioria das vezes. A falta de punição e a dependência financeira são outras situações que, para 61% das brasileiras, levam uma mulher a não denunciar a violência na maioria das vezes.

Desconhecimento

As políticas públicas de gênero em plena instalação nos ministérios brasileiros, contribuirão para alterar o quadro apresentado pela pesquisa de que para 48% das mulheres pesquisadas, não conhecer seus direitos leva uma mulher a não denunciar a agressão na maioria das vezes.

Escola como um ambiente de prevenção

Mas o tema pode e tem sido trabalhado nos currículos escolares e alguns exemplos podem ser registrados.

Além do programa “Maria da Penha vai à Escola” iniciado no Distrito Federal em 2021, a Lei Federal 14.164/2021 criou a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, em que escolas públicas e privadas, no mês de março, devem propor atividades para conversar sobre violência de gênero. No entanto,

ainda não há índices para acompanhamento da aplicabilidade da lei.

Em São Paulo, o Programa “Violência Contra a Mulher Não é Normal” desenvolveu a capacitação de profissionais da educação que atuam na rede pública de ensino do estado em 2022.

Há 15 anos, o Projeto Curta Maria trabalha a temática da violência de gênero na escola por meio do audiovisual. São promovidas jornadas de produção de vídeos e, no final, as alunas e os alunos podem realizar curtas que concorrem a prêmios. Criado por Maria José Rocha, o trabalho é realizado pela Casa da Educação Anísio Teixeira. O projeto já foi reconhecido pelo Banco Mundial e, em 2016, contemplado pela Casa da Mulher Brasileira como exemplo de boas práticas.

A sala de aula é um espaço para construção do conhecimento, combate à desinformação e formação de cidadãos e cidadãs capazes de atuar na transformação da sociedade rumo à sua emancipação. Como bem disse, nosso querido Prof. Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

A violência está presente nos lares, nos ambientes de trabalho, nas escolas e nos espaços de entretenimento, entre outros. Recentemente, tivemos sancionada pelo presidente Lula a Lei 14.786/2023, que estabelece o protocolo “Não é Não” para proteção e atendimento em casos de violência contra a mulher. Aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional, a medida, de autoria da deputada federal, Maria do Rosário, foi inspirada em uma iniciativa espanhola e combate condutas como estupro, assédio e importunação sexual.

A nossa luta é longa e se renova a cada dia.

Após quase sete anos enfraquecido, CNDM retoma posição de destaque na luta contra a misoginia



Foto: Fábio Rodrigues-Pozzebon / Agência Brasil

Entre os escombros dos ministérios desmontados durante quase sete anos e dois governos antiprogressistas, o Conselho Nacional pelos Direitos das Mulheres demonstrou resiliência para manter políticas públicas femininas

Com a presença de parlamentares, acadêmicas e representantes do governo federal e da sociedade civil, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) retomou oficialmente as reuniões de trabalho no dia 30 de maio de 2023, em Brasília (DF)

Depois de quase uma década de retrocessos, uma das organizações fundamentais na promoção de políticas públicas para mulheres volta a recuperar suas forças no país. Desde o impeachment sofrido pela ex-presidenta da república, Dilma Rousseff, em 2016, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) vinha desempenhando um trabalho de resistência. Enfraquecido pelos desmontes feitos nos governos anteriores, o CNDM ainda teve de lidar com a perda de membros significativos que integravam a defesa das políticas de gênero durante esses anos.

“O Conselho sempre teve uma função muito importante de acompanhar as políticas para as mulheres em todos os governos. Mas, sobretudo, nos últimos anos, essa foi uma tarefa difícil, já que não se tinha uma preocupação com as mulheres nesses mandatos”, relata Berenice D'arc, conselheira do CNDM e secretária de Relações de Gênero da CNTE.

Criado em 1985, o CNDM visa formular e propor diretrizes de ação governamental para garantir a igualdade de gênero. Mas foi somente a partir de 2003 que a organização passou a ter vínculo direto com uma secretaria especial de políticas para mulheres. Atualmente, conforme estabelece o Decreto n.º 6.412/08, 41 mulheres compõem o quadro de membros titulares, representando a sociedade civil e o poder público em suas proposições.

Renúncia coletiva

Foi em uma terça-feira, dia 14 de junho de 2016, que a luta de sete conselheiras chegou ao fim. Michel Temer ainda estava como presidente interino do país quando representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), da Rede Mulher e Mídia (RMM), da Rede Economia e Feminismo (REF), além das conselheiras de notório conhecimento em questões de gênero, Maria Betânia de Melo Ávila, Matilde Ribeiro, renunciaram ao cargo na organização.

A decisão veio anunciada em uma carta assinada pelas integrantes. Nela, a saída foi justificada como um ato de protesto contra o governo que consideraram golpista, patriarcal e sem perspectiva de diálogo e avanço na política de gênero. No documento, elas também apontam as várias decisões tidas pelo governo que enfraqueciam a atuação do Conselho em pautas fundamentais, como de enfrentamento à violência contra mulheres.

“Não reconhecemos o governo provisório por considerá-lo ilegítimo (...) desde que assumiu o poder, este governo interino e ilegítimo vem cumprindo um programa ultraliberal (...) e promove mudanças ministeriais que representam uma brutal desestruturação de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos, sinalizando o aprofundamento de retrocessos nas políticas de educação, seguridade social, de promoção da igualdade racial e nas políticas públicas para as mulheres, começando pelo desmonte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.”

(...) Não só acabou com o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, como transferiu para o Ministério da Justiça as atribuições da Secretaria de Políticas para as Mulheres e nomeou para a pasta uma pessoa com postura contrária aos direitos sexuais e reprodutivos, agenda historicamente defendida pelas feministas”, justificaram em um trecho da carta.”

Celina Arêas, conselheira representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), relata que, tanto Temer quanto com o Bolsonaro, assumindo posteriormente a presidência, tornaram os mandatos das conselheiras do CNDM em batalhas duras. Segundo ela, mesmo sendo insistentes na criação e apresentação de propostas, nenhum projeto conseguia encaminhamento e avanço nesses governos.

Persistência

Apesar do impacto, para aquelas que restaram no CNDM ainda existia a batalha para manter o Conselho vivo. O trabalho que durante anos foi de enfrentamento, transformou-se, em poucos meses, em um esforço de resistência para não deixar o que foi alcançado acabar de vez.

“Era sempre uma disputa grande para manter o pouco que conseguimos assegurar. Mas foi um período em que, infelizmente, tivemos derrotas e retrocessos nas políticas públicas para as mulheres”, lamenta Berenice.

Entre os retrocessos mais trágicos, Berenice destaca o recrutamento nos casos de feminicídio no país. Com o pouco avanço que conseguiam das proposições,

questões relacionadas à segurança e as estratégias de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica foram reduzidas.

“Tempos muito difíceis com o papel duro de fazer a disputa para acompanhar e manter algumas dessas políticas”, diz.

“Consideramos que o correto a se fazer naquele momento era resistir. Se tivéssemos entregado o Conselho a eles, as políticas públicas para as mulheres poderiam piorar ainda mais”, reforça Celina.

Trabalho de reconstrução

Desde a retomada oficial dos trabalhos no governo Lula, em maio de 2023, o CNDM vem buscando restabelecer e avançar novamente nas políticas para mulheres. Entretanto, segundo Celina, os prejuízos deixados nas últimas gestões resultaram que esse processo acontecesse mais lento do que o esperado.

Desde a posse do novo governo, até agosto de 2023, quando as conselheiras conseguiram se reunir pela primeira vez, Celina conta que o CNDM não conseguiu apresentar novas propostas. “Não pudemos aproveitar quase nada dos mandatos anteriores”, ela conta.

Outro objetivo aguardado pelas conselheiras era a volta da Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres ainda em 2023. Porém, por questões orçamentárias, o evento teve de ser adiado para 2025.

Apesar disso, Berenice afirma que a organização se encontra otimista com as novas possibilidades de recuperação das políticas que foram perdidas, como as Delegacias das Mulheres e o reforço da Casa da Mulher Brasileira, espaço de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Brasil sem Misoginia

Em dezembro de 2023, o CNDM realizou a 73ª Reunião Ordinária para um balanço do que foi realizado ao longo do ano e as principais pautas para 2024. Uma das ações de destaque de 2023 é a Iniciativa Brasil sem Misoginia do Ministério das Mulheres.

Visando enfrentar todas as formas de violência e discriminação de gênero, o projeto busca ter uma mobilização nacional em todos os setores do país, como governos, empresas, ONGs, sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino, entidades, torcidas organizadas, times de futebol, grupos religiosos, de artistas, entre outros.

Nessa aliança, os atores de cada área possuem o compromisso de promover ações de enfrentamento à misoginia entre o seu público, linguagem e capacidade. Segundo o Ministério, o intuito é estimular debates e reflexões sobre os papéis sociais associados às mulheres e homens, mobilizando as mudanças necessárias no comportamento dos grupos.

As mobilizações já estão sendo colocadas em prática. Ainda em dezembro, o Ministério das Mulheres e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) firmaram parceria na investigação de conteúdos audiovisuais de ódio e desinformação de gênero monetizados nas plataformas digitais.

Cerca de R\$ 300 mil serão investidos na iniciativa. Além de conteúdos que disseminam ódio contra mulheres, a investigação contemplará a ocorrência de golpes e fraudes direcionados às mulheres, que geram prejuízos financeiros, psicológicos e de saúde.

Sobre as expectativas do CNDM para 2024, Berenice afirma que as conselheiras possuem o desafio de reestruturar os desmontes que as políticas de gênero sofreram nos últimos anos. “Nossa expectativa é de tentar retomar e consolidar as políticas que não avançaram antes... Resguardar as políticas que conquistamos, manter e avançar os nossos direitos”, declara.



72ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

O PODER TAMBÉM HÁ DE SER *delas*

Políticas públicas de inclusão e diversidade devem ser os pilares do combate à violência de gênero na política

Em 2024, os brasileiros e brasileiras vão às urnas para escolher aqueles ou aquelas que vão representá-los (as) nos 5.565 municípios do país. E a cada nova eleição, renova-se a esperança por mais mulheres no poder. E ainda há muitos desafios a serem enfrentados por elas.

“Quando as mulheres disputam um cargo político, elas são dissecadas até a profundidade da alma”, conta Margarida Salomão (PT), prefeita de Juiz de Fora (MG). Ex-reitora da Universidade Federal da cidade (UFJF), ela relembra sua trajetória até chegar ao posto de chefe do executivo municipal. Conta que tudo começou nos diretórios estudantis. “Eu sou da geração 1968 e nós tivemos o nosso desejo fortemente represado ao longo do processo da ditadura militar. A militância pela liberdade foi o início da minha participação na política”.

Apesar de ter sido a primeira mulher à frente da UFJF e de ter encontrado muitos entraves ao longo dos anos na reitoria (1998 a 2006), Margarida é enfática ao dizer que o período nem se compara ao que ela encontraria, anos mais tarde, no Congresso, como deputada federal, e na Câmara Municipal, como prefeita do município da Zona da Mata mineira. “O ambiente da Universidade, embora seja também muito fortemente dominado pelas razões masculinas, é certamente mais amigável. Na política a vida da mulher é revirada de uma forma que não acontece com o homem. Você discute a aparência, a atitude, a sociabilidade, a sexualidade. Tudo de uma forma muito cruel”, afirma.



Roniza Santiago e Rita de Cássia Silva Aragão fazem trabalho política na favela, em Minas Gerais



A prefeita de Juiz de Fora (MG), Margarida Salomão (PT)

“Não é incomum que nós vejamos mulheres que entram na política, mas que acabam não saindo candidatas novamente porque não conseguem lidar com a violência política de gênero que elas sofrem no exercício dos seus mandatos ou na corrida eleitoral”

Para Margarida, uma mulher que deseja ingressar na política deve estar pronta para resistir. Ela também ressalta a importância da união e do fortalecimento, por meio do convívio em comunidade. “É preciso ter uma rede de luta social que não apenas a ajude na caminhada, mas que também a proteja, principalmente neste momento em que se tem uma indústria de desinformação e assassinatos de reputações”.

Para a presidente do Observatório Eleitoral da OAB-SP, Maíra Recchia, a violência política de gênero é uma realidade que, por vezes, leva à desistência. “Não é incomum que nós vejamos mulheres que entram na política, mas que acabam não saindo candidatas novamente porque não conseguem lidar com a violência política de gênero que elas sofrem no exercício dos seus mandatos ou na corrida eleitoral”, afirma.

Os números mostram que muitas mulheres sequer chegam à disputa. Segundo uma pesquisa

feita pelo Instituto Alzirias, ONG dedicada ao fortalecimento da presença feminina na política, embora sejam a maioria da população brasileira e acumulem mais anos de estudo do que os candidatos homens, as mulheres detêm menos de 14% das candidaturas para o poder executivo municipal.

Ainda de acordo com o estudo, o aumento no número de prefeitas eleitas no último pleito, no país, foi tímido. Passou de 11,5% para 12,1%. Foram 649 mulheres e 4.915 homens. Nas duas últimas eleições (2016 e 2020), apenas duas capitais brasileiras elegeram prefeitas: Boa Vista (RR), em 2016, e Palmas (TO), em 2020. Se continuarmos nesse ritmo de crescimento, serão necessários 144 anos para alcançar a paridade de gênero nas prefeituras brasileiras. No legislativo municipal, as mulheres somam apenas 16% das cadeiras de vereadores, no Brasil.

Maíra Rechhia afirma que é preciso estabelecer novas medidas que

garantam uma mudança urgente nesse cenário. “Quando você tem mais mulheres dentro desses espaços políticos, além de representatividade, que é o princípio da igualdade no recorte eleitoral, há mais políticas públicas voltadas também para essa camada da população, para as questões de gênero”, explica.

A advogada salienta que o Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as Mulheres e de Tempo de Rádio e TV, representa uma das maiores conquistas dos últimos anos. Contudo, ela também afirma que é preciso ir além das políticas de cota e repasse de investimento nas candidaturas a cargos no legislativo. “É necessário que a gente comece a pautar a reserva de cadeiras de 30%, 35%, para depois chegar em 50%. As mulheres têm o direito de sentar nesses espaços que são historicamente masculinos. Então, se a gente paga a conta, a gente também tem o direito de sentar e tomar a decisão”.

Mais diversidade e inclusão

À frente das prefeituras, todas as 649 eleitas são brancas. Nas Câmaras de Vereadores, as mulheres pretas ocupam apenas 6% dos assentos. O estudo do Instituto Alziras aponta ainda que, atualmente, 57% dos municípios do país não têm vereadoras negras, e há 978 cidades (18% do total) sem representantes femininas nas Câmaras. A população indígena e LGBT+ também enfrenta o problema da sub-representação no poder executivo e legislativo municipal.

Deputada federal desde 2004, Alice Portugal (PCdoB - BA), relembra o início de sua participação na política. “Comecei em 1977, na Faculdade de Farmácia, da Universidade Federal da Bahia. Lá, passei a integrar as lutas estudantis, que eram lutas de grande monta, no sentido de recuperação da universidade. A ditadura militar tirou verbas, destruiu a democracia e fechou os diretórios e centros acadêmicos”, conta.

Segundo ela, houve um grande avanço nos últimos anos. Porém, é preciso abrir mais espaços para a inclusão. “Há uma mudança de

conscientização, uma aceitação, mas ao mesmo tempo também muita resistência, perseguição, distorção, por parte da extrema-direita, em relação a essas bancadas da diversidade. A caminhada das mulheres que já ocupam postos políticos servem de farol, para que outras entrem nessa arena”, afirma.

A assessora-chefe de Inclusão e Diversidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Samara Pataxó, é a única indígena no espaço. “O que me move é saber que é possível abrir caminhos para que outras pessoas possam vir. Isso incentiva outras mulheres, especialmente meninas e mulheres indígenas. Independentemente da nossa raça, da nossa cor, da nossa origem, nós também temos competência e capacidade para estar em outros espaços, para construir e colaborar para uma sociedade melhor. No meu caso, para a Justiça Eleitoral.”

Samara destaca a importância de ações afirmativas para que haja mais diversidade na política, com um maior número de pessoas pertencentes às minorias em espaços de poder. Os trabalhos, segundo ela, devem buscar maior inclusão e acolhimento desses grupos, por meio da conscientização e do combate à violência. “Cito como exemplo a ‘Rede Equidade’, criada em 2022, numa iniciativa de vários órgãos do setor público, da qual o TSE faz parte, e

A deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA)



Foto: divulgação

que visa ações conjuntas em busca da equidade de raça e gênero nas instituições. Esperamos que daqui a um tempo, tenhamos outro cenário nas instituições, para que seja contemplada a diversidade.”

A vereadora Josete Dubiaski da Silva (PT) está no 5º mandato, na Câmara Municipal de Curitiba (PR). Segunda-secretária da mesa diretora do legislativo, ela defende, entre suas principais bandeiras, a luta pela igualdade de gênero, e traz, para o centro do debate público, os desafios enfrentados pelas mulheres na vida privada. “É a questão da divisão sexual do trabalho. Enquanto a gente não mudar essa cultura, com homens e mulheres dividindo o trabalho de casa, as tarefas domésticas, o cuidado com as crianças, com as pessoas idosas, com as pessoas com deficiência, a mulher sempre ficará sobrecarregada. Nós temos que debater isso de forma prioritária. Nós temos uma representação mínima na política também por causa dessa cultura”, afirma.

Foto: Carlos Moura



Samara Pataxó, assessora-chefe de Inclusão e Diversidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Conhecida como professora Josete, a parlamentar, que também se identifica como feminista, alerta para a urgência no estabelecimento de novas medidas pela igualdade de gênero na política. Segundo ela, não se pode esperar que um espaço dominado por homens se torne mais inclusivo por conta própria. “Hoje nós temos 30% de cotas nas chapas e eu acredito que, num primeiro momento, nós poderíamos avançar para 30% das cadeiras e, na sequência, para 50%, porque nós somos metade da população”, defende.

Além disso, ações contra as candidaturas femininas fictícias devem se tornar mais frequentes, principalmente nesse ano de eleições municipais. No dia 17 de agosto de 2023, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, comunicou que a Corte apreciaria, nos dias seguintes, uma proposta de súmula sobre fraudes à cota de gênero. Mas, no fechamento desta edição da revista *Mátria* (dezembro de 2023), o TSE informou que os estudos a respeito da súmula estavam em andamento, porém, sem previsão de data para ir ao Plenário.

Trabalho político na favela

Roniza Santiago, 38, tem orgulho de ser uma das líderes comunitárias na favela da Acaba Mundo, zona sul de Belo Horizonte (MG). Ao lado de outras mulheres, criou o projeto ‘Macamba Brincante’, voltado para a defesa dos direitos das crianças em situação de vulnerabilidade social. “Se eu fosse vereadora, eu me dedicaria a muitas pautas, mas a infância seria minha prioridade. Eu ia lutar ainda mais pelo direito das crianças de brincar, de se alimentar, de estudar e ter uma família, com dignidade”, conta. Mãe solo de 2 meninos, Roniza diz que essa vontade não passa de um sonho. “A política está muito distante da minha realidade. Eu tenho muita garra para lutar pela minha gente, mas eu não saberia nem por onde começar uma campanha”.

Assim como ela, Rita de Cássia Silva Aragão, 36, que também mora nessa comunidade e ajudou a idealizar a ‘Macamba Brincante’, gostaria de ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores. “A gente já faz um trabalho político na favela. Por amor, sem dinheiro nem apoio nenhum. Eu gostaria de ter a oportunidade

de acessar mais recursos. Não só eu, como outras mulheres pretas. Existe muito ouro na favela. Mulheres de muito conhecimento, muita sabedoria e vivência, mas que não acessam espaços de poder por falta de oportunidade”.

Iniciativas que buscam incluir mulheres como Roniza e Rita no cenário político têm se espalhado pelo país. Em abril de 2023, o Partido dos Trabalhadores lançou o maior projeto de formação e inclusão política para mulheres da América Latina, o ‘Elas por Elas’. Já os Tribunais Regionais Eleitorais (TRES) também têm lançado mão de ações em prol da paridade de gênero. O TRE-TO, por meio da Escola Judiciária Eleitoral, criou o projeto ‘+ Mulher + Democracia’, um trabalho pioneiro pela diversidade nos espaços de poder. A ação busca, dentre outras metas, debater com as mulheres os direitos e deveres de eleitoras e futuras candidatas. Esclarecer dúvidas sobre a carreira política e convidá-las para participar mais ativamente da arena eleitoral.

Eleita vereadora no Recife (PE) em 2020, Liana Cirne (PT), ficou nacionalmente conhecida em



Foto: Vinicius Leão

Roniza e Rita de Cássia criaram o projeto “Macamba Brincante”

“Não desistam! Estejam sempre ancoradas numa rede de apoio, porque isso faz toda diferença para você conseguir seguir em frente, para pensar tanto no seu fortalecimento subjetivo, quanto na sua formação política, no compartilhamento de tarefas. Não deixem a violência e o machismo te fazerem desistir”

2021. Ela foi agredida com spray de pimenta ao tentar impedir que trabalhadores fossem atingidos com tiros de borracha durante uma manifestação pacífica, no centro da cidade. Uma de suas principais bandeiras é a luta pela diversidade e inclusão de gênero na política. “O poder real para as mulheres na política ainda é um grande desafio. A cota, que hoje corresponde a 30% de candidaturas de mulheres, deveria na verdade ser uma porcentagem mínima de cadeiras efetivas, a serem preenchidas por mulheres. Temos que ter cota na mesa diretora e nas comissões. O poder político tem que ser real ou o mandato pode ser destituído.”

Liane também é enfática ao falar sobre o combate à violência de gênero para que as mulheres possam acessar os espaços políticos

e permanecer em suas funções. “Além do desafio de nós, mulheres, alcançarmos um espaço na política, quando chegamos lá encontramos um ambiente repleto de abusos camuflados. Querem nos silenciar na tribuna, aumentam o tom da voz e tentam nos desacreditar. São casos grotescos de assédio e agressão que ocorrem constantemente. Precisamos de punições mais rigorosas”

A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) foi a primeira mulher eleita pelo PSOL, para a câmara de vereadores de São Paulo. Aos 27 anos, ela conseguiu vencer, numa campanha quase sem recursos. Em entrevista à Revista *Mátria*, ela resumiu sua trajetória. “Eu não tinha nenhum tipo de apadrinhamento político, nenhuma retaguarda, ninguém que puxasse a minha mão. Eu tive de me afirmar a todo momento. O que me move para seguir trabalhando nesse ambiente são os meus ideais, minhas causas, minhas pautas. É saber que, ainda que eu encontre dificuldade, tem bastante gente do lado de fora que me apoia, que ecoa as minhas ideias,

que me cobra também, que vota em mim”, conta.

Sâmia afirma que as mulheres precisam enfrentar ativamente o machismo estrutural e o silenciamento. “Ano após ano, a gente tenta garantir mais políticas afirmativas para as mulheres na política. Mas, ainda há pouca fiscalização, o que deixa muitos partidos à vontade para descumprirem regras, leis e conquistas. Então, acho que é com a pressão e cobrança das mulheres que a gente vai conseguir efetivar mais direitos para possibilitar a chegada e permanência de mais mulheres na política”.

Por fim, a deputada deixa um recado para mulheres que, assim como Roniza e Rita, sonham em ocupar espaços de atuação política. “Não desistam! Estejam sempre ancoradas numa rede de apoio, porque isso faz toda diferença para você conseguir seguir em frente, para pensar tanto no seu fortalecimento subjetivo, quanto na sua formação política, no compartilhamento de tarefas. Não deixem a violência e o machismo te fazerem desistir”, conclui.

A deputada federal Sâmia Bomfim, do PSOL-SP



Foto: Carlos Moura

Foto: Carlos Lima



A vereadora Liane Cirne (PT), de Recife (PE)



Foto: arquivo pessoal

Vanja Andréa Santos

Graduada em Filosofia pela UFAM. Acadêmica de Direito pela Fametro. Presidenta da União Brasileira de Mulheres - UBM. Membro do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - CNDM. Coordenadora da Câmara Técnica de Monitoramento de Políticas Públicas do CNDM e membro do Conselho de Participação Social.

Avanços e retrocessos nas políticas para mulheres

O Governo Bolsonaro: ódio às mulheres e retrocessos

O cenário político brasileiro em 2022 refletiu o anseio da população, sobretudo das mulheres, na mudança de rumo. Bolsonaro e Damares, instituíram um movimento de desmonte das políticas públicas para as mulheres, as tornando reféns de uma política conservadora cujo avanço vinha se desenvolvendo com as unhas cravadas nos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, resultantes de lutas que se materializam na Constituição Federal de 1988 e em convenções cujo o Brasil é signatário, mas que não foi reconhecido e respeitado por sua gestão. A liberação de armas, a baixa execução orçamentária e a escassa efetividade de projetos direcionados às mulheres, caracterizaram uma gestão marcada pela “nova política” em confronto direto com os direitos humanos e os princípios feministas. As mulheres tomaram as ruas em movimento crescente com o grito “Bolsonaro nunca mais” e por uma pequena diferença saímos do caminho de um Estado com viés teocrático e fascista.

O Governo Lula: revogações e a necessidade de avançar nas políticas para as mulheres

O governo Lula assume com o desafio de reverter retrocessos e promover avanços nas políticas para as mulheres e as revogações promovidas pelo presidente mostraram seu compromisso com a agenda de direitos, com a reconstrução do processo democrático e com as políticas públicas. Com uma canetada, as mulheres voltaram a ser prioridade das políticas de saúde, por exemplo, com a reconstrução de políticas de gênero do SUS. Em reação aos direitos das mulheres, o Ministério da Saúde revogou uma portaria que determinava ao médico comunicar à autoridade policial os casos de aborto.

A criação do Ministério das Mulheres foi mais um compromisso assumido na perspectiva de assegurar a atenção necessária às políticas para as mulheres. A Ministra Cida Gonçalves e Lula fizeram uma entrega no dia 8 de março anunciando leis, decretos, ações e eventos reafirmando a volta do protagonismo feminino na agenda governamental. Lula passou a ter a maioria de ministras da história do Brasil e em postos nunca antes ocupados

por mulheres como o Ministério do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Saúde e Esportes, muito embora, após exigência do centrão e em nome da governabilidade, esse número tenha sofrido uma queda.

No decorrer do ano várias outras iniciativas foram se somando, dentre elas alguns Grupos de Trabalho Interministerial para debater e elaborar políticas em alguns temas sensíveis e de bastante relevância para as mulheres em sua participação social, política e cidadã. O GTI de Enfrentamento à Violência Política Contra as Mulheres, iniciou pela necessidade de fazer o combate a inúmeras agressões vivenciadas pelas mulheres, enquanto ser político, em espaços de lutas de ideias, disputa de poder e comando. Não podemos permitir que as mulheres sejam vitimizadas, violentadas nas ruas e nas redes, até assassinadas como Marielle e tantas outras que ousaram lutar e conduzir a luta por dias melhores para o nosso povo.

Importante ressaltar que após 6 anos a Marcha das Margaridas aconteceu com mobilização, alegria e abrindo caminhos para políticas necessárias às mulheres dos campos, das águas e das florestas e em sua realização foi lançado um conjunto de medidas que atendem algumas das principais reivindicações como o Programa Nacional de Reforma Agrária, Quintais produtivos, retomada da Bolsa Verde e outras iniciativas com o olhar voltado para as mulheres. As Margaridas voltaram aos seus territórios com sentimento

de dever cumprido e com esperanças renovadas. A retomada das políticas públicas para as mulheres solidifica o compromisso com a proteção contra violência e discriminação.

desafios nos estados e municípios

Apesar dos avanços a nível federal com políticas válidas para todo o Brasil, as forças do conservadorismo estão presentes em estados e municípios e se alimentam do ódio, aos direitos, sem traços de humanidade. E suas causas sempre são o estado mínimo, a confinamento das mulheres ao “lar” e a violência sob qualquer pretexto. Nesse viés, leis que desrespeitam direitos constitucionalmente garantidos, são aprovadas. Em Goiás e Maceió, leis que obrigam mulheres a visualizar o desenvolvimento do feto durante um aborto legal, requerem mobilização e todo um esforço jurídico para reversão. No Brasil existem apenas 108 serviços de interrupção da gravidez nos três casos previstos em lei: estupro, anencefalia fetal e risco de morte para a pessoa gestante. Nenhum desses em Rondônia e Amapá. Ou seja, além dos problemas enfrentados de estrutura, de funcionamento e treinamento de profissionais, deve-se enfrentar os ataques ao serviço e às mulheres.

Perspectivas do movimento feminista e desafios para o futuro

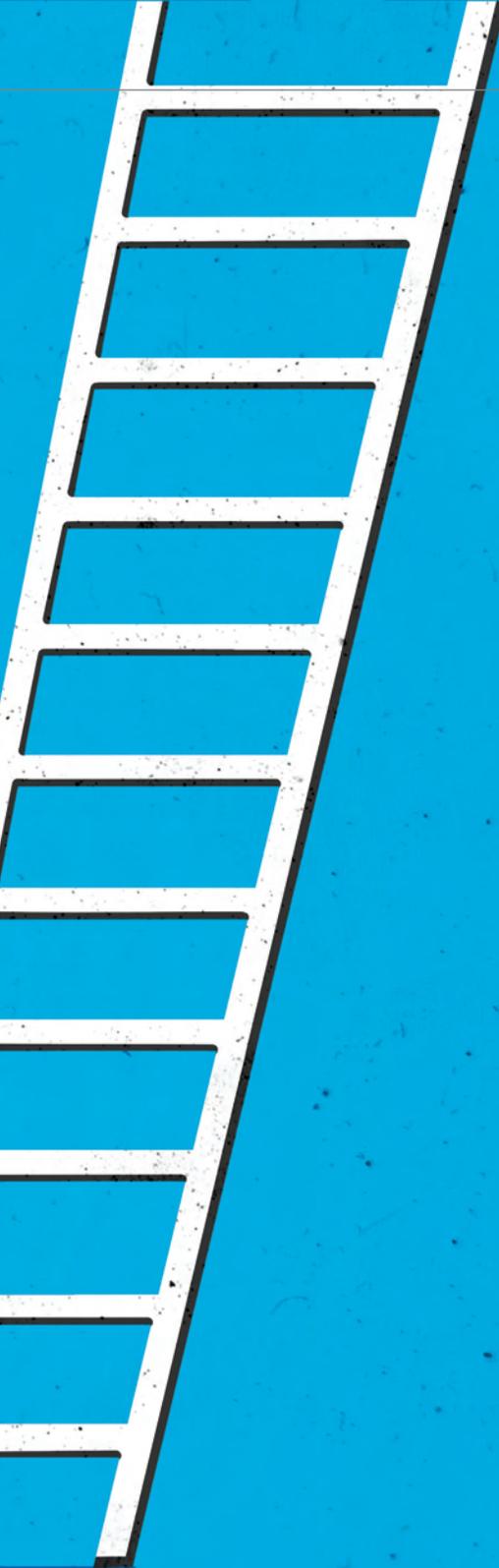
O embate entre avanços e retrocessos nas políticas para mulheres no Brasil representa um desafio

constante para o movimento feminista. No contexto brasileiro, o olhar minucioso e estratégico para as eleições é fundamental. E nesse lugar nunca estivemos de forma igual, pelo contrário, somos sempre subrepresentadas. Para conquistar esse espaço, precisamos fortalecer as lideranças femininas desde a participação comunitária, criando condições para que as mulheres possam atuar plenamente e contribuir social e politicamente. Além das iniciativas de políticas públicas pela equidade de gênero é necessário comprometimento real dos partidos políticos com essa pauta.

O Brasil é o 145º em representatividade de mulheres na política mundial. Enquanto a média mundial é de 30%, amargamos uma representação de 15%. Como garantir políticas necessárias às mulheres e ao Brasil se não estivermos presentes nas casas legislativas trabalhando nas decisões? Precisamos que a política de cotas seja fortalecida, que o financiamento de campanha para as mulheres seja real e que os partidos que não cumprirem sejam punidos. Potencializar o fundo partidário para formação e promoção das mulheres e lutar pela paridade nas cadeiras do legislativo são caminhos para reconstruir o Brasil e um futuro de igualdade, pelo qual ainda temos que trabalhar no sentido de nos aproximar cada vez mais da vida de mulheres diversas e reais. A luta persiste e a busca por equidade de gênero e direitos femininos continua mais forte do que nunca.



Imagem: Shutterstock



Força de trabalho feminina segue desvalorizada

Apesar dos avanços e conquistas ao longo da história, o mercado de trabalho brasileiro continua sendo um produtor de desigualdades entre gêneros. Dados e pesquisas mostram como os reflexos do machismo e da misoginia ainda dificultam a trajetória profissional de mulheres, as deixando distantes de condições semelhantes a de homens

Por Ana Paula Sousa

Mesmo sendo maioria na população residente no país, 51,5% em relação a homens (48,5%), as mulheres seguem a passos distantes de terem condições e oportunidades de trabalhos iguais aos dos homens. Dados da segunda edição do estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, feito pelo IBGE, em 2021, mostram que apenas 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais integravam a força de trabalho. Enquanto o percentual de homens era de 73,7%.

A população feminina também foi a que apresentou maiores dificuldades para entrar no mercado de trabalho. De acordo com a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), de 2022, a taxa de desemprego entre mulheres ficou em 10,8%. Enquanto isso, o índice entre os homens foi de apenas 7,2%.

Outro indicador mostra que a chegada de um filho pode complicar ainda mais a jornada profissional das trabalhadoras. O estudo “Licença-maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil”, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio), aponta que metade das mulheres são desligadas de seus trabalhos após o fim da licença maternidade. O levantamento ouviu 247 mil mães entre 24 e 35 anos.

Segundo a secretária da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Amanda Corsino, uma das maiores dificuldades que mulheres encaram no mercado de trabalho está relacionada à tarefa de cuidar.

“Principalmente se ela for mãe, onde ela deixará os filhos?”. Além disso, a questão do cuidar agora não diz respeito apenas aos filhos. Com o envelhecimento da população, os cuidados também estão sendo com os idosos da família.

Para a arquiteta e urbanista, Marcela Carneiro, 27, mãe de duas filhas, a maior preocupação é conseguir conciliar a maternidade e o trabalho sem deixar nenhuma tarefa de lado. “Ninguém quer ser uma mãe pela metade e nem uma profissional pela metade. Estar 100% focada em uma coisa só é o que mais nos desafia sem dúvidas”, relata.

Ela conta que, ainda no primeiro mês de vida da sua filha mais velha, conseguiu uma oportunidade onde pudesse trabalhar remotamente no período pós-parto, entretanto, menciona os receios constantes relacionados à vida profissional nessa fase.

Entre as profissionais de 25 a 49 anos com filhos de até 3 anos de idade, o nível de ocupação é 54,6%, comparado aos 67,2% daquelas que não têm. Em um recorte de gênero e cor, o índice piora. Mulheres pretas ou pardas com filhos pequenos apresentaram níveis ainda menores de ocupação, inferior a 50%.

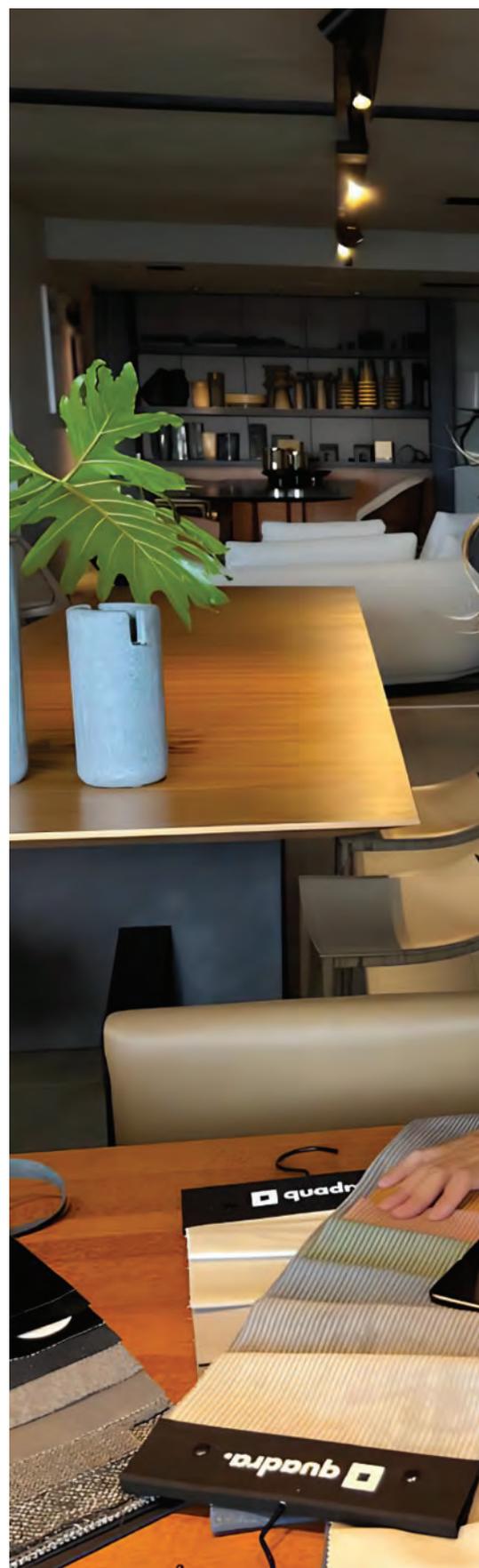
Já para os homens, a situação é o oposto. Profissionais que vivem com crianças de até 3 anos de idade registraram maiores níveis de ocupação, com 89,2%, comparado àqueles que não tinham, 83,4%.

“O patrão ainda vê a mulher como prejuízo por conta da licença maternidade”, diz Amanda. “E depois desse período, a questão muda para licenças médicas para cuidar do filho que adoce. Isso pesa bastante.”

Segundo Amanda, as desigualdades de condições de trabalho são reforçadas ainda na fase de candidatura ao emprego. Entre mulheres, uma pergunta feita por recrutadores é sobre filhos dependentes, e se a profissional tem onde deixá-los. Entretanto, a mesma não é naturalmente feita aos homens.

“Fiquei feliz, mas extremamente surpresa de ter passado no processo seletivo. Esperaram minha filha completar cinco meses para que eu iniciasse presencialmente. Mas a gente sempre fica receosa, afinal é muito mais fácil contar com alguém que não tem filho pequeno”, compartilha a arquiteta.

Segundo a pesquisa, todas as mulheres são afetadas, independente do seu grau de instrução. Cerca de 35% das trabalhadoras que possuem ensino superior completo são





prejudicadas, entre as menos escolarizadas, 51% é afetada pelo desemprego repentino.

Valéria Morato, vice-presidenta da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB Minas) e do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (MG), reforça sobre a questão ser patriarcal, onde os homens não são afetados pelo desemprego por serem tidos como provedores do lar.

“É muito em relação de manter a sociedade como está, considerando os homens como os principais provedores, apesar de termos pesquisas que já evidenciam que, na maioria dos lares brasileiros, são providos por mulheres”, enfatiza.

“Ninguém dá conta de tudo sozinha. Seja uma rede de apoio familiar ou paga, precisamos ter com quem contar”, afirma a Marcela.

Trabalho doméstico invisibilizado

Também denominado como “trabalho invisível”, já que não é remunerado, tarefas domésticas e de cuidados com familiares, estruturalmente, tendem a ser designadas às mulheres.

Em 2022, a população feminina desempenhava cerca de 9,6 horas a mais do que homens em afazeres domésticos e/ou cuidado com pessoas. Os dados foram divulgados na Pnad Contínua de 2022, que trouxe o tema “Outras Formas de Trabalho”.

Para a arquiteta e urbanista Marcela Carneiro, 27, a maior preocupação é conseguir conciliar a maternidade e o trabalho

Segundo a pesquisa, 92,1% das mulheres, a partir dos 14 anos de idade, realizaram tarefas domésticas e de cuidados com pessoas em 2022. O índice de homens na mesma faixa etária foi de 80,8%.

Para a economista e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carla Beni, a falta de reconhecimento do esforço doméstico de meninas e mulheres têm gerado prejuízos significativos quanto à renda das mesmas. De acordo com ela, a estrutura de tripla jornada acaba trazendo perda de renda para mulheres, seja pelo desgaste físico que a atividade causa ou por situações onde precisam deixar de exercer uma atividade remunerada para cuidar da família.

“A economia, principalmente, tem uma falha grande em relação a isso, de não contabilizar todo esse trabalho, justamente por ele não ser remunerado.”

A divisão das tarefas domésticas continua desigual mesmo quando as mulheres possuem trabalhos formais, diz a Pnad. Em média, o grupo

que possuía uma ocupação dedicou 6,8 horas a mais em tarefas domésticas e cuidados do que os homens.

“Se puxarmos esses dados para meninas mais jovens, é possível identificar a situação dos ‘Nem-nem’, grupo que não estuda e não tem uma ocupação. É visto que, entre as meninas, um percentual delas acaba saindo da escola devido à gravidez ou para cuidar de irmãos, de avós ou de pessoas dentro da família. Há uma afetação muito grande em relação a essa jornada tripla da mulher, como se toda responsabilidade de manutenção da casa, e cuidado dos filhos e pais fosse única exclusivamente dela”, aponta a economista.

Ainda segundo IBGE (2021), 32% das pessoas responsáveis pelo domicílio eram mulheres. Isso significa que 34 milhões de mulheres eram chefes de família, responsáveis financeiramente pelos gastos da sua casa. Os homens correspondiam a 36,1% dos responsáveis financeiros pelos lares, cerca de 37,5 milhões.

Baseado no estudo “8 Áreas Políticas para Melhorar a Mobilidade

Social”, feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a economista destaca pontos que podem contribuir para a relação de trabalho e família.

“Equilibrar a vida entre as famílias monoparentais, no caso famílias chefiadas por mulheres, se dá com o fornecimento de creches eficientes e de qualidade. Inclusive, os dados mostram que as creches contribuem para diminuir a evasão escolar posterior. É o item número um para que se possa ter uma qualidade de trabalho, aliado a uma carga tributária que diminua desigualdades”, explica.

Mais oportunidades = melhor economia para todos

Uma das consequências expressivas da não divisão de trabalhos domésticos e de cuidado, segundo Valéria, é a falta de tempo para crescimento profissional e capacitação de meninas e mulheres.

“Não sobra tempo para estudar e se qualificar, e quando não nos

Uma pesquisa feita pelo Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva revelou que cerca de 36% das mulheres trabalhadoras já sofreram preconceito ou abuso por serem mulheres.

Entretanto, ainda há um desconhecimento das violências cotidianas que acontecem no mercado de trabalho. Ao terem as situações apresentadas, 76% reconhecem já ter passado por um ou mais episódios de violência ou assédio no trabalho. Cerca de mil mulheres e quinhentos homens, a partir de 18 anos, e de todo o país, participaram da pesquisa.

- **92%** dos entrevistados concordaram que mulheres sofrem mais situações de constrangimento e assédio no ambiente de trabalho do que homens;
- **40%** das mulheres afirmaram já terem sido supervisionadas excessivamente; **16%** dos homens relatam ter passado pela mesma situação;

qualificamos, temos a menor possibilidade de disputa de espaço”, lamenta.

A Bloomberg Economics estimou um crescimento na economia mundial se as oportunidades de trabalho de mulheres fossem iguais às de homens. Segundo o estudo, eliminar as diferenças educacionais e de força de trabalho resultaria em até 20 trilhões de dólares para o Produto Interno Bruto Global (PIB) em 2050.

“É importante que tanto o governo quanto as empresas privadas invistam mais em bolsas em tecnologia e qualificações, principalmente nessas áreas. Apesar de as mulheres estudarem bastante quando seguem essas carreiras, o campo da ciência e tecnologia acaba tendo mais homens ocupando esses espaços”, destaca Amanda.

Segundo o estudo da Unesco Science Report 2021, o mercado de trabalho voltado para o desenvolvimento e impulsionamento da revolução digital ainda é majoritariamente masculino. Em áreas voltadas para a computação, tecnologia da informação,

engenharias etc. as mulheres continuam sub-representadas.

E essa desigualdade também é vista na remuneração. Em questão de ganho salarial, mulheres recebem, em média, 21% a menos do que homens, aponta o levantamento do IBGE de 2022. Mesmo nos setores onde mulheres são maioria, como nas áreas da educação, saúde e serviços sociais, onde totalizam 75% dos ocupados, essas tinham um rendimento médio 32% menor do que os de trabalhadores homens.

Igualdade salarial

Visando a garantia da igualdade salarial entre homens e mulheres, em julho de 2023, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.661 de 2023 que determina a obrigatoriedade de igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.

Entre as medidas, o texto estabelece mecanismos de transparência salarial; o incremento da fiscalização, a criação de canais específicos para denúncias de casos de discriminação

salarial; além da promoção de programas de inclusão no ambiente de trabalho; e fomento à capacitação e a formação de mulheres para o ingresso, permanência e a ascensão no mercado de trabalho, em condições iguais a de homens.

Embora a caminhada para um mercado de trabalho com mais igualdade de gênero continue longo, a economista Carla ressalta que foi graças à constante luta feminina que as mudanças têm acontecido. Segundo ela, graças ao questionamento da realidade e sanções jurídicas aos empregadores, em relação às condições laborais e oportunidades, foi possível caminhar em direção a melhores perspectivas.

“Hoje, há uma mudança social em que as mulheres mais jovens possuem maior consciência de seus direitos e dos direitos de igualdade de renda em relação ao seu trabalho. Há um questionamento e uma consciência de que isso é errado para nós.”

“O que nos falta não é capacidade, mas sim oportunidades e portas abertas de contratação”, reforça Valéria.

- **40%** das mulheres afirmaram terem sido xingadas ou que já gritaram com elas; **13%** dos homens afirmam ter passado pelo mesmo;
- **39%** das mulheres receberam de pessoas do sexo oposto convites para sair ou insinuações constrangedoras; **9%** dos homens disseram ter vivido a situação;
- **37%** das mulheres afirmaram que suas opiniões ou pontos de vista não eram levados em consideração; **16%** dos homens afirmam ter vivido o mesmo;
- **36%** das mulheres foram elogiadas por pessoas do sexo oposto de forma constrangedora por seus atributos físicos; **8%** dos homens declararam ter passado pelo mesmo;
- **34%** das mulheres ganhavam um salário menor do que as pessoas do sexo oposto que ocupavam o mesmo cargo; **6%** dos homens disseram ter passado a mesma situação.

Fonte: Pesquisa Percepções sobre a violência e o assédio contra mulheres no trabalho (Locomotiva / Instituto Patrícia Galvão, 2020)

OS HORIZONTES DA EDUCAÇÃO

Um retrato do cotidiano de professoras nos extremos e entranhas do Brasil

Foto: Petricor

Jennifer Barros, 34, realizou o sonho de ser professora

Na fronteira com a Venezuela, em Boa Vista, capital de Roraima (RR), Jennifer Barros, 34, levanta-se às 5h da manhã para dar aulas de português, inglês e espanhol, para crianças, na rede pública, e também para jovens e adultos, pelo EJA.

A história de Jennifer com a educação começou na infância. “Foi um desejo de criança que se tornou realidade”, conta. Ela lembra que gostava de ajudar os colegas da escola, quando tinham dificuldades em alguma disciplina. A vocação a levou até a faculdade de Letras e, anos mais tarde, a um dos maiores desafios da sua vida: o acolhimento de meninos e meninas refugiados, vindos do país vizinho. “Minha história com os refugiados começou quando trabalhei, em 2019, como assistente de campo da Organização das Nações Unidas (ONU) e, posteriormente, pelo Instituto Pirilampos, em meados de 2019 a 2023, em parceria com o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

No início, a realidade das crianças que chegavam à região foi um choque para a professora. Segundo ela, as aulas eram ministradas em containers cedidos pelo exército. “O abrigo era composto por várias barracas que abrigavam grupos familiares, não possuíam instalação elétrica, portanto eles dormiam em temperatura ambiente. Aquilo me chocou pois era inevitável não pensar naquelas crianças dormindo no calor, considerando que o clima aqui em Boa Vista é bastante quente. O abrigo era grande, havia muitas famílias abrigadas, banheiros e refeitórios compartilhados. Apesar do acolhimento e serviços oferecidos gratuitamente pela Operação Acolhida, para mim, a realidade ainda era dura”, afirma.

A professora precisou se reinventar para que as diferenças culturais não representassem um obstáculo para os alunos. “Muitos dormiram em seu país e acordaram aqui, em um lugar totalmente novo, com uma língua, pessoas, lugares e costumes diferentes. Deixaram para trás muitos pertences, amizades e familiares e trouxeram na bagagem apenas suas memórias. E, junto, a esperança de uma vida melhor”, lembra.

Desde que entrou pela primeira vez no abrigo Rondon 3, hoje conhecido como “Waraotuma” (abrigo indígena), ela se dedicou ao compartilhamento de aprendizagens. Jennifer passou horas de trabalho em pesquisas e produção dos planejamentos para poder dar aulas criativas, por meio de dinâmicas, jogos, competições, circuitos, trilhas, atividades online, entre outros. “O contexto escolar era totalmente diferente de uma escola formal. Tive que adaptar minha prática docente para alcançar a realidade de cada criança que frequentava o espaço, desenvolver novas técnicas de ensino para lecionar o português para aquelas crianças e adolescentes imigrantes. Foi uma experiência desafiadora, considerando que atravessamos o período pandêmico”.

Apesar de não atuar mais nos abrigos da Operação Acolhida, a professora ressalta que o contato não se perdeu, pois nas escolas públicas há um grande número de imigrantes venezuelanos matriculados. Para ela, a inclusão é uma prática pedagógica. “Sigo atuando com toda dedicação para atendê-los. Luto para que possamos superar alguns desafios, como a necessidade de garantir, por meio dos currículos, o acesso igualitário à educação, considerando as diversas realidades existentes”.

Às margens do Rio Capibaribe, com pequenos cirandeiros

Ao som das ondas da praia de Itamaracá (PE), a professora Mirtes Ramos dos Santos Melo, 55, encerra o ano de 2023 com os alunos da Creche Municipal João Eugênio, na Zona Oeste do Recife. Cerca de 15 crianças de 3 anos de idade, que se despedem do jardim de infância, depois de meses experimentando a arte de Lia, a cirandeira mais famosa do Brasil.

Mirtes relembra a música 'Minha ciranda', ao falar da vivência com os meninos e meninas. "Minha ciranda não é minha só, ela é de todos nós. A melodia principal quem guia é a primeira voz. Pra se dançar ciranda, juntamos mão com mão, formando uma roda, cantando uma canção". Para ela, a música traz um olhar sob o qual é possível observar o processo educacional. "O aprender, o ensinar, não compete só a mim. Eu tenho a intencionalidade pedagógica, o direcionamento. Mas, a ciranda é nossa e, para que ela aconteça, é preciso dar as mãos. A primeira voz é a das crianças que estão ali para aprender, mas também tem tanto a nos ensinar", reflete.



Foto: Pêntides Chagas

A professora Mirtes Ramos, de Recife (PE) venceu vários prêmios de educação, ao longo de mais de 40 anos de carreira

Foi assim, observando a curiosidade e ações das crianças, que Mirtes venceu vários prêmios de educação, ao longo dos 41 anos de carreira. A professora começou a trabalhar aos 14 anos, na cidade de Camaragibe, na região metropolitana do Recife. “Eu arquitei meu processo de aposentadoria, pois não me vejo fora da sala de aula. Eu não acho que ensino. Eu apenas organizo o ambiente para que o aprendizado aconteça. E assim é a troca de saberes, é a troca do meu viver”, explica.

Em 2002, por meio de caixas de leite que traziam ilustrações da pintora modernista Tarsila do Amaral, Mirtes desenvolveu o projeto “Uma aventura no mundo de Tarsila”, com alunos de 4 e 5 anos, da Escola Municipal Marcelo José Correia de Araújo. No fim do ano, o trabalho de comparação de imagens, reprodução e exposição tornou-se vencedor do Prêmio Nacional de qualidade na Educação Infantil.

Em 2015, o Prêmio Professores do Brasil foi entregue a Mirtes, pelo melhor trabalho de creche, já na Escola João Eugênio. “Tenho medo, mas dou um

jeito’, surgiu a partir da observação da reação das crianças, diante de personagens da cultura popular, como o homem do saco, a comadre florzinha, as bruxas e as carrancas. “Ao longo do ano, trabalhamos diversos medos. Com as bruxas, aprendemos sobre higiene. No caso das carrancas, reinventamos o Rio Capibaribe. A cada mês, brincávamos com diferentes personagens. Por fim, rimos tanto, que no Natal tínhamos uma árvore de fotos de caretas”, conta.

Com caixas de papelão, papel higiênico, sacolés com água e fitas de crepom, Mirtes ganhou, em 2020, o Prêmio Educador Nota 10, um dos mais importantes do país, na área. O método que inspirou Mirtes é

o Reggio Emilia, criado pelo educador italiano Loris Malaguzzi. Por meio das brincadeiras, os alunos desenvolveram conhecimentos sobre espaço, força e equilíbrio, por exemplo.

Mesmo com tantos prêmios, a professora acredita que o desenvolvimento das crianças é a maior recompensa. Ela conta que sequer inscreveu um dos trabalhos dos quais mais se orgulha. Com ‘Gonzagão, o rei da alfabetização’, ela colaborou com o letramento de crianças, e de jovens e adultos, por meio do EJA, uma modalidade de ensino que permite aos alunos que não tiveram acesso à educação na escola convencional, retomarem os estudos.

“Usei as letras das canções e a história de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião, para prender a atenção dos adultos, que adoravam ir ao forró. No caso das crianças, as letras guiavam a alfabetização e o entendimento dos gêneros textuais. Por exemplo, na música ‘A hora do adeus’, em que Gonzagão canta a origem do seu nome, os pequenos eram convidados a pesquisar sua história”. Com esse projeto, Mirtes foi convidada pela

Universidade Federal de Pernambuco a visitar a Universidade de Coimbra e falar sobre a iniciativa. “Fui representar Camaragibe em Portugal”, orgulha-se.

Mãe de dois filhos e avó de uma menininha de 6 anos, Mirtes fala de todos esses sonhos realizados, com a humildade de quem quer apenas deixar o legado de uma educação mais inclusiva. “Meu filho, Júnior, 31, está estudando Serviço Social e minha filha Rafaela, 35, é psicóloga de jovens e crianças em vulnerabilidade. De alguma forma, se dedicam à emancipação do ser humano. É isso o que importa. Sigo hoje, com minhas crianças em sala, ainda mais determinada do que quando comecei”, afirma.

“O ensino é ciranda. Para existir, é preciso dar as mãos”

Nas aldeias, com crianças guarani-kaiowá

Descendente indígena da etnia Terena, Andressa Muniz da Silva Mamendi, 24, dá aulas de português para meninos e meninas, em aldeias de Dourados (MS). “Nas aldeias, a maioria das escolas começa as aulas ao meio-dia. Saímos às 16h30min, por causa da iluminação. Os alunos precisam voltar para casa a pé”, conta.

Para Andressa, a sua ancestralidade aflorou pelo contato com o aprendizado em educação. Ela entrou na faculdade de Letras, na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, pela seleção do ENEM, por meio da reserva de cotas, em 2017. “Minha vida mudou totalmente na Universidade. Foi onde eu entendi a Constituição Federal, os meus direitos, os aspectos relacionados à inclusão e à diversidade. Então, eu me apaixonei profundamente pelo mundo da educação. Ali eu reafirmei que desejava ser professora e atuar nas aldeias. Aqui em Dourados, temos Jaguapiru e Bororó que, juntas, formam a maior reserva indígena do país”, conta.

A professora fala com carinho dos desafios e das alegrias que encontra junto aos alunos, da etnia guarani-kaiowá. “Eles são bem tímidos e se sentem mais familiarizados com pessoas da comunidade. Então, no começo, eu sempre destaco que sou como eles, sou indígena. Trabalho de maneira lúdica, para criar intimidade e me aproximar”, explica.

As famílias indígenas dessa etnia vivem há décadas em luta pela reparação de crimes cometidos contra esses povos e pela demarcação de terras. Andressa conta que a situação das comunidades é, muitas vezes, precária. Apesar de as circunstâncias não interferirem diretamente nas aulas, ela afirma que há um peso muito grande sobre o cotidiano dos

alunos. “Eu não perdi nenhum aluno nessas lutas por demarcação. Mas, hoje, uma aluna, infelizmente, tirou a própria vida. A violência contra as mulheres é muito explícita nas aldeias. Por causa da bebida, da droga, por não termos segurança, não haver iluminação, polícia. As autoridades só vêm quando o pior acontece”.

Andressa acredita que a solução passa pela inclusão de pessoas indígenas nos espaços de poder e de prestação de serviços à população. “As crianças precisam saber que o indígena vai estar na universidade, no hospital, na advocacia. Traz segurança reconhecer, nesses lugares, pessoas com sua ancestralidade, com conhecimento das suas vivências”, pontua.

A professora ressalta, ainda, a importância, para essas crianças, da quebra do estereótipo produzido pelo imaginário popular, que nos leva a resumir diversos povos e diferentes culturas indígenas a uma só figura. “É preciso mudar essa visão de que os indígenas vivem pelados na Amazônia, caçando e pescando, apenas. As culturas são diversas e há indígenas nas cidades também. Então, eu converso com eles sobre nossos povos indígenas, africanos, sobre a inclusão de pessoas com deficiências, de

“Mesmo sufocados pelo veneno, eles seguem florescendo. São sementes a brotar”

imigrantes”, conta.

Emocionada, Andressa fala sobre o que aprende com os pequenos guarani-kaiowá e espera que a mensagem de vida deles possa se espalhar pelo nosso território, como um todo. “Mesmo sufocados pelo agrotóxico, pelo mercúrio, pelo veneno, eles seguem florescendo, são sementes a brotar. Eles nos ensinam a ser resistência. Pela preservação da natureza, pelo respeito à ancestralidade, pela inclusão das culturas. Quem não tem posição é oposição. Precisamos nos inspirar nessas crianças e viver por uma sociedade melhor”, conclui.

A professora descendente indígena
Andressa Mamendi, 24, dá aulas de
português em Dourados (MS)



Foto: Ciseley Alencar

No subúrbio carioca, com sobreviventes da metrópole

Priscila Gonçalves Cruz, 39, é professora de projetos interdisciplinares na Escola Municipal Dom João VI, em Higienópolis, zona norte do Rio de Janeiro. Alegre e cheia de esperança, ela conta sua trajetória para chegar até ali. De família pobre, Priscila passou por dezenas de escolas. “Minha mãe era professora e meu pai, que estudou apenas até a 4ª série, fazia de tudo um pouco. Quando morei em Silva Jardim (RJ), ele plantava aipim num terreno emprestado. Com 10 anos, eu precisava matar aula pra cuidar das minhas irmãs. Não era uma boa condição. Então, eu nem me lembro direito das escolas por onde passei”, conta.

Para se tornar professora, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ela precisou ir morar com a tia, em Duque de Caxias, na baixada fluminense. Foram mais alguns anos de muita luta em busca de conhecimento. “Eu acordava às 5h da manhã pra chegar no trabalho às 7h30, no Méier, na zona norte. De lá, eu ia pra Faculdade de Educação, que fica na Urca, na zona sul. Eu chegava em casa todo dia por volta da meia-noite”, lembra.

O desejo de se tornar professora veio da experiência pessoal com os estudos, ao longo da vida. “Nessa caminhada, a escola me salvou. Lá eu tinha comida, que às vezes faltava em casa, eu tinha livros, rotina. A escola é um lugar de salvamento para muitas crianças, como foi pra mim. Eu me vejo nos meus alunos e desejo que eles encontrem na escola o refúgio, a alegria, a visão crítica, um caminho para seguir”, revela.

Desde que Priscila começou a trabalhar como professora na rede pública, a interdisciplinaridade é o guia das suas ideias. “Eu percebi que as crianças, por volta do 50 ano, ainda tinham muita dificuldade com

a leitura e interpretação dos textos. Isso atrapalhava o aprendizado em outras áreas. Aí eu decidi criar um projeto de leitura coletiva, o ‘De conto em conto’, que foi abraçado por toda a escola. Quando um projeto nasce assim, no seio da escola, ele dá frutos maravilhosos, pois parte da necessidade dos alunos”.

Em 2017, Priscila comprou, por conta própria, algumas unidades do livro ‘O Alienista’, de Machado de Assis. Muitos não acreditavam que a leitura da obra seria possível para alunos tão jovens. Mas, o que parecia um sonho audacioso demais, virou uma realidade que revolucionou a escola. “Nós líamos juntos, parágrafo por parágrafo. No fim do ano, os alunos fizeram o ‘Rap do Machado’. A iniciativa foi deles, de tanto que gostaram. Alguns anos

mais tarde, já eram 11 turmas participando dos projetos de leitura. Daí surgiram exposições, peças de teatro e dança”, conta.

O projeto se consolidou tendo, a cada ano, um livro de trabalho diferente, além de outras obras, com foco na inclusão e em ações antirracistas. A jornada de leitura atravessou a pandemia, e o trabalho se transformou no ‘De conto em conto na rede’,

com o apoio da UFRJ e o reconhecimento da Associação Beneficente dos Professores Públicos Ativos e Inativos do Estado do Rio de Janeiro (Appai).

Em 2022, a deputada estadual, Elika Takimoto (PT), encantou-se pela ideia e doou uma caixa de livros ao projeto de Priscila. “Saí da casa dela com aquele monte de livros toda feliz, para a leitura desse ano”, relembra. Eram edições de ‘Isaac no mundo das partículas’, escrito pela própria deputada. Por meio dessa obra, as crianças compreenderam melhor não só o universo da ciência, mas seu próprio modo de estar no mundo. “Eles perceberam que as matérias são como pequenas partículas e nós somos feitos átomos”.

“A escola me salvou e também vai salvar outros meninos e meninas”

Hoje, a professora se orgulha em ser também escritora, com três livros publicados: 'Ouvi chover poesias', de 2019, 'Luana, a menina que sabia voar', de 2020, e 'Pedro, o menino curioso', de 2023. Com as obras, Priscila ganhou o prêmio Melhores Escritores, pela Editora Letras Virtuais, e chegou a ser indicada ao Prêmio Jabuti, concedido pela Câmara Brasileira do Livro.

Mestre pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Priscila fala sobre sua pesquisa, e as dificuldades dos docentes, nas salas de aula. "Os professores querem muito trabalhar de modo interdisciplinar. Mas o esforço, às vezes, é sobreposto pela rotina corrida das grandes cidades. É preciso que haja políticas públicas que colaborem com esses profissionais. Só assim será possível continuar mantendo vivo o sonho de crianças capazes de olhar pro mundo de modo crítico, com capacidade interpretativa, prontas para compreender identidades e lutar pelos seus direitos", conclui.



Priscila Cruz é professora de projetos interdisciplinares no Rio de Janeiro (RJ)

Foto: Bruno Areyano



A professora Janete Borges, 55, vive desafios de dar aulas para pessoas de diferentes culturas e nacionalidades

Na pontinha do mapa, com crianças de todo canto

Janete Borges, 55, vive no extremo sul do país. Com 6 mil habitantes, Chuí (RS) se emancipou de Santa Vitória do Palmar, em 1995. A professora, que dava aulas numa escola municipal de periferia, podia escolher entre as duas cidades. “Eu fiquei no Chuí e não me arrependo. Nessa escola eu dei aulas para crianças muito carentes, entre elas, o meu próprio filho. Alguns meninos eram muito difíceis de lidar, pelas condições de vida mesmo. Mas, é desses que eu me lembro com mais carinho”, conta.

Imigrantes uruguaios não existem no Chuí. Na cidade, que faz divisa com o país, os vizinhos são considerados irmãos. De um lado, o Chuí brasileiro, do outro, o Chuy uruguaio. Países separados por uma

avenida, que na parte brasileira se chama Uruguai e, na uruguaia, chama-se Brasil. “Essas homenagens são muito comuns para nós, inclusive nas escolas. Aqui no Chuí, a escola municipal General José Artigas é uma recordação do herói da independência do Uruguai. E lá no Chuy, tem uma escola chamada República Federativa do Brasil”, explica a professora.

Essa hospitalidade é a marca da região. Segundo o último Censo, mesmo com pouca estrutura, o Chuí é uma das cidades brasileiras com maior concentração de imigrantes. Eles são, segundo

Janete, em sua maioria, árabes. Esses visitantes recebem um apelido carinhoso. “A gente chama todo mundo de turco. Mas, são judeus, palestinos, pessoas de várias regiões. Têm os argentinos também”, conta. A professora explica que a cidade se formou com a presença de muitos mascates. Por isso, hoje, ainda há a tradição de imigrantes que chegam para montar seus comércios.

Docente há 28 anos, Janete conta que o maior desafio numa sala de aula do Chuí é a barreira linguística e, algumas

vezes, as diferenças culturais. “Por outro lado, a gente aprende tanto com essas crianças”, diz a professora, que já se aposentou na rede municipal e está prestes a fechar o ciclo de trabalho na escola estadual, onde atua como diretora. A casa dela, que antes ficava a

uma quadra da escola, agora está a 8km de distância, no balneário da barra do Chuí. “Antes estava a um passo do trabalho. Agora, estou a dois, mas vou de carro. A temperatura aqui chega a -1º e venta muito”, brinca.

De frente para a praia, a professora pode pensar no conhecimento que está para além-mar. “Essa luz que nós plantamos, esse aprendizado que entregamos com amor, se espalha por outros países. Essas crianças levam um pouco de nós. E retornam, pois no coração delas também fica um pedacinho do Brasil”.

“Esses meninos voltam para os seus países, com nossa recordação no peito”

O ingrediente secreto da cantina é amor

Nem mesmo o longo trajeto que faz diariamente, de casa até o trabalho, ofusca a felicidade e satisfação da cozinheira Dionísia Maria Souza Pereira, 59, em estar na escola. Baiana de nascimento e brasiliense por tempo de vivência, há sete anos ela direciona o amor que tem por sua profissão aos alunos do Centro de Ensino Fundamental (CEF 2) da Estrutural, região administrativa do Distrito Federal.

“Sou apaixonada pela minha profissão. Eu amo o que eu faço, e faço com muito carinho. Amo trabalhar com o público e me identifico muito com as crianças aqui da escola, pois para elas não é só uma alimentação, tem o carinho e o afeto na forma de servir”, conta.

Localizada em uma região carente do DF, onde até 2018 funcionava o maior lixão da América Latina, cerca de 1.500 alunos são atendidos pelo CEF 2.

Além do ensino regular infantil, até o quinto ano, a escola também acolhe crianças em maior vulnerabilidade social ou que necessitam de cuidados diferenciados.

Por conta das adversidades da comunidade local, a escola detém consigo um senso especial de gratidão. Entre os estudantes, acostumados com a realidade mais simples, cada gesto de cuidado vindo dos trabalhadores é devolvido com palavras de carinho

e sinceros agradecimentos. “Saber que, para algumas, a única alimentação que terão no dia é da escola, faz a gente procurar estar sempre fazendo o melhor”, relata.

“Estar cozinhando para essas crianças já me fez até chorar. Às vezes eu me emociono muito quando a gente chega para servir o lanche e eles nos falam ‘Ai, tia, estou com tanta fome’; ‘Deus te abençoe, tia’; ‘Sua comida tão

boa’. Já tivemos de parar na porta da sala de aula, por nos receberem com aplausos e abraços”, conta Dionísia.

O afeto dos estudantes motiva Dionísia, que se diz realizada profissionalmente. Quatro conduções e cerca de 15 km são percorridos de sua residência, na M norte-região localizada na cidade de Taguatinga-, até a escola que considera ser o seu segundo lar.

“Eu entro por volta das 11 horas da manhã, saio umas 20h ou 20h30, quando termino. Eu moro distante, mas eu amo estar nessa escola.”

Ao reconhecer o seu papel como de uma educadora no CEF 2, Dionísia salienta que ser cozinheira está além de apenas servir uma boa refeição, uma vez que o contato com os estudantes tem agregado para socialização e boa experiência desses. Segundo ela, é um momento que proporciona um carinho que muitos ali precisam receber.

“Para mim, é como se fossem meus filhos, pois o amor que eu tenho por eles é o mesmo que eu dedico aos meus alunos”, enfatiza.

“Saber que, para algumas crianças, a única alimentação que terão no dia é a da escola faz a gente procurar estar sempre fazendo o melhor”

A merendeira Dionísia Pereira, 59, sabe que seu trabalho é primordial para a saúde e a educação dos alunos

Raquel Guisoni: educadora, militante, feminista e revolucionária

Alfabetizadora e símbolo da luta contra o regime militar, ela deixou um legado de defesa da educação pública e por mais igualdade de direitos entre homens e mulheres

Por João Paulo Rabelo

Raquel Guisoni e o companheiro de muitas jornadas, Divo Guisoni



“ Mátria. Complemento e antítese de pátria. Pátria, de pai; mátria, de mãe. Pátria da moeda e da espada; mátria da inclusão e da igualdade. Este é o verdadeiro sentido da luta da mulher pela igualdade de direitos. Fazer com que o mundo seja um lugar onde, como no coração de uma mãe, todos tenham espaço, vez, voz e sejam tratados com justiça e igualdade de oportunidades”.

Este trecho do editorial da primeira edição da Revista Mátria, de março de 2003, aponta traços da personalidade de Raquel Felau Guisoni: generosa e combativa - e responsável por deixar um legado para a educação pública brasileira, militância sindical e a luta feminista.

Na CNTE, Raquel foi vice-presidenta de 2005 a 2008, além de ter sido secretária de Relações de Gênero da Confederação por dois períodos diferentes: de 2002 a 2005 e de 2008 a 2011. Grande idealizadora da Revista Mátria, Raquel Guisoni nasceu no Dia da Escola (15/3) e faleceu no Dia Internacional contra o Fascismo (9/11/23) - datas que dizem muito sobre sua militância em prol da construção coletiva social.

A filha caçula, Nara Guisoni, revela com carinho as memórias de Raquel: “ela nasceu na cidade catarinense de Bom Retiro, mas foi registrada em Rio do Sul, no mesmo Estado. Cresceu sem saber quem era o pai. Era neta de imigrantes lituanos e russos. Minha avó tinha apenas 15 anos quando ficou grávida de minha mãe. Depois, desde os 9 anos até terminar a escola, minha mãe estudava como interna num colégio de freiras e só via a mãe dela nas férias. Foram vários anos longe do afeto familiar”, relembra Nara.

Raquel graduou-se em História e Geografia pela Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, e se especializou em Educação Sanitária, em Porto Rico. Fez parte da Juventude Universitária Católica (JUC), participou ativamente do movimento estudantil, militou na Ação Popular (AP) escondida da família e,



Foto: Arquivo pessoal

A filha primogênita Iracema (à esq.) e a caçula Nara (à dir.) presenciaram a militância da mãe em diferentes fases da vida

desde 1973, fazia parte do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A atual ministra da Ciência, Tecnologia e Inovações e também presidenta do PCdoB, Luciana Santos, classifica Raquel Guisoni como uma educadora feminista revolucionária. “[Ela] foi e continua sendo uma inspiração. Seu legado é eterno, refletido no seu compromisso incansável com a justiça social e na sua dedicação às lutas populares”, diz em depoimento à Revista Mátria.

Para a ministra, a paixão de Raquel pelo aprendizado e o compromisso com os direitos dos trabalhadores/as inspiraram gerações de educadores/as. “Sua vida foi marcada pela dedicação à causa da educação, tornando-se uma referência incontestável no cenário educacional brasileiro. Também teve voz ativa nas lutas de gênero, sempre em defesa dos direitos das mulheres, com valiosa contribuição com a militância política da União Brasileira de Mulheres. Com certeza, ela permanece viva entre nós”, afirmou a ministra.

Militância e maternidade

O Brasil de 1964 a 1985 era marcado por perseguições, torturas e desaparecimentos. “Um regime forte destinado a conservar a ordem no país foi instituído sob o aval de setores da elite e da classe média, contando com o apoio dos Estados Unidos. Como resistência, várias organizações de esquerda apareceram se propondo a transformar a sociedade. Colocadas na ilegalidade pelo sistema repressor, a clandestinidade se tornou a única forma possível para essas organizações”, descreveu a pesquisadora Josiély Koerich no artigo “*Mulheres militantes na Ditadura Militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade*”, em que analisou duas histórias, uma delas a de Raquel Guisoni.

Para Koerich, o envolvimento de Raquel e de outras mulheres em organizações de esquerda, particularmente na Ação Popular, demonstrou um “ato consciente” de busca não só pela “dissolução da ditadura, mas

para a construção de uma sociedade mais justa”. Foi na Ação Popular onde Raquel conheceu o companheiro de muitas jornadas, Divo Guisoni. Em depoimento gravado em outubro de 2021 pelas filhas, Raquel relembra como foi o casamento com Divo.

“Usei um vestido branco e curto e nos casamos no seminário dos Saletinos porque não queríamos que fizessem a liturgia de que a mulher tinha que ser submissa ao marido. Os Saletinos eram amigos e não falaram essa parte. Eu e o Divo achávamos que o casamento não precisava da submissão da mulher pelo marido, mas que era uma união entre iguais. Sempre tentamos construir uma relação entre iguais”, disse. E completou: “O Divo é meu companheiro de toda a vida. Foi a militância que nos encontrou”.

Segundo Nara, a mãe e o pai militaram ativamente na luta contra o regime militar. “Em geral, era o meu pai quem se envolvia nas situações de mais risco, como encontrar outros

militantes e levar ou buscar material. O papel da minha mãe, muitas vezes, era o de manter a situação de normalidade da família, para ninguém perceber o envolvimento deles. Mas eles compartilhavam tudo. Quando eu era pequena, lembro de reuniões clandestinas do partido lá em casa: minha irmã e eu não podíamos ver ninguém e eles também não nos viam, por segurança, afinal, o risco de alguém ser preso e poder denunciar o partido e os outros militantes sob tortura estava sempre presente”, conta.

Divo e Raquel viveram mais de dez anos na clandestinidade. E mesmo com a orientação da Ação Popular de não poder ter filhos, Raquel ficou grávida da primogênita Iracema em meio à Ditadura. “Muitos iam para o campo e deixavam os seus filhos com os parentes: ou com a mãe, ou com a sogra. Eu e o meu marido, resolvemos que nossa filha ia com a gente. Essa foi uma opção consciente que nós fizemos. Porque nós queríamos que nossos filhos vivessem a vida da gente”, disse Raquel em entrevista à Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 28 de agosto de 2014.

Mesmo com a perseguição da época, Raquel e Divo decidiram por mais uma gravidez. Foi quando Nara chegou à família. “Nossa decisão era contraditória, porque era a fase mais perigosa da ditadura e, ainda assim, decidimos ter outra filha”, relembra Raquel, em depoimento gravado cedido pela própria Nara à Revista *Mátria*.

Raquel foi vice-presidenta de 2005 a 2008, além de ter sido secretária de Relações de Gênero da CNTE por dois períodos



Foto: Arquivo CNTE

Alfabetizar e defender a democracia

Divo lembra que Raquel era respeitada pela firmeza como manifestava as ideias. “Uma oradora vibrante que lutou para construir uma sociedade mais justa”, analisa Divo. Segundo ele, a esposa não era uma pessoa só de palavras. Se ela concordava com algo, ela fazia acontecer.

Foi na Ação Popular, por exemplo, que Raquel se envolveu na fundação da Escolinha do Povo, em Campo Mourão (PR). A ação social era organizada pela Igreja Católica, como lembra Nelci Veiga Mello no livro “Caminhadas Vermelhas”. “Os coordenadores foram os ex-padres: José Luiz Silva, Joao Batista Filho e Raquel Felau. A última, acadêmica em Curitiba, veio especialmente coordenar a ação similar às nordestinas - a ação do MEB, Movimento de Educação de Base, vinculado à CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”.

“
Escolinha do Povo: ao invés de ensinar “Ivo viu a uva”, dizia-se “o povo tem voto
”

Nelci expõe a importância desse movimento de alfabetização de adultos, baseado no método de Paulo Freire, que “abandonava a alfabetização pelo método fônico”, optando por apresentar palavras mais próximas ao contexto social e o cotidiano dos alunos. “Nas palavras de Elio Gaspari (...), ao invés de ensinar “Ivo viu a uva”, dizia-se “o povo tem voto”, cita a autora.

No livro, há uma fala de Raquel com mais detalhes sobre a Escolinha do Povo: “O objetivo era um trabalho com a comunidade, fazer levantamento da realidade das famílias que ali moravam numa situação de muita pobreza, condições de higiene muito precárias, muitas doenças. Trabalhar não só a alfabetização das crianças, mas com os adultos analfabetos. Me recordo que na época não tinha luz elétrica ainda, alfabetizávamos à noite, com lampião à luz de vela, era um trabalho muito gratificante”, descreveu.

Outro exemplo de contribuição direta do casal Guisoni à luta contra a ditadura se deu quando moraram em uma sítio em Embu das Artes (SP). Foi lá onde Raquel e Divo escondiam uma impressora *offset* e trabalharam, juntos, na impressão do Livro Negro da Ditadura - com os nomes dos envolvidos nas torturas e na Operação Bandeirantes (OBAN), que perseguia, prendia, torturava e matava opositores do regime.

“Não tinha eletricidade, daí a gente teve que fazer uma casinha e ter um gerador. E a justificativa que a gente tinha ali era de que nós



Registro da Escolinha do Povo, em Campo Mourão (PR), 1963

estávamos plantando verduras para vender para ao Ceasa e a gente precisava de irrigação. Então, a gente trabalhava na plantação e usava a irrigação. A gente imprimiu 500 exemplares. Pelo que a gente tem conhecimento, foi o único material impresso aqui no Brasil durante a ditadura”, contou Raquel à CNV.

Nara conta que o livro era impresso à noite e que o barulho do gerador ajudava a esconder o ruído da impressora. “Meu pai saía para vender o que colhia na plantação e distribuía dos livros”.

Sindicalismo de peito aberto

Na redemocratização, Raquel inicia uma nova fase de lutas, quando ajudou a reorganizar o PCdoB, em São Paulo. “Raquel era uma entusiasta da formação política e ideológica e contribuiu ativamente para a divulgação das ideias do partido. Sempre atuou no movimento sindical da área da Educação e foi uma das principais referências nacionais do partido nesta frente”, diz a nota do Partido, divulgada em sua homenagem.

Foto: Arquivo pessoal



Raquel integrou a União Brasileira de Mulheres (UBM) e foi voz ativa na luta contra a desigualdade de gênero

Em 1981, exerceu a militância no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp); de 1991 a 2005, integrou a diretoria do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (Sinpeem), na capital paulista, tendo ocupado, ainda, cargos na CUT/SP e no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres.

Depois da ditadura ela saiu de um lugar de militância em que estava escondida para um outro em que podia se expor: “em cima de um caminhão de som ela era uma pessoa feliz”, relembra Nara. A escola e a educação públicas foram

defendidas por Raquel com muita convicção, segundo a ex-secretária de Assuntos Educacionais da CNTE, Antonieta Trindade. “Era uma pessoa maleável para construir consensos e uma defensora da emancipação das mulheres”, afirma.

Para a atual secretária de Relações de Gênero da CNTE, Berenice D'arc, Raquel era defensora incansável da implementação de políticas de emancipação das mulheres e que “esta bandeira fosse, sobretudo, uma política estruturante do movimento sindical”, defende. “Raquel, foi uma guerreira feminista: se hoje temos políticas afirmativas em prol das mulheres, são frutos de sementes germinadas por ela”.

Roberto Felício, ex-presidente da CNTE (1989-1993) e também ex-dirigente da Apeoesp, afirma que Raquel atuou como uma das grandes

representantes do movimento pela retomada do movimento sindical do Brasil. Ainda que ele e Raquel tivessem opiniões diferentes sobre aquilo que defendiam nos sindicatos, Roberto reconhece que era uma relação profissional muito respeitosa e que as divergências nunca eram levadas para o lado pessoal.

“Raquel foi uma militante valerosa, convivi com ela no movimento sindical durante décadas, foi uma pessoa muito comprometida e muito combativa: entusiasmada na defesa das suas opiniões e muito disciplinada. Sinto muito orgulho de ter convivido com ela, que deixa um legado importante para o movimento social e partidário do país”, afirma Roberto.

Gumerindo de Souza Milhomem, ex-presidente da Apeoesp, concorda. Ele a conheceu na década

Raquel, à esquerda, participa da Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Pequim, em 1995



Foto: Arquivo pessoal

Foto: Arquivo pessoal

de 1970 e qualifica Raquel como uma militante indispensável que colaborou com a mobilização e organização sindical dos professores de escolas públicas de forma local, regional e nacional. “Convivi com uma militante verdadeiramente comprometida com os interesses populares, nas lutas contra as desigualdades e discriminações e na organização dos trabalhadores pelo fim da exploração e opressão do capital”, complementa.

Revista Matria

Ao relembrar a importância do legado da Revista Matria, uma das marcas da gestão de Raquel Guisoni na CNTE, Isis Tavares, ex-secretária de Relações de Gênero da Confederação, pontua a importância deste canal de comunicação com os/as trabalhadores/as. “A Revista Matria extrapola fronteiras e tem um alcance que vai além da sala de aula”, diz.

A proposta da CNTE ao lançar a Revista Matria, idealizada e

defendida por Raquel, foi de estruturar um conteúdo sobre mulheres para ser lido e debatido em sala de aula, de forma aprofundada, e que sua leitura fosse disseminada para todos. “...a revista não é voltada exclusivamente para o público feminino. Pelo contrário, assim como o ‘coração de mãe’, ela deve circular em todos os ambientes, para todos os leitores, de todas as idades”, explica o editorial daquela primeira edição.

A ex-presidenta da CNTE Juçara Vieira afirma que foi Raquel a responsável por apresentar a ideia do encarte teórico da publicação, seção dedicada ao aprofundamento em assuntos de alta relevância para o debate da igualdade de gênero. “Foi na gestão dela que a revista ganhou esse componente, trazendo mais consistência. Hoje, a revista tem um espaço fundamental na vida das nossas escolas e fora dela também”, conta Juçara.

Raquel lutou por uma “matria” amada, pois, para ela, a humanidade “só tem a ganhar ao incluir a mulher, de modo igualitário, na vida social, familiar, política e sexual”, escreveu no seu primeiro artigo para a Revista.

E fez questão de frisar qual transformação sonhava para seu país: “Não repudiamos nossa feminilidade, nossa sexualidade, nem nossas diferenças; de fato, as acentuamos como marca de nossa identidade e condição. Mas, para muito além da biologia e da anatomia, somos seres sociais, vítimas de uma história que nos delegou, ao longo de milênios, um papel menor



Foto: Arquivo pessoal

Homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina à Raquel Guisoni em reconhecimento pela luta em prol dos direitos sociais

na condução dos destinos de nossos povos. É isso que repudiamos. É isso que queremos mudar. Para alcançarmos esse objetivo, precisamos trabalhar diligentemente para detectar, com sobriedade, todas as áreas onde o sexismo e o preconceito em geral continuam atuando; seja no mercado de trabalho, nas relações familiares ou na linguagem”, bradou a Raquel.

A defesa incondicional dos direitos das mulheres foi a principal marca de Raquel, segundo a secretária de Assuntos Jurídicos do Simpeem, Lilian Maria Pacheco. “Ela faz parte da construção do que nós somos hoje. Vamos fazer o possível para que prospere seu legado. Obrigada Raquel Guisoni por ter se dedicado a nossa causa durante toda a sua vida”, agradeceu Lilian.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e tenha acesso a todas as edições da Revista Matria, desde 2003.





REDE DE TRABALHADORAS DA AMÉRICA LATINA: UMA HISTÓRIA DE FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DE MULHERES NO MEIO SINDICAL



Foto: Joka Madruga, Jordana Mercado e Gabriel Castro

Promovida pelo Comitê Regional da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), Rede é a que mais mobiliza mulheres em todo mundo no âmbito da Internacional da Educação (IE)

Por Amanda Vieira

O primeiro Congresso Mundial da Internacional da Educação, em 1995, estabeleceu a “Declaração Política sobre as mulheres na educação e nas organizações de professores”. Esse documento estimulou a criação de redes que tratassem as demandas sindicais com uma perspectiva de gênero.

Dez anos depois, em 2005, o Comitê Regional da IEAL formou a REDE de Trabalhadores da Educação para a América Latina, que tem como principal objetivo “o fortalecimento dos sindicatos através da implementação de políticas sindicais que promovam e garantam a participação e a militância”.

Entre as diversas dinâmicas de trabalho, a Rede realiza reuniões internas de cada sindicato, e de coordenação entre o Escritório Regional e as organizações de cada país como um todo. Da mesma forma, são realizadas reuniões para a sub-região norte (México,

América Central e República Dominicana), reuniões para a sub-região sul (Zona Andina e Cone Sul) e reuniões regionais para toda a América Latina.

De acordo com Fátima Silva, secretária geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e vice-presidenta da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), ao longo dos anos a rede ampliou os horizontes de atuação das mulheres da região. “As dirigentes da América Latina tiveram a oportunidade de desenvolverem uma análise de conjuntura da região a partir das vivências. Essa interação proporcionou um olhar regional e latino-americano, porque elas também saíram do seu espaço nacional para um espaço de convivência latino-americano, igual aos demais dirigentes sindicais, que já tinham mais oportunidades de participar de eventos internacionais”, reflete.

Foto: Jordana Mercado





Fátima Silva, secretária geral da CNTE e vice-presidente da Internacional da Educação para a América Latina



Atuação nos cinco continentes

A Internacional da Educação (IE) criou redes de mulheres nos 5 continentes. Na abertura da primeira Conferência Mundial das Mulheres da IE, realizada em 2011, a então presidente da entidade, Susan Hopgood, defendeu que “os sindicatos de professores que acreditam na justiça social e na solidariedade têm um papel a desempenhar para alcançar a igualdade de gênero”. Na ocasião, ela também elogiou a “eficácia das redes de mulheres”.

“Durante o meu mandato na Internacional da Educação nasceram as Redes de trabalhadoras da educação nas diversas regiões do mundo. A mais ativa e desenvolvida é, sem dúvida, a Rede Latino-Americana”, declara a professora argentina Marta Scarpato, ex-coordenadora de Igualdade e Direitos Humanos da Internacional da Educação.

A professora chilena María Loreto Muñoz Villa, uma das lideranças que participou da fundação da RED-IEAL, recorda que foi contatada em 2004 para iniciar os trabalhos que resultaram no primeiro encontro de fundação da RED-IEAL em dezembro de 2005.

“Esta rede tinha como objetivo acabar com as assimetrias de gênero que existiam entre homens e mulheres tanto na esfera profissional nas escolas, como nos currículos e nas organizações sindicais. Vimos que os cargos políticos eram compostos por homens, mas a grande massa afiliada às organizações de trabalhadoras e trabalhadores eram de mulheres”, sintetiza a professora.

Rede de Trabalhadoras da Educação, reunidas em Belo Horizonte



Juçara Dutra Vieira, ex-presidenta da CNTE e ex-vice-presidenta da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), lembra que o processo de formação da RED-IEAL contou com uma oficina para algumas companheiras aprenderem a ligar o computador e a acessarem a internet. “A RED sempre foi virtual e presencial e precisava ganhar estatura. Foi um trabalho político e também de preparação técnica para viabilizar a rede, um trabalho de inclusão tecnológica, entre 1995 e 2005”, relata.

A Rede da América Latina vem se destacando entre as demais redes pela capacidade de mobilização e engajamento. “No início éramos poucas mulheres. Aí a nossa mobilização foi incentivando a realização de conferências regionais, nacionais, até chegar nas internacionais, onde as mulheres que participam do encontro de mulheres já permanecem nas conferências internacionais gerais. Essas ações permitiram que mais mulheres participassem nos espaços de decisão política das organizações”, explica Fátima Silva, sobre o crescimento dessas redes.

A dirigente acrescenta que esse fortalecimento de mulheres também conta com expressivo apoio financeiro tanto dos sindicatos locais - no Brasil, tem apoio da CNTE - como internacionais. A rede recebe recursos de fundos de cooperação internacional dos sindicatos Sveriges Lärare (Suécia), Utdanningsforbundet (Noruega), National Education Association (EUA) e Canadian Teachers' Federation (Canadá). Todos são sindicatos filiados à Internacional da Educação.

XIII Conferência Regional da Internacional da IEAL

Igualdade de oportunidades e combate ao avanço do neoconservadorismo são temas a serem levados pelas mulheres da América Latina para as conferências internacionais da educação em 2024.

“Não há sociedade que seja imune à desigualdade de gênero. Essa herança patriarcal é superada aos poucos. Ela se combina muito com o modelo econômico da maior parte dos regimes do mundo, que é o capitalista”, avalia Juçara Dutra Vieira.

A busca pela equidade entre homens e mulheres é um dos principais temas a serem debatidos em 2024 na XIII Conferência Regional da Internacional da IEAL, no dia 7 de abril, na Costa Rica, e também deve estar presente no 10º Congresso Mundial da Internacional da Educação no dia 17 de julho, na Argentina.

“Nos anos 1980 o neoliberalismo contribuiu muito para o retrocesso dos direitos sociais. A luta feminina continua sendo um desafio universal. Nos países em desenvolvimento a realidade é pior porque os empregos são de menor qualidade, e a riqueza em geral é mais concentrada em nome de poucos”, explica Juçara.

O modo como o neoliberalismo avança em todo mundo também é um ponto de atenção na opinião da professora chilena María Loreto Muñoz Villa. “Políticas e avanços neoconservadores em nível mundial - e particularmente na América Latina - nos preocupam principalmente porque eles colocam em risco os direitos das mulheres e demonizam os serviços públicos, e isso impacta o direito à educação de meninas e meninos, fundamentalmente a educação pública”, alerta Muñoz.

Para a professora chilena, esse neoconservadorismo está impactando os sistemas educativos, pois nos países onde a direita avança surgem propostas de retorno à

privatização do ensino: “Isso significa a vulnerabilização da educação pública e o debilitamento das condições do trabalho, o que vai impactar as mulheres também”.

Fortalecimento da democracia

A professora argentina **Marta Scarpato** acredita que a atuação da RED-IEAL da América Latina e de outras regiões é indispensável. “Posso afirmar sem dúvida que as redes de mulheres sindicalistas contribuíram de forma muito importante para a mudança positiva da agenda sindical. Foram elas que trouxeram para a ação sindical questões como a licença parental, a violência de gênero no trabalho,



Foto: Reprodução Youtube

na sociedade e em casa, que antes eram consideradas questões privadas, não laborais ou sindicais”, destaca.

Para Marta Scarpato, hoje as redes também devem se manter como instrumentos de defesa dos direitos adquiridos, ameaçados por tantos lados. “É importante para defender a democracia conquistada com tantas lutas nos nossos países, uma ferramenta de formação e mobilização”, destaca.

Loreto Muñoz comenta que o avanço do neoconservadorismo é uma das ameaças à democracia. “Haverá mais perseguições e criminalização de movimentos sociais e sindicais. Creio que temos um dever como organizações sociais e de trabalhadores e trabalhadoras da educação em colocar a defesa da democracia como eixo fundamental do discurso”, opina a professora.

Foto: Reprodução Facebook



Foto: Jordana Mercado



Encontro da Rede de Mulheres em 2019, em Curitiba, pede justiça à vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada no Rio de Janeiro, em 2018

Piedad Cordoba: pela paz da Colômbia e em defesa dos direitos humanos

Fotos: Divulgação IEAL



A ativista, advogada e política colombiana Piedad Córdoba

Em janeiro de 2024, o movimento feminista perdeu uma de suas lutadoras mais aguerridas, a ativista, advogada e política colombiana Piedad Córdoba. “Uma grande mulher e lutadora pela paz na Colômbia. Tive a sorte de conhecê-la ao longo do caminho. Nesses passos ela não hesitou em acompanhar nosso trabalho na Rede de Trabalhadores em Educação da América Latina. Sua presença incomodou alguns, mas seu legado continuará vivo. Honra e glória”, declarou María Loreto Muñoz Villa, em sua rede social.

Uma das principais militantes do Pacto Histórico, partido do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, Piedad Cordoba cumpria mandato como senadora. Ela faleceu em decorrência de um infarto, prestes a completar 68 anos em 25 de janeiro.

Influente defensora dos direitos humanos na Colômbia, Piedad é uma referência para toda a região. Legislou em defesa das mulheres, dos negros, da população LGBTQIA+ e promoveu o processo de paz entre o governo colombiano e a guerrilha Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), trabalho que lhe deu mais visibilidade.

Por enfrentar pessoas poderosas e violentas, viveu cercada de escoltas. Denunciava permanentes ameaças e atentados contra ela, muitos dos quais foram catalogados pelas autoridades como tentativas de assalto. Além do trabalho junto à guerrilha, Córdoba abriu caminho para mulheres afrodescendentes e deixou um legado de paz e justiça social em seu país.

Violência e assédio: práticas inaceitáveis

A Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a primeira norma internacional que reúne igualdade e não discriminação com a segurança e saúde no trabalho num único instrumento e coloca a dignidade humana e o respeito no seu centro. Apesar da Convenção ter sido aprovada na conferência do Centenário da OIT, em 2019, na América Latina apenas Uruguai, Argentina, El Salvador, Equador, México, Panamá e Peru a ratificaram.

A REDE de Trabalhadores da Educação para a América Latina começou a promover, em 2021, a campanha para pressionar os demais países a assinarem essa Convenção. No âmbito dessa mobilização, foi

desenvolvido um folheto explicativo com os conteúdos mais relevantes da Convenção 190, que está disponível para download na seção de publicações do site da IEAL.

A convenção define violência e assédio como “um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, ou ameaças de tais comportamentos e práticas, manifestados uma vez ou repetidamente, que visam, causam ou são suscetíveis de causar danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos, e inclui violência e assédio baseados no gênero” (Artigo 1, 2019).

Essa definição, por exemplo, inclui abuso físico e verbal, assédio ou intimidação, assédio sexual, ameaças e perseguição, bem como práticas de trabalho abusivas que dão origem a riscos psicossociais como depressão, ansiedade, isolamento e outros. Da mesma forma, reconhece que o assédio, a violência e a discriminação têm graves consequências sociais e econômicas, e que são práticas que afetam desproporcionalmente grupos que já enfrentam condições de vulnerabilidade, como as mulheres e as pessoas sexualmente diversas ou as pessoas com deficiência.

A luta pelo reconhecimento do direito a uma vida profissional livre de assédio e discriminação, por meio da ratificação e implementação da Convenção 190 avança lentamente na



região latino-americana, mas é mais urgente do que nunca. As organizações sindicais podem aproveitar esta campanha para divulgar o conteúdo da proposta, estudar as expressões de violência e assédio no trabalho que se manifestam no campo da educação e propor formas de preveni-las, preparar propostas para implementar nos centros educativos, incluir em acordos coletivos ou em legislação por meio de leis específicas sobre assédio e violência, bem como realizar atividades sobre esses temas.



"A nossa estratégia de comunicação é promover essa campanha da Convenção 190 da OIT até que o último país de nossa região a ratifique. É uma campanha que ainda não acabou e seguiremos em todos os espaços políticos, sugerindo que todas as organizações sindicais façam alianças com movimentos sociais e feministas, e pressionem seus governos."
Gabriela Sancho Mena, coordenadora do Escritório Regional da IEAL

Fotos: Jordana Mercado

O avanço da pauta de costumes e como isso afeta as mulheres

Por Ana Prestes



Shutterstock

Introdução

Ao longo dos últimos anos, no Brasil, com o ascenso de forças políticas conservadoras de direita e ultradireita, no cenário político nacional, o termo *pauta de costumes* passou a estar muito presente no debate público e nas disputas eleitorais. As principais vias desse debate são as redes sociais, a imprensa em geral e as casas legislativas dos Estados, Câmara e Senado. Ele aparece associado e identificado a outros conceitos e entendimentos, como “agenda de direitos”, “pauta conservadora”, “pautas morais” e “batalha cultural”. E como principais temas dessa agenda estão questões como aborto, drogas, gênero, raça, armamento, união homoafetiva, migração e outros correlatos. No decorrer desse texto, analisaremos o fundo ideológico fascista que fundamenta a pauta de costumes e as consequências do seu avanço para o bem estar das mulheres, das trabalhadoras da educação e a agenda de igualdade entre homens e mulheres.

Ideologia fascista como pano de fundo da pauta conservadora de costumes

Segundo o filósofo estadunidense Jason Stanley, autor do livro *Como funciona o fascismo - A política do “nós” e “eles”* (2018), na base da ideologia fascista existe uma diferenciação entre amigo e inimigo. O líder fascista se apresenta como aquele que protege seus apoiadores contra um inimigo que é dotado de malevolência. Esse inimigo ameaça os valores básicos da civilização e é preciso impedir isso com a defesa das “tradições”. Como “tradições” se entendem os valores religiosos e patriarcais fundantes das sociedades como a brasileira, por exemplo, e os inimigos são os liberais (nos costumes), os intelectuais, os comunistas, as feministas, os homossexuais, grupos étnicos (indígenas por exemplo) ou minorias religiosas (religiões afrodescendentes por exemplo) que supostamente possuem uma aliança para destruir o que é tradicional.

Mas a diferenciação não basta, é preciso caracterizar esse inimigo de forma semelhante à de um monstro

horrendo, capaz de subverter a ordem. E ele o faz transformando as instituições e dominando a comunicação do país. Um exemplo é o famoso “kit gay” que teria sido produzido pela equipe do ministério da educação do governo Dilma, por dentro das instituições, portanto, e divulgado amplamente para a sociedade pelos meios de comunicação. Na verdade, tratava-se de um material de combate à homofobia que estava em análise pelo ministério da educação e que foi “vazado” de forma distorcida pela equipe do então Deputado Federal Jair Bolsonaro que na época disse: “Não me agrada falar em homossexual. Realmente assumo o que disse na TV Câmara: se um garoto tem desvio de conduta logo jovem, ele deve ser redirecionado para o caminho certo, nem que seja com umas palmadas”.¹

Algo importante a ressaltar sobre esse tipo de discurso é a estrutura narrativa que lhe é peculiar. Para quem diz defender as “tradições” é importante convencer as pessoas de que o inimigo quer destruir coisas tão amplas quanto toda uma cultura ou mesmo toda a civilização humana. E para isso precisam ressaltar como a sua própria cultura é a mais avançada. Já demos o exemplo de uma fala de Bolsonaro, vejamos agora dois exemplos internacionais sobre esse tipo de abordagem. Primeiro, um trecho de uma palestra de William Barr, ex-procurador geral dos EUA durante o governo Trump, na Universidade de Notre Dame (2019):

*Na verdade, os padrões morais judaico-cristãos são as mais avançadas normas utilitárias para o comportamento humano. Elas refletem as regras mais adequadas para o homem, não no futuro, mas aqui e agora. São como um manual de instruções de Deus para o melhor funcionamento dos seres humanos e da sociedade. (...) a campanha para destruir a **ordem moral tradicional** vem² provocando imenso sofrimento, destruição e tristeza.³*

E agora um trecho de discurso do próprio Trump, em 2019, no Values Voter Summit:

Nossos valores comuns estão sendo atacados como nunca antes. Radicais da extrema esquerda, tanto dentro como fora do governo, estão decididos a rasgar

1 <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/material-que-originou-fake-news-sobre-kit-gay-apareceu-em-2010-entenda.shtml>>

2 Grifo da autora.

3 <<https://www.revistaserrote.com.br/2020/04/a-politica-do-amigo-e-do-inimigo-por-jason-stanley/>>

nossa Constituição e **aniquilar as crenças** que tanto prezamos. *Socialistas da extrema esquerda estão tentando destruir as tradições e os costumes⁴ que fizeram dos Estados Unidos a maior nação da Terra.⁵*

A estrutura narrativa utilizada sinaliza para a antinomia entre um lado amigo e o outro lado inimigo. E o mais engenhoso da manipulação é o poder de convencimento de que se o lado inimigo é o que controla os instrumentos globais de destruição dos valores civilizatórios, como a imprensa, qualquer informação por ela emitida que contrarie essa “verdade” é tida como propositalmente enganosa. Um exemplo para ilustrar o que acabamos de enunciar é a pandemia do novo coronavírus de 2020. Nas palavras de Bolsonaro à época tratava-se de:

Um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que estamos enfrentando uma nova guerra? Qual país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês.⁶

A ideia de um inimigo a ser derrotado e que é capaz das maiores monstruosidades é reiteradamente reforçada de forma propagandística. E sempre com um tom de segredo a ser desmascarado. Quando determinados movimentos defendem, por exemplo, minorias raciais, sexuais ou migrantes, o objetivo secreto seria destruir em primeira instância a família tradicional e por fim abolir a propriedade privada. Um exemplo prático é a islamofobia nos EUA, em que os muçulmanos são retratados como aliados a liberais que defendem a proteção dos migrantes não por busca de justiça social mas por seu “verdadeiro” propósito que seria minar o cristianismo. Para Jason Stanley, segundo esta narrativa, *a esquerda se apropria da causa da igualdade dos muçulmanos e, usando o controle que tem das mídias e das universidades, promove mensagens de justiça social que, na verdade, são ataques à tradição judaico-cristã.*

Ao fim e ao cabo, o objetivo é fazer com que as pessoas tenham medo do inimigo e busquem vingança contra ele. Aqui, a mentira promovida pelos fascistas

tem mais o propósito de criar um “nós” e “eles” do que propriamente enganar seus adeptos sobre algo específico. A verdade não é sequer considerada ou negociável, pois só o fato de admitir sua existência coloca um complicador para a manutenção da dualidade amigo versus inimigo. Se houver uma verdade, é possível negociar parâmetros para o enfrentamento de teses. Se não há verdade, só resta o combate e o conflito. Só resta a eliminação do outro.

O avanço da pauta de costumes e como isso afeta as mulheres

Vimos até agora como a pauta de costumes está fundamentada em uma estrutura narrativa fascista do “nós” contra “eles”, em que os inimigos são aqueles que querem violar as tradições e destruir os valores civilizatórios alcançados por uma elite branca judaico-cristã do norte global. Parte fundamental dessa concepção de mundo é a “proteção” das mulheres contra tais inimigos através da manutenção do patriarcado. Neste mundo “ideal” dos conservadores, as mulheres teriam “naturalmente” um papel secundário, como aquele ser que adveio da costela do homem, e com distinções biológicas que legitimam uma posição inferior no contexto social. Tal compreensão é utilizada como pano de fundo para muitas das pautas morais e de costumes, daqueles que se dizem defensores da família tradicional, do armamento da população, do combate ao aborto, às drogas e à união homoafetiva.

Vejam como funciona a operacionalização dessa pauta de costumes por esses grupos recentemente no Brasil. Tomemos como exemplo o Projeto de Lei 580/2007 que busca impedir a união homoafetiva. O direito ao casamento de pessoas do mesmo sexo já é reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal desde 2011, inclusive com direito à herança e transmissão de bens aos cônjuges. Mesmo assim, parlamentares, especialmente da bancada evangélica, insistem em voltar a discutir tal projeto,

4 Grifos da autora.

5 <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-values-voter-summit/>>

6 <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/05/bolsonaro-volta-a-insinuar-que-a-china-teria-criado-o-coronavirus-propositalmente.ghtml>>

mesmo que saibam da dificuldade de sua aprovação e sanção, caso seja aprovado.

Em entrevista ao Congresso em Foco⁷, a deputada federal Duda Salabert, de Minas Gerais, disse: “esse projeto nunca vai ser aprovado, nunca vai ser sancionado. Ele vai servir só para gerar palco e trampolim para alguns políticos de direita. Ano que vem tem outro (projeto) idêntico. É só esperar”. Isso acontece naquele espírito que já descrevemos aqui do “nós” contra “eles” e do oportunismo diante da ignorância de boa parte da população sobre os ritos de tramitação das leis no Congresso. É construída uma imagem de vitimização daqueles que estão defendendo os “valores” da “tradicional família brasileira” mas não conseguem derrotar seus inimigos espalhados pelo legislativo, executivo, judiciário e imprensa. Sobre o mesmo projeto de lei, o senador Fabiano Contarato, do Espírito Santo, afirma que o que move esse tipo de iniciativa é um comportamento fundamentalista de políticos da ultradireita que sabem da impossibilidade de aprovação do projeto por ferir a Constituição Federal, que reconhece toda pessoa como igual perante a lei independente de qualquer fato.

Outro exemplo de avanço da pauta da agenda moral que afeta diretamente as mulheres é a tentativa de impor retrocessos à legislação que ampara o direito ao aborto e interditar qualquer tentativa de mudança no sentido de garantir às mulheres o direito de decidir sobre seu próprio corpo. Historicamente, a luta das mulheres feministas tem sido a de demarcar o aborto como um direito reprodutivo, tirar o debate das questões morais e de valores e colocá-lo no âmbito que lhe cabe que é o da saúde pública.

De todas as pautas consideradas como “de costumes”, a do aborto talvez seja uma das mais complexas de serem enfrentadas. Segundo a professora Eloísa Machado, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, antes de mais nada é preciso lembrar que é preciso trazer o debate para o campo dos direitos, uma vez que o conceito

“de costumes” foi superado pela legislação brasileira. O Código Penal, por exemplo, foi alterado para substituir a classificação “crimes de costumes”, para crimes como o estupro, para “crimes contra a dignidade sexual”.⁸

O máximo que se conseguiu avançar até o momento nesta pauta foi que o Código Penal, ainda lá nos anos 40 do século 20, não tratasse como crime o aborto em caso de risco de morte para a pessoa gestante e no caso de gravidez decorrente de estupro, vigente até os dias de hoje. E mais recentemente, em 2012, o STF passou também a reconhecer o direito ao aborto no caso de feto anencéfalo. Nestes casos, a decisão da mulher deve ser respeitada pelo Estado e suas instituições.

Os setores conservadores de ultradireita que ganharam força na cena política nacional nos últimos anos consideram o direito ao aborto e qualquer hipótese de sua ampliação como uma ameaça à liberdade religiosa e aos valores “tradicionais” da família brasileira. Usam como tática violadora do direito a promoção do emprego coletivo da objeção de consciência, originalmente individual, pelos profissionais que lidam com a aplicação da legislação garantidora do aborto na prática, como médicos, enfermeiras e pessoal administrativo dos hospitais e órgãos de Estado envolvidos. Como prova disso, está o aumento nos últimos anos dos casos em que crianças estupradas tem seu direito ao aborto negado por equipes médicas ou mesmo membros do judiciário.

Recentemente, uma nova iniciativa legislativa estadual veio ao encontro desses métodos que buscam subverter o direito das mulheres. Trata-se de uma nova lei antiaborto aprovada no estado de Goiás e sancionada pelo governador Ronaldo Caiado⁹. A lei ordena que a pessoa gestante receba um exame de ultrassom “contendo os batimentos cardíacos do nascituro”. Além disso, o estado está obrigado a incentivar a iniciativa privada e ONGs a “recomendarem a manutenção da vida do nascituro” diante da manifestação da decisão pelo aborto legal. Estabelece ainda o dia 8 de agosto como

7 <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/parlamentares-classificam-projeto-que-barrar-uniao-homoafetiva-como-trampolim-da-extrema-direita/>>

8 <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/drogas-aborto-e-uniao-homoafetiva-devem-ser-frentes-de-tensao-entre-senado-e-stf-em-2024.shtml>>

9 <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/nova-lei-antiaborto-em-goias-obriga-gestante-a-ouvir-o-batimento-do-feto/>>

Dia Estadual de Conscientização contra o Aborto, para realização de “palestras sobre a problemática do aborto” e atividades sobre os “direitos do nascituro, o direito à vida e as imputações no caso de aborto ilegal”. É praticamente uma lei que obriga o estado a constranger uma pessoa gestante, que se enquadra na legislação que garante o direito ao aborto, a não exercer seu direito de decidir.

O desmonte das políticas públicas de gênero e diversidade

No livro *Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas (2016-2022)*, publicado pelo Ipea¹⁰ em 2023, com múltiplos autores, em seu capítulo 11 De Política Pública à Ideologia de Gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020¹¹, as autoras Carolina Tokarski, Krislane Matias, Luana Pinheiro e Ranna Correa, afirmam que com a eleição do governo Bolsonaro em 2018 foi dada centralidade às pautas morais e de costumes que afetaram diretamente os debates sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero. Em grande medida tais debates foram promovidos pelo Mesp - Movimento Escola Sem Partido, que surgiu em 2004 no Brasil.

Segundo os criadores do Mesp, seu objetivo era “combater a doutrinação e a contaminação político-ideológica na educação brasileira” e sua atuação se deu principalmente através de influência sobre bancadas parlamentares conservadoras, especialmente a “bancada da Bíblia”, no combate ao que chamam de “ideologia de gênero” e com pautas relacionadas à sexualidade, orientação sexual, igualdade entre homens e mulheres, binarismos, patriarcado, contra o aborto, pela redução da maioria penal e outras correlatas.

Como “ideologia de gênero”, tais movimentos, em especial o Mesp, compreendem as políticas que promovam a “dissolução da moral sexual convencional e impliquem na desordem social e no fim da família”. Durante os debates e aprovação do 2o Plano Nacional de

Educação em 2012 e 2013, por exemplo, foram vitoriosos com a retirada da diretriz que propunha a promoção da igualdade racial, de gênero e de orientação sexual. Em 2017, já sob o Governo Temer, o Conselho Nacional de Educação (CNE) excluiu os termos gênero e orientação sexual da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao acatar sugestão vinda do Ministério da Educação.

No ano eleitoral de 2018, os debates em torno das questões de gênero e sexualidade foram intensificados e acabaram por ser centrais na disputa presidencial. Um exemplo foi o caso do “kit gay”, já citado anteriormente neste texto, a partir de um material produzido pelo no âmbito do Projeto Brasil sem Homofobia, do Ministério da Educação, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. A campanha de Bolsonaro utilizou um esboço do material, sem finalização, para aludir a uma suposta propagação da ideologia de gênero, erotização das crianças e destruição da moral das famílias. As eleições de 2018, segundo as pesquisadoras do Ipea, foram palco para um avanço violento dos temas “relacionados à sexualidade e à igualdade de gênero a partir de uma perspectiva centrada na religiosidade e no conservadorismo”.

Passadas as eleições, com a vitória de Bolsonaro, já em seu discurso de posse estaria bem evidente o tom dos ataques às políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade e do respeito à diversidade:

(...) vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores.¹² Não podemos deixar que ideologias nefastas destruam valores e famílias. (...) Temos o desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, da desvirtualização dos direitos humanos, da desconstrução da família.¹³

Ainda seguindo as pistas das pesquisadoras do Ipea, sobre o desmonte de políticas públicas promovido quando o grupo de Bolsonaro chegou ao poder, lembremos que logo no início de sua gestão no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), Damares

¹⁰ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Governo Federal - ipea.gov.br

¹¹ https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11957/1/220426_LV_Desmontes_Cap11.pdf

¹² <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-apos-receber-a-faixa-presidencial.shtml>

Alves anunciou: “atenção, atenção, é uma nova era no Brasi, menino veste azul e menina veste rosa”. Ela simplesmente trouxe para o centro do debate público um dos maiores “estereótipos a partir dos quais são construídas as clivagens de gênero na sociedade” (2023, pg. 343).

Na sequência, vieram mudanças mais substanciais do que os discursos midiáticos de Damares. A transversalidade de gênero que permeava as políticas formuladas para as mulheres passou a ser substituída pela “transversalidade da família”. Isso quer dizer que a abordagem que passa a ser utilizada é moral e de cristalização de papéis sociais a partiro do sexo de cada indivíduo. Nesse espírito, foi criada a Secretaria Nacional da Família e do Observatório Nacional da Família, em 2019, que passou a atuar no sentido contrário ao conceito de pluralismo familiar contido na Constituição Federal de 1988. O conceito de família utilizado passou a ser o conservador, de um núcleo formado pelo casamento de um homem e de uma mulher em que esta seria a responsável pelo trabalho doméstico e de cuidado decorrentes do matrimônio.

Também foi abandonada a ideia de “equidade de gênero” e veio para seu lugar o falso e enigmático conceito de “ideologia de gênero”. A ideia de uma ideologia de gênero, que ninguém sabe explicar exatamente o que é, serve para a aplicação da dualidade do “nós contra eles”, dos “amigos contra os inimigos”, que enunciamos no início desse texto ao falar da ideologia fascista que está por trás da pauta de costumes. Neste caso, a ideia serve para criar um pânico moral de ameaça às famílias tidas como “tradicionais” (2023, pg. 344). Associado a isso está o abandono da perspectiva de interseccionalidade entre as desigualdades de gênero com outras desigualdades estruturais em que está fundada a sociedade brasileira e as ações específicas para o enfrentamento do racismo e a promoção de políticas específicas para as mulheres negras (2023, pg. 345).

A escola como reprodutora de valores morais

Toda esta concepção conservadora da pauta de costumes que se entranhou nas políticas públicas e na estrutura do Estado, aparece também com força dentro das escolas e no meio profissional das e dos educadores no Brasil. Lembremos um pouco sobre a própria concepção do que é formar-se ou educar-se segundo alguns pensadores, como Antonio Gramsci, por exemplo, que aponta para o fato incontornável de que os seres humanos chegam ao mundo inacabados, inconclusos e passam por um processo histórico de completude advinda da formação. Segundo o grande estudioso da educação, Demerval Saviani:

Se a existência humana não é garantida pela natureza [...] mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem [...] necessita aprender a ser homem [...] a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo.¹⁴

Se a educação é produzida pelos próprios homens, como alerta Saviani, isto é feito de acordo com a correlação de forças sociais existente em cada contexto social onde ela se desenvolve. Esta é a dimensão política da educação, segundo Gramsci. Para este pensador, a educação é política pois ela interage com o processo de produção da humanidade em cada formação econômica e social, produz e difunde concepções de mundo (isso interessa para nosso debate sobre a pauta de costumes), consolida, combate ou propõe alternativas à hegemonia vigente e é fundamental para a “formação das massas” nas sociedades ocidentais onde o capitalismo mais se desenvolveu. Para Gramsci, *toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica.¹⁵*

A partir desta reflexão sobre a concepção de educação em Gramsci, vejamos o exemplo do Movimento Escola Sem Partido, que se demonstrou fundamental para a difusão da pauta de costumes dos grupos conservadores que emergiram na política brasileira nos

¹⁴ <https://www.scielo.br/fj/ep/a/X3MD3XtH4YVQfXndFDBDtws/>

¹⁵ *Idem.*

últimos anos. Em seu texto *O Movimento Escola Sem Partido Como Partido: Uma Análise a partir de Gramsci*, os autores Handerson Macedo e Marcia Alvarenga, consideram que o Movimento é uma expressão orgânica do conservadorismo que “vem não só ganhando força com o neoliberalismo a partir da década de 1990, mas como se intensificando nos últimos anos, principalmente a partir de 2013, quando se inicia no Brasil aquilo que alguns autores e críticos sociais chamam de Onda Conservadora, que levou ao Golpe de 2016 e à eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018”.¹⁶

O Movimento Escola Sem Partido atuou¹⁷ para reforçar o pensamento conservador que veio com essa onda e passou a ter uma liderança cultural na sociedade. Fizeram isso através de perseguição política e silenciamento de profissionais da educação, ou seja, da coerção para manter uma direção moral dos valores sociais que lhes interessavam. E o mais cruel é quando transformaram pais e alunos em uma espécie de polícia política que passou a vigiar os e as profissionais da educação, causando constrangimento, assédio e intimidação. E assim como apontam os estudos de ideologias fascistas, que enunciamos no princípio deste texto, tal Movimento realizou todo esse policiamento e vigilância moral atribuindo a si mesmos uma suposta neutralidade e um apartidarismo. Como se eles estivessem defendendo o que é “normal”, “tradicional”, contra a subversão moral promovida por feministas, comunistas, homossexuais e “professoras e professores doutrinadores”. A ponto de em 2023, mesmo depois de já perdida a reeleição de Bolsonaro para presidente, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro voltar a atacar professores em um ato público em Brasília, ao dizer que:

Não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime. Talvez até o professor doutrinador seja ainda pior, porque ele vai causar discórdia dentro da sua casa, enxergando a opressão em

*todo o tipo de relação. Fala que o pai oprime a mãe, a mãe oprime o filho e aquela instituição chamada família tem que ser destruída.*¹⁸

Esse ataque de Eduardo Bolsonaro aos professores, alegando que estão destruindo o “valor da família” é exatamente o que realizava o Escola sem Partido, que assim justificava sua existência:

*A imensa maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou se recusa a admiti-lo por cumplicidade, conveniência ou covardia. O Escola sem Partido foi criado para mostrar que esse problema não apenas existe, como está presente, de algum modo, em praticamente todas as instituições de ensino do país. Ajude-nos a promover a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias nas escolas brasileiras.*¹⁹

O interessante é que esse “ajude-nos a promover a liberdade de pensamento...” que o Escola sem Partido pregava, não tinha nada de “sem partido”, era bem partidário mesmo. A ponto de terem em seu site, no ano eleitoral de 2018 (o mesmo havia sido feito nas eleições de 2016), uma aba em que havia dezenas de candidatos aos cargos de deputados estaduais, deputados federais e governadores que alegadamente suportavam as ideias do movimento, com detalhes de partido, número e estado pelo qual estavam concorrendo. No caso dos candidatos presidenciais, o Movimento utilizou uma pesquisa feita pela revista *Veja* na época, com postulantes ao cargo, e que apontava os identificados com as ideias do Escola Sem Partido. Se utilizaram, portanto, de um discurso de neutralidade e combate ao radicalismo para na verdade constranger e assediar professores em nome de uma pauta de costumes conservadora que é base das candidaturas que apoiavam.

De forma associada à ação no campo da política institucional, no qual tentam aprovar leis que restrinjam a liberdade de cátedra, movimentos como o ESP precisam criar um pânico moral entre pais e mães, principalmente cristãos conservadores, de que seus filhos

16 <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/12471/11583>

17 O movimento anunciou o fim de suas atividades em 2019. Ver em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/>

18 <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/24/eduardo-bolsonaro-e-processado-por-comparacao-de-professores-com-trafficantes>

19 Descrição que constava no site do Escola sem Partido que deixou de existir, mas pode ser encontrada em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/12471/11583>

serão desvirtuados por “professoras e professores doutrinadores e destruidores da família”. Segundo eles, na justificativa do PL 1859/15²⁰, as escolas estão sendo palco de uma “revolução cultural sexual de orientação neomarxista” tramada pela ONU (pela ONU!), através da delegação dos Estados Unidos e sua então primeira dama, Hillary Clinton (sic) ao recomendarem o uso do termo ‘gênero’ no lugar de ‘sexo’ durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, China, no ano de 1995.²¹

Impossível ler tais argumentações e não pensar nos discursos do chanceler brasileiro Ernesto Araújo, no início do governo Bolsonaro, em que alegava uma cruzada contra o marxismo cultural e seu globalismo ou mesmo no ex-presidente Trump dos EUA, citado no início desse texto, alegando que a destruição da nação estadunidense viria pelas mãos dos esquerdistas e socialistas radicais destruidores da família tradicional. Convinhamos que Hillary Clinton pode ser tudo, menos uma defensora do socialismo e muito menos uma neomarxista. Mas essa confusão conceitual e factual interessa aos que se apegam à pauta de costumes e à agenda moral para conquistarem postos políticos estratégicos. Para tanto, precisam causar o pavor às mudanças no terreno da cultura, principalmente aquelas que possam abalar as hierarquias tradicionais de sexualidade e do patriarcado.

20 Projeto de Lei que tramita desde 2015 no Congresso Nacional e que visa proibir o ensino de determinados conteúdos relacionados a questões de gênero nas escolas públicas e privadas.

21 <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25742/16110>>

Referências

1. Damião, N. A., & Carloto, C. M. (2023). Direito ao aborto no Brasil: entre tentativas de retrocesso e resistências. *Argumentum*, 15(1), 53–67.
2. GUIMARÃES, R. S.; BRAGA, C. “Meu twitter, minhas regras”: as pautas de costumes na educação bolsonarista. Dossiê: “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”. *Revista Eletrônica de Educação*, v.14, jan./dez. 2020.
3. de Moura, F. P., & Salles, D. da C. (2018). O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. *Revista Periódicus*, 1(9), 136–160.
4. Fernandes Macedo, H. F., & Alvarenga, M. (2023). O “MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO” COMO PARTIDO:: UMA ANÁLISE A PARTIR DE GRAMSCI. *Revista Práxis E Hegemonia Popular*, 7(11), 140–156.
5. TOKARSKI, Carolina Pereira et al. Capítulo 11 – De política pública à ideologia de gênero: O processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020. IN: GOMIDE, Alexandre A.; SILVA, Michele Moraes de Sá; LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: IPEA, 2023.



Ana Prestes

Socióloga. Cientista política. Pós-doc pelo Instituto de Estudos Brasileiros - IEB-USP. Doutora em Ciência Política (UFMG). Pesquisadora da história da participação política das mulheres no Brasil. Autora do livro infantojuvenil *Mirela e o Dia Internacional da Mulher* (Lacre/Anita Garibaldi, 2016), coautora do livro infantojuvenil *Minha Valente Avó* (Quase Oito, 2020), autora e co-organizadora do livro *Teoria das Relações Internacionais: contribuições marxistas* (Contraponto/Anita Garibaldi, 2022), autora e organizadora do livro *100 Anos da Luta das Mulheres pelo Voto - Argentina, Brasil, Uruguai* (Instituto E Se Fosse Você?, 2022). Colunista e apresentadora dos canais TV Fórum, Opera Mundi e TV Grabois no YouTube.

Questões de gênero e igualdade ganham foco em debates para a educação futura



CONAE 2024

Conferência Nacional de Educação

Plano Nacional de Educação 2024-2034:

Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável



A restauração da educação como direito universal e instrumento transformador da sociedade trouxe para a Conae 2024 o desafio de integrar a pluralidade das realidades na aprendizagem das novas gerações

O fim de janeiro de 2024 foi marcado por um dos momentos cruciais para a educação básica nacional. Nos dias 28, 29 e 30, Brasília foi sede para a Conferência Nacional de Educação (Conae 2024). O evento marcou historicamente a volta da participação social democrática nas discussões de uma das áreas mais fragilizadas pela falta de investimento e ataques antidemocráticos nos últimos anos.

Será com base nos resultados dos colóquios da Conferência que o próximo Plano Nacional de Educação (PNE 2024-2034) nascerá, trazendo as metas para educação brasileira do próximo decênio.

A Conferência trouxe como tema o “Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”. Sete eixos determinaram a formulação dos problemas, causas e as soluções a serem resolvidas pelo PNE.

E foi amparada por um deles, o Eixo III, que as questões de gênero ganharam foco, abordando o direito das mulheres à educação e às políticas educacionais.

Compondo a mesa do Colóquio 17 sobre a “Educação para a igualdade”, a secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), **Berenice Darc**, destacou ter sido um momento de reflexão acerca dos regressos sofridos nos últimos seis anos.

Foto: Edgar Marra



Foto: Renato Braga



Durante a Conae 2024, CNTE mobiliza educadores contra a militarização das escolas

“Um momento proveitoso em que pudemos dialogar sobre os retrocessos de anos, dada a falta de um olhar cuidadoso para a população por parte do Governo. Tivemos um debate que contou com a participação de mães e professoras, que trouxeram a importância de dialogarmos e construirmos um PNE que, sobretudo, nos dê condições para uma educação inclusiva, com justiça social e igualitária”, compartilhou.

Defesa da escola democrática

A mobilização de estudantes, educadores e do público observador pela melhor qualidade na oferta de ensino seguiu para além dos colóquios. O segundo dia de Conferência foi palco para o ato promovido pela CNTE contra a militarização das escolas públicas do país. Em apoio ao movimento, a senadora Teresa Leitão (PT-PE), também esteve presente no local, discursando em repúdio aos projetos que julgou desconsiderar a escola como lugar de enriquecimento do saber.

“Os estados que concordam com a proposta estão se mantendo com os nossos recursos. Isso é uma distorção total relacionada ao uso do dinheiro destinado ao pagamento dos professores e do piso salarial, além de ser uma intervenção pedagógica terrível (...) nem homeschooling (Educação domiciliar), nem escola militar produzem cidadania”, reforçou.

Da mesma forma, Roberto Leão, secretário de Relações Internacionais para a CNTE, criticou a maneira que o ensino cívico-militar restringe a modo dos estudantes de se expressarem, contrariando a ideia da escola como um ambiente democrático com sua comunidade. “Transformam a população brasileira em um amontoado de robôs que pensam e agem da mesma forma, sem liberdade de escolhas”, disse.

Encontro diplomático

A tarde do mesmo dia ainda rendeu o encontro com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Junto ao coordenador do Fórum Nacional da Educação (FNE) - instituição responsável pela coordenação da Conae - e presidente da CNTE, Heleno Araújo, uma comitiva da CNTE e lideranças da Internacional da Educação (IE) participaram da reunião.

O momento teve como objetivo mostrar ao presidente a importância da Conae em meio à retomada dos investimentos em educação pública por parte do Governo. Além de destacar sobre a construção do novo PNE e os desafios que este encontra pela aprovação de parlamentares federais.



Foto: Renato Braga

Desafio segue no Congresso Nacional

Apesar de finalizados os intensos debates e avaliações, a caminhada até a elaboração e tramitação do Projeto de Lei do PNE 2024-2034 continuará turbulenta. Ainda durante as coletivas de imprensa, em 23 de janeiro, Heleno alertou sobre os desafios no Senado e na Câmara dos Deputados.

“Tivemos um período que atrapalhou muito e nos traz grandes desafios: por exemplo, o financiamento para o que vamos trabalhar na próxima década, e na garantia da participação social, mantendo o FNE como instrumento

Foto: Ricardo Stuckert



O coordenador do Fórum Nacional da Educação (FNE) e presidente da CNTE, Heleno Araújo, foi recebido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. O encontro aconteceu no segundo dia da programação da Conferência Nacional de Educação (Conae 2024). Heleno estava acompanhado por uma comitiva da CNTE, além de lideranças da Internacional da Educação (IE)



O presidente da CNTE, Heleno Araújo

importante de acompanhamento, avaliação e cobrança necessária das políticas”, relatou.

Como conclusão da plenária final da Conae, é dado início para a construção do documento-referência a ser entregue ao ministro da Educação. O material servirá como uma orientação para a criação da minuta do projeto de lei do novo PNE.

“Depois do dia 30 de janeiro, começamos o embate para a elaboração, depois disso, vamos manter a luta na tramitação dentro do Congresso Nacional. Temos a Câmara e o Senado para fazer a disputa, e isso não vai ser fácil”, completou.

Com aliados em minoria entre deputados e senadores, a ameaça conservadora também põe em risco a construção de temas ligados a gênero, racismo, misoginia, e demais marcadores determinantes para uma educação inclusiva e diversa.

Durante suas falas finais do Colóquio 17, Berenice reforçou sobre a disputa por melhores condições para a educação não se encerrar com a Conferência. Ao mesmo povo que esteve junto na construção das propostas, fica a responsabilidade de garanti-las no resultado final da política.

“É importante que a gente cobre. Seremos sujeitas na construção histórica de hoje é poder cobrar amanhã. Nós somos essas sujeitas que cobrarão a realização do Plano Nacional que será construído a partir da nossa luta. Também seremos aquelas que irão acompanhar e monitorar, junto com os conselhos de educação e com o Fórum Nacional de Educação o processo de aplicação do Plano”, enfatizou Berenice.

“Vamos ter que lutar muito para fazer valer o que fizemos na Conae. Fazer a luta no Congresso Nacional será tarefa nossa”, complementou.



PELO DIREITO DE SEREM ELAS *mesmas*

Para algumas professoras, falar da vida pessoal no ambiente escolar pode ser um dilema



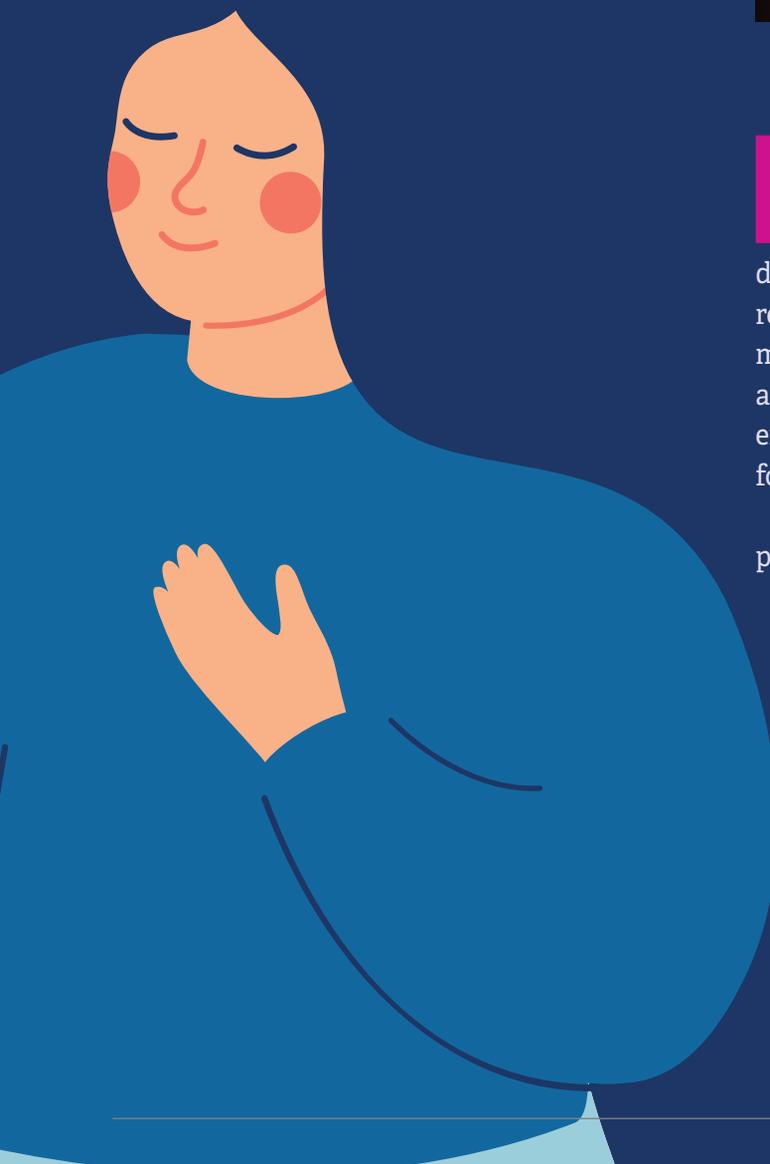


Foto: Alberto César Araújo

Samile Pereira, 31, é professora na cidade de Maués (AM)

No interior do Amazonas, à margem direita do Rio Maués-Açu, na cidade de Maués, cresceu Samile Magalhães Pereira, 31. Mesmo vivendo no seio de uma família adventista e em ambientes conservadores, desenvolveu sozinha a consciência sobre seus desejos mais íntimos. “Tive algumas poucas relações heterossexuais. Sempre me senti em busca de algo que não sabia o que era, o famoso vazio a ser preenchido. Meus afetos sempre foram direcionados às mulheres”.

Na faculdade de filosofia, Samile encontrou conforto para suas próprias questões existenciais. Como professora do ensino médio, não esconde dos alunos a sua orientação sexual. Ela acredita que a condição de mulher lésbica a aproxima dos jovens LGBT. “Sempre vejo discentes incríveis perdendo o brilho porque se sentem mal na relação familiar, em decorrência da sexualidade/gênero. Ser professora contribui para que eu possa acolher, escutar, mediar e aconselhar esses adolescentes”, afirma.

Vivências em comum

Ao estudar o contexto de vida de docentes lésbicas, a pedagoga do Instituto Federal do Paraná e doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Patrícia Daniela Maciel, encontrou exemplos como o de Samile. Segundo ela, nem todas as professoras levam as questões de gênero e sexualidade para a sala de aula. Mas, por terem a vivência de uma mulher lésbica, acumulam conhecimentos específicos que são passados aos alunos. “Cada uma insere a sua experiência na forma de pensar as questões humanas na vida e no currículo: o direito às diferenças, o respeito à liberdade, entre tantos outros exemplos de luta”, explica.

Mas, se com os adolescentes, Samile pode se sentir confortável para revelar sua orientação sexual, em meio aos pais de crianças do ensino fundamental, em Caruaru (PE), a pedagoga Joyce Ketlin Guerra da Costa, 27, encontrou hostilidade. “Durante minha jornada acadêmica e início da carreira de trabalho, passei por diversas situações com famílias e crianças que me fizeram querer desistir”, relembra.

Além de lésbica, Joy, como é conhecida, é negra e neurodivergente, o que aumenta o desafio. Em busca de segurança, ela decidiu trabalhar em escolas com linhas pedagógicas alternativas, como Waldorf e Montessori. “Essa foi a forma que encontrei de poder ser eu mesma no ambiente de trabalho.

Todos os meus colegas da escola sabem da minha sexualidade, bem como qualquer pai ou mãe que me procurar, saberá. Mas em sala nunca revelei aos meus pequenos”, conta.

A professora confirma a tese da pesquisadora. “Minha visão crítica da divisão binária dos gêneros, imposta historicamente, permeia minhas vivências em sala. Os paradigmas sobre meninas contra meninos, coisas deles e delas, cores, cabelos, acessórios etc, são constantemente observados na prática, com o intuito de romper o ciclo e mostrar uma possibilidade nova aos meus alunos”, afirma.

Experiências singulares

Patrícia ressalta, a partir de seus estudos, a singularidade das experiências vividas e da produção de sentidos. “O corpo lésbico pode ser uma bandeira ambulante ou não. As mulheres analisadas não divergem apenas no modo como elas veem a si como lésbicas, mas também como professoras lésbicas. Nós precisamos problematizar o conceito universal das mulheres, pensar nas nossas diferenças. Tudo que nos liberta de um modelo, entre eles a feminilidade, que escraviza”.

A pedagoga Joyce Ketlin Guerra da Costa, 27, quase desistiu da profissão por causa do preconceito

Foto: Cecília Távora





Silvana Conti é vice-presidenta da Central dos Trabalhadores do Brasil, no Rio Grande do Sul e da União Nacional LGBT

Silvana Conti, 60, professora aposentada da rede pública de Porto Alegre, tentou viver de forma natural, ao longo de toda a carreira, a realidade de uma docente lésbica. “Eu sempre me vesti como sapato, sempre tive um diálogo muito aberto. O que nos sustenta no trabalho é esta relação generosa de construção de conhecimentos, fazer essa relação do conhecimento científico e popular”.

Hoje, Silvana milita em prol das professoras que ainda vivem o dia a dia da educação no Brasil. É vice-presidenta da Central dos Trabalhadores do Brasil, no Rio Grande do Sul e da União Nacional LGBT. “Foi avassalador o que a direita fez com o nosso Brasil. Nós fomos e continuamos sendo, até o ano passado, perseguidas, humilhadas. Sem dúvida com o retorno do governo Lula nós conseguimos retomar os

conselhos de direitos, inclusive o Conselho Nacional LGBT”.

Violências de gênero

Para Patrícia, assim como a vivência enquanto mulher lésbica acaba modulando um olhar mais crítico e empático para alunos LGBT, o estigma e a discriminação podem prejudicar a eficiência, o bem-estar das professoras e o próprio acesso ou permanência delas, nos locais de trabalho. “É preciso falar de gênero nas escolas para que as professoras não sejam caladas, ameaçadas de demissão e colocadas à disposição para outras escolas. É por causa dos discursos de ódio e da discriminação que muitas professoras talvez não tenham espaço para falar de si”.

Joy conta que ficou desempregada durante as eleições de 2022. “Só consegui emprego depois do pleito. Nas entrevistas, eu nunca preenchia o perfil. Sou o que as pessoas

chamam de lésbica “desfem”, pois não performo a feminilidade esperada de mim. Para voltar para sala de aula precisei voltar a usar brinco e batom”, relata. Patrícia afirma que o modo como as professoras lésbicas andam, falam e se vestem não é visto como uma possibilidade de um feminino. “Os olhares reprovadores em relação a elas descrevem a intenção e a força do poder hegemônico na formação de uma identidade de gênero”

Sobreviventes

Para que violências como essa deixem de existir, de acordo com Silvana, políticas públicas de combate aos discursos de ódio e à discriminação são fundamentais. “Eu tenho maior respeito pela nossa luta por direitos LGBT, mas nós precisamos fazer a luta de classes entrelaçada com a luta dos direitos em relação às mulheres, ao combate ao racismo, à diversidade sexual. Tudo isso junto é que nos faz cidadãos com o direito de amar quem a gente quiser, de viver como a gente quiser”.

Para Patrícia, a trajetória de muitas professoras lésbicas é motivo de orgulho. “A partir de si, elas criaram estratégias para construir, como professoras, outras relações e discursos nos quais a ordem do humano ganha visibilidade e valorização. E fazem esse trabalho não por si, mas também pelos outros”.



Foto: arquivo pessoal

Valeska Zanello

Professora Associada do departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília. Possui graduação em Psicologia e Filosofia e doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília (2005), com período sanduíche de um ano na Université Catholique de Louvain (Bélgica). Orientadora de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PSICC). Coordena o grupo de pesquisa "Saúde Mental e Gênero" (foco em mulheres) no CNPq. Autora de vários artigos e livros no campo da Saúde Mental, Gênero e Interseccionalidades com raça e etnia.

Letramento de gênero nas escolas: quebrando elos machistas, promovendo transformação

O Brasil é um dos países com maior incidência no mundo em violência contra mulheres. Segundo a Convenção de Belém do Pará (1994), a violência *contra a mulher* é “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado” (Artigo 10). É muito importante destacar a especificidade do trecho “baseada no gênero”, pois joga luz sobre as variáveis envolvidas nesse fenômeno. Trata-se de relações de poder (em várias esferas), dissimetricamente distribuídas, na cultura e na sociedade, a partir de especificidades corporais, de um lado; e, por outro, de diferentes performances e pedagogias afetivas que são interpeladas (ZANELLO, 2018).

“Gênero” deve ser compreendido em, ao menos, duas dimensões (ZANELLO, 2018). De um lado, como ‘repetição estilizada de performances’ (BUTLER, 2012), isto é, como atuação aprendida (comportamento) de prescrições culturais sobre o que é ser homem e mulher. De outro, como formas de sentir que seriam

consideradas adequadas a meninas e meninos, e/ou à supressão de certas emoções. A aprendizagem afetiva ocorre por vários meios que vão desde desenhos animados, músicas, filmes a “lições” e castigos imputados por pais e professores. Em geral, há reforço quando se performa de acordo com o ideal de gênero, e punição, quando se afasta desta prescrição.

No Brasil, o tornar-se mulher para as meninas se dá pelo dispositivo amoroso e materno; já o tornar-se homem ocorre, para os meninos, pelo dispositivo da eficácia. No dispositivo amoroso, meninas aprendem a lógica da “prateleira do amor” (ZANELLO, 2018; ZANELLO, 2022). Elas se subjetivam nesta prateleira, que é mediada por um padrão estético historicamente construído em nosso país e cujo ideal é ser branca (de preferência loira), magra e jovem. Meninas aprendem, assim, que o corpo é seu maior capital. A chancela de sucesso é ser escolhida para uma relação afetiva séria. A prateleira e a busca por ser escolhida promovem rivalidade entre as mulheres e uma hierarquia e desigualdade entre elas e

os homens, pois eles são os eleitos para avaliar física e moralmente (ZANELLO, 2018).

O dispositivo materno se baseia na crença de que, pelo fato de poderem gestar, mulheres seriam naturalmente “cuidadoras”, por vocação. Essa ideia surgiu no século XVIII, através da criação do mito do “instinto materno”. Em seu núcleo temos o “heterocentrismo”: incentiva-se que meninas e mulheres sejam dóceis, abnegadas e dedicadas, sobretudo, aos outros e pouco a si mesmas.

Por fim, meninos se subjetivam pelo dispositivo da eficácia. Eles aprendem que ser homem é não ser uma “mulherzinha”, ou seja, o pilar central da masculinidade é a rejeição às mulheres e ao universo culturalmente a elas ligado. A subjetivação aí é perpassada por um processo de embrutecimento, tanto na relação dos meninos consigo mesmos (no corpo e nos afetos), quanto na relação com os pares e as meninas. É preciso dar à prova, sempre, de sua macheza. O dispositivo da eficácia se baseia em um duplo pilar de virilidades: a sexual e a laborativa: sucintamente, eles aprendem que ser um “verdadeiro” homem é ser um trabalhador/provedor e um “comedor sexual”, ativo. Neste último quesito, temos a objetificação sexual das meninas e mulheres como principal emocionalidade ensinada a elas.

Na escola, não são incomuns os casos de violência envolvendo esses valores de gênero, como, por exemplo, através da avaliação dos corpos e beleza das meninas, do compartilhamento de nudes com os amigos, xingamentos e comportamentos machistas, namoros abusivos, homofobia, etc. No entanto, se a escola representa e reproduz muitos dos conflitos e hierarquias opressoras presentes na cultura, pode também exercer um papel importante na quebra das repetições de muitos de seus valores.

O letramento de gênero pode ser um notável instrumento na promoção destas mudanças. Trata-se do processo de dar nome, re-conhecer e problematizar - de forma crítica - estas ocorrências tomadas como “naturais” e toleradas no cotidiano. Há muitas formas de promover o letramento de gênero, tais como o uso de jogos que problematizem as violências machistas, a visibilização da vida e das realizações de mulheres na história e na ciência, e grupos de reflexão¹, só para citar alguns.

Ao levar para o âmbito do grupo as discussões, aquilo que era ressentido pelas meninas e meninos como um caso individual de violência sexista, passa a ser entendido como um problema social e estrutural, criando-se espaço para o compartilhamento de experiências em comum e interpelando formas de enfrentamento mais coletivas. Há

uma politização do sofrimento. Este processo pode afetar positivamente, de maneira geral, tanto a autoestima, quanto a saúde mental dos envolvidos (ZANELLO, 2022).

O letramento pode ser transversal e ocorrer em todas as disciplinas, mesmo nas exatas. Cabe à professora e ao professor buscar o melhor método, de acordo com a realidade da comunidade na qual trabalha, partindo, de preferência, do cotidiano de seus alunos. Este não é apenas um desafio, mas uma grande oportunidade, de se construir uma sociedade futura diferente.

Referências

- BUTLER, J. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. (4ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 02 de janeiro 2024.
- ZANELLO, V. A prateleira do amor- Sobre mulheres, homens e relações. Curitiba: Appris, 2022.
- ZANELLO, V. Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

¹ Em meu grupo de pesquisa “Saúde mental e gênero”, na Universidade de Brasília, temos nos engajado em dois projetos: o uso do jogo-baralho “Emancipação: Jogando contra o machismo” (2022), desenvolvido por um grupo coordenado por mim e pela professora Lígia Feitosa da UFSC, para adolescentes a partir de 14-15 anos; e na coleção “Mulheres Insubmissas”, coordenada por mim e pela professora Patrícia Valim (da UFBA), cuja intenção é publicar literatura infantil (para crianças de 8 a 12 anos) sobre mulheres brasileiras que fizeram grandes feitos, desde a arte à política, mas foram esquecidas nos livros de história e pela cultura. No primeiro caso, do baralho, partimos de situações cotidianas nas escolas, para questionar as violências de gênero aí presentes, de forma naturalizada. Trata-se de um jogo dinâmico, que incita discussões, encenações, reflexões. No caso da coleção, buscamos usar os exemplos de vidas de mulheres tanto para problematizar as violências e dificuldades pelas quais passaram para viverem seus projetos de vida, quanto criar possibilidade identitárias para as meninas para além dos dispositivos amoroso e materno.

Pensadoras e autoras negras brasileiras: uma reescritura do Brasil

Por Kátia Maia

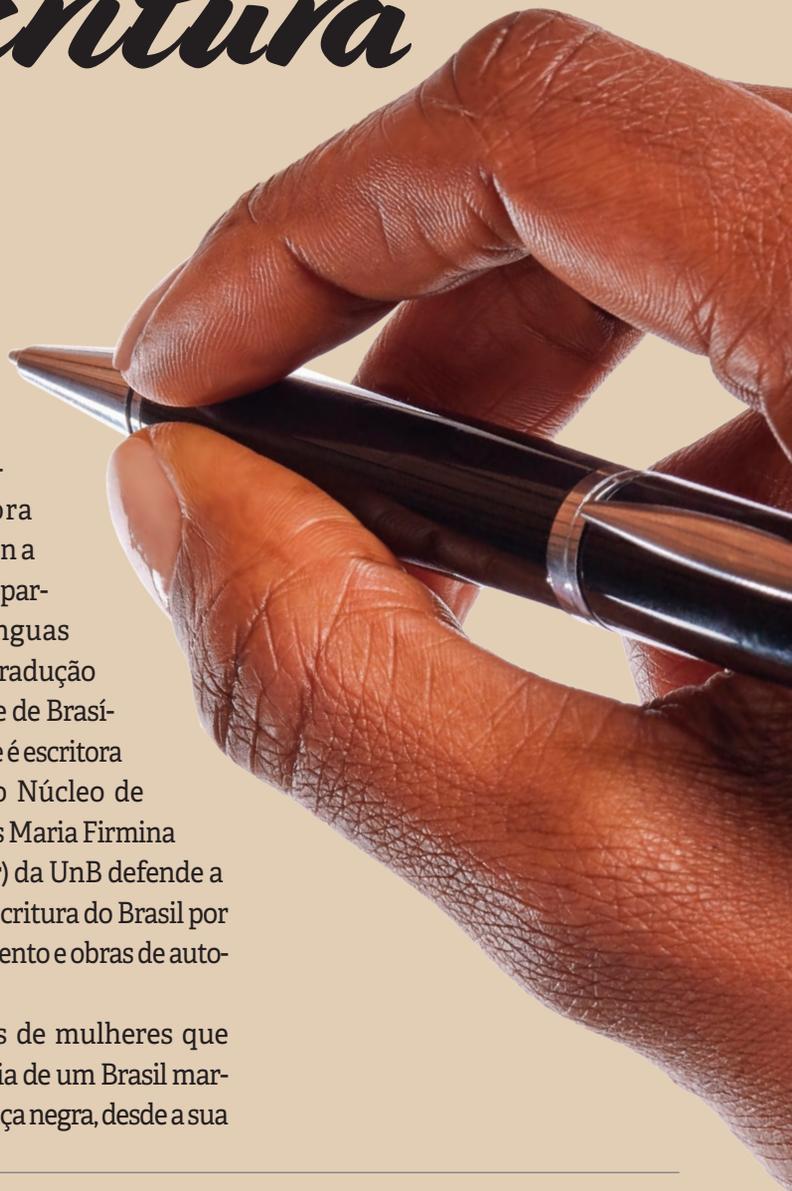
“Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta.”

O trecho acima foi extraído do livro ‘Quarto de Despejo, Diário de uma favelada’, de Carolina Maria de Jesus traduz com realismo a vida de uma mulher favelada, negra, que luta todos os dias para sobreviver. Um livro atual escrito na década de 1960. Um best-seller traduzido para 13 línguas.

“Uma obra muito rica que traz a denúncia da opressão, da comunidade que fica às margens da sociedade”,

definiu a professora, doutora Norma Diana Hamilton, do departamento de línguas estrangeiras e tradução da Universidade de Brasília (UnB). Ela, que é escritora e integrante do Núcleo de escritoras pretas Maria Firmina dos Reis (Nepfir) da UnB defende a urgência da reescritura do Brasil por meio do pensamento e obras de autoras negras.

“São relatos de mulheres que contam a história de um Brasil marcado pela presença negra, desde a sua



fundação até os dias atuais. Mas que, no entanto, foram, por muito tempo, invisibilizadas ou desconsideradas”, explica. Em setembro de 2023, a Festa do Livro da UnB, resgatou e promoveu como tema central do evento a discussão do papel de obras de autoras negras na história do país.

Embora o Brasil tenha, ao longo de sua trajetória, uma marca forte e importante da presença negra, essa foi, por muito tempo, desconsiderada e o que se viu na literatura foi uma repetição de um padrão que, por séculos, se pautou na escrita majoritariamente de autores brancos, com uma narrativa eurocêntrica que apaga ou minimiza o papel da população negra na construção da nação.

No estudo “A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004”, a pesquisadora, escritora e crítica literária brasileira, Regina Dalcastagnè, apresenta e discute os resultados de uma pesquisa sobre os 258 romances de autores brasileiros publicados pelas três mais importantes editoras do país entre 1990 e 2004.

Os dados mostram que o romance brasileiro contemporâneo privilegia a representação de um espaço

social restrito com personagens, em sua maioria, brancas, do sexo masculino e de classes médias. Em 56,6% dos romances avaliados, não há nenhuma personagem não-branca importante. A cor das personagens são 79,8% branca contra 7,9% negra; mestiça e indígena são 6,1% e 1,2%, respectivamente.

A literatura negra como espaço efetivo de poder

“As vozes das escritoras pretas são de suma importância quando se pensa na escrita do Brasil, a produção sobre o que seria a cultura, a realidade e a história brasileiras”, contextualiza Norma. Segundo ela, historicamente, essas vozes foram excluídas e “por meio da escrita, porque não tiveram oportunidade em outras áreas do saber, elas vão produzir na ficção outra perspectiva da realidade”, disse.

O encontro realizado na Universidade de Brasília foi uma oportunidade de visibilizar cada vez mais a produção de mulheres negras. Segundo Marjorie Chaves, coordenadora do Observatório Pop Negra, nos últimos anos tem se percebido um movimento nesse sentido. “A partir de 2015, com a tradução do livro – Mulheres, raça e classe, de Ângela Davis, percebemos um processo de mobilização de editoras principalmente as que são alternativas e independentes para traduzir a produção de mulheres negras”, avalia.

Foto: Arquivo Pessoal



Professora doutora Norma Diana Hamilton: escritoras negras invisibilizadas

Além disso, reitera Marjorie, o trabalho das pensadoras e autoras negras brasileiras é fundamental para a construção de uma história mais plural e inclusiva. São mulheres que, através de suas obras, contribuem para replicar a narrativa de um Brasil, trazendo à tona a voz e a perspectiva dos afro-brasileiros.

As pensadoras negras brasileiras têm se destacado na academia, na política, na cultura e em outras esferas da sociedade. Elas têm produzido um importante corpo de conhecimento que colabora para o debate sobre questões como racismo, sexismo, desigualdade e diversidade. Uma contribuição para a compreensão da realidade brasileira a partir da perspectiva negra, com a desconstrução de estereótipos e narrativas racistas, promovendo a reflexão sobre as questões que afetam a população negra.

Abertura da 1ª Festa do Livro da UnB, em setembro de 2023

“Um rio sem fim”, da amazonense Verenilde Pereira, foi publicado nos anos 1990 e não teve à época a merecida visibilidade ou reconhecimento. Agora está sendo republicado pela Cia das Letras e traz, em sua perspectiva afro-indígena, mulheres que além de mostrar um pouco da história do Brasil se revela como possivelmente um dos mais importantes livros não lidos das quatro últimas décadas no Brasil.

De literatura ativista afro-brasileira e indígena, o livro ficou 25 anos praticamente desconhecido. A obra faz a denúncia e mostra a resistência da comunidade e principalmente das mulheres afro-indígenas. “É uma obra que mostra várias mulheres indígenas que resistem de diferentes formas à violência contra elas que são oprimidas, sofrem crueldades e muitas vezes simplesmente somem”, relata Norma Hamilton.



Foto: Anastacia Vaz

Sob a perspectiva das personagens, o relato é importante por trazer experiências que saem da estereotipagem. “Nas obras publicadas principalmente por homens brancos a gente vê as personagens negras estereotipadas, homogêneas sem voz, muitas vezes em posições como domésticas, numa perspectiva como feias, burras e oprimidas”, avalia.

Na produção de escritoras pretas ocorre o contrário, de acordo com a professora, “a gente vê mulheres bonitas, há uma valorização da estética afro-indígena, com personagens inteligentes, complexas, intelectuais, no sentido para conseguirem superar as opressões que lhe são impostas”. Norma ressalta a escrita para trazer uma perspectiva heterogênea da população brasileira e principalmente afro-brasileira e sobretudo mulheres.

Carolina Maria de Jesus, ao lado de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo tem figurado na lista de autoras citadas nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Maria Firmina é a primeira romancista brasileira. E, negra e abolicionista, publicou em 1859 o romance ‘Úrsula’. Foi a primeira obra brasileira a apresentar uma escravidão de forma humanizada.

Marjorie, que é formada em história lembra que durante a sua graduação, não leu nenhuma autora negra. “É impossível a gente pensar hoje qualquer graduação, qualquer curso, não só nas humanidades, que não tragam autores negros nas suas diversas áreas de produção”, afirma.



Foto: Arquivo Pessoal

Marjorie Chaves, pesquisadora e integrante do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

De acordo com ela, nos últimos anos tem tido um maior enfoque na produção de autoras negras e uma visibilidade maior “mas que está ainda muito atrelada ao ambiente acadêmico e pouco popularizada no restante da população e da sociedade e eu considero que trazer muito dessas obras para o conhecimento de um público maior é fundamental”.

Para a historiadora, o movimento ainda é lento mas está

acontecendo e “é muito difícil” que venha a regredir. “Isso também advém desse processo recente de inserção de estudantes negros na graduação”, destaca. As quotas além de ação afirmativa importante para o ingresso no Ensino Superior, também movimentou a produção desses conhecimentos. Um debate que se iniciou no início dos anos 2000 até à Lei sancionada há mais de dez anos.



Foto: Robson Oliveira

As irmãs Paula Moreira e Isis Kroeff decidiram mudar de carreira há três anos, apostando na produção de produtos de cuidado capilar e para pele com baixo impacto ambiental

Do xampu em barra à bolsa reciclável

Trabalhos que surgiram com a ideia de transformar a sociedade. Assim é feita a história de mulheres sociais que viram em seus pequenos negócios uma grande maneira de mudar a realidade onde vivem

Nascidos para uma ação dentro de suas cidades, municípios ou bairros, as iniciativas sociais têm ganhado destaque ao colaborarem para o engrandecimento coletivo das comunidades onde funcionam.

Segundo explica a gerente de Responsabilidade Social do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Carla Panisset, um empreendimento social é aquele que também visa contribuir com os reais problemas da sociedade, por meio de um modelo de negócio sustentável. “Ele se diferencia de outras empresas por gerar trabalho e renda, além de impostos e serviços para a sociedade e contribuir com questões sociais”, descreve.

Entre os anos de 2019 e 2022, soluções de impacto social tiveram um crescimento de 63% no Brasil, aponta um mapeamento feito pela Quintessa, soluções inovadoras para os desafios sociais e ambientais centrais da sociedade, e da consultoria Pipe social, plataforma de fomento a programas de impacto socioambiental.

Baseadas na agenda ESG (ambiental, social e de governança), na sigla em inglês, os dados mostram que soluções verdes apresentam um crescimento contínuo, representando 52% dos negócios desse setor. Em sequência, aparecem as soluções voltadas para Cidadania, com 40%. Educação, com 31%, Cidades, com 22%, Saúde, com 17%, e Finança, com 13%.



Primeiro xampu em barra do Brasil

Criadas em uma família naturalista, em Sabará, Minas Gerais, as irmãs Isis Kroeff e Paula Moreira decidiram mudar de carreira há três anos, apostando na produção de produtos de cuidado capilar e para pele com baixo impacto ambiental. Em um compromisso com o planeta e com as gerações futuras, além de ser dedicada na produção limpa e livre de plásticos, a OR Natural busca valorizar os produtos regionais de sua comunidade.

Um estilo de vida passado entre as gerações na sua família, conta Isis. Inspirada pela avó Luzia, ela menciona sobre as mulheres da família terem explorado os benefícios que as plantas, raízes, frutos e minerais poderiam oferecer no dia a dia.

“A nossa família foi a inspiração, desde o princípio. A nossa avó Luzia sempre nos ensinou tudo sobre o autocuidado, sobre o que a natureza pode nos oferecer. E isso foi transmitido para a nossa mãe e depois para a gente”, destaca Isis.

Em cada barra de xampu, condicionador e sabonete produzido pela marca, elas trazem também uma preocupação relacionada à sustentabilidade e a apreciação dos atributos regionais do seu estado. De acordo com Isis, por meio de parcerias, capacitação e colaboração, a marca

caminha para o enriquecimento de toda a comunidade próxima, impulsionando os laços e o desenvolvimento sustentável.

Mas os caminhos não começaram com facilidade. E para as irmãs que embarcaram em um mundo diferente da formação, a capacitação foi essencial para conseguirem manter o negócio ativo.

“Uma das dificuldades principais que tínhamos era sobre regulação, e estarmos em acordo com todas as legislações vigentes nos âmbitos municipais, estaduais e federais. Por sermos pequenas, isso acabou sendo difícil, pois é um processo oneroso, que leva tempo”, relata,

Formada em engenharia civil, Isis agora caminha para a expansão e qualidade do seu negócio, cursando a formação técnica em química. A produção, anteriormente realizada em um sítio da família, também ganha os espaços da primeira fábrica, também em Sabará. “Conseguimos passar por todas as aprovações para termos essa chancela de primeira agroindústria familiar de xampu em barra do Brasil”, celebra.

“Queremos que os cosméticos sólidos alcancem cada vez mais pessoas, e que essas passem a optar por não descartar plástico e a espuma tóxica desses resíduos do meio ambiente”, afirmou.

Apesar de ter a mesma função de xampus e condicionadores líquidos, produtos capilares sólidos não possuem água em sua composição. Na formulação das barras, os ingredientes são prensados, sem o uso de químicos adicionais. Pela sua forma física e estabilidade, não necessitam do uso de embalagens plásticas

Um item que tem ganhado popularidade nos últimos anos são as Ecobags. O termo é usado para denominar sacolas reutilizáveis, planejadas para serem utilizadas mais de uma vez, substituindo o uso de sacolas plásticas de uso único. O nome vem do inglês, misturando as palavras “ecológico” e “bag” (sacola em inglês), reforçando a função sustentável



Foto: Renato Braga

A técnica Upcycling ou reutilização é uma alternativa criativa de reaproveitar peças que seriam descartadas para a criação de novos produtos. Geralmente, peças reutilizadas acabam se tornando artigos diferentes do que eram no início

Artesanato como fonte de renda

Há pouco mais de sete anos, Meyre Lins coordena o Projeto Modelando a Vida, que gera trabalho e renda para mulheres moradoras do Distrito Federal, na confecção de bolsas ecológicas feitas com material reaproveitado. Com a técnica de upcycling (ver foto), as bolsas são feitas com materiais doados que seriam encaminhados para descarte ou incineração.

Criado pelas ex-jogadoras da seleção brasileira de vôlei Ricarda

Negrão e Leila Barros, Meyre conta sobre que o projeto é uma oportunidade de trabalho para mães de alunos da escolinha de vôlei. “Nossa motivação advém destes dois pilares: ajudar pessoas e preservar o meio ambiente”, afirma Meyre.

“Nosso foco é a trabalhabilidade de donas de casa e o reaproveitamento de materiais, buscando preservar o meio ambiente. Fazemos ecobags com lonas vinílicas e tecidos. Entretanto, nossas dificuldades são muitas, principalmente em relação à capacitação da equipe e de colocarmos o produto no mercado. A nossa

estratégia tem sido atender por encomendas e atacado”, relata.

“Mas também tivemos muito aprendizado. Em função do prestígio das atletas (Leila e Ricarda), recebemos muita ajuda”, destaca.

Em contribuição com o projeto, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) promoveu cursos de capacitação em costura industrial; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) ajudou na definição do produto, e o Serviço Social da Indústria (Sesi) financiou a montagem da oficina.



Foto: Renato Braga

Empreendedorismo e assinatura cultural indígena: a artesã Cristiany Togojebado gerencia o próprio negócio

Aprendizados e adaptações

Para a artesã Cristiany Togojebado, gerenciar um negócio trouxe também necessidade de adaptações. Criadora da Artesanato Boe Bororo, ela conta que, com o lançamento da marca no início da pandemia, as dificuldades de vender suas peças presencialmente fizeram com que ela tivesse de explorar nas redes sociais um modo de garantir o sustento de sua família.

“Surgiu a oportunidade de vender pelo Instagram. Mesmo não sabendo muito mexer com a internet, a necessidade me fez aprender. E aí que tudo começou, as vendas multiplicaram e até hoje trabalho com a loja online.”

Mulher indígena, ela traz em suas criações um resgate e a valorização de várias etnias. “Eu vivo do artesanato, por meio dele que eu sustento minha família.”

Segundo ela, a perseverança foi algo essencial para a conquista de seu espaço. “A sociedade ainda não aceita uma mulher ser independente e chefe de família. Em alguns eventos, é difícil conquistarmos um espaço. Temos que lutar e perseverar. Mas o que aprendi foi: nunca desistir diante das dificuldades e das portas que se fecham para nós, mulheres”, relata.

Nasce um filho e uma mãe trabalhadora

Ainda segundo o levantamento feito pela Quintessa e pela Pipe

Social, em uma entrevista com 11.174 empreendedores de impacto, é visto que 65,5% desses negócios são predominantemente femininos, com mais de 50% do time composto por mulheres e cerca de 48% são lideradas por mulheres.

Entretanto, Carla relata que, no meio empreendedor, as mulheres precisam ser ainda mais resilientes para conseguir manter o negócio vivo. “Uma das principais (dificuldades) é aliar o propósito de transformação social à sustentabilidade financeira da empresa. Também temos a tripla jornada de trabalho das mulheres, com família e tarefas domésticas, além de uma maior dificuldade de acesso a crédito e à inovação para o empreendimento”, aponta.

Compre de uma Mãe

Buscando construir uma rede de apoio às mulheres mães que estavam sem emprego, em dezembro de 2020 é fundado o Compre de uma Mãe. Idealizado pela jornalista Karen Louise, ela conta sobre a ideia ter surgido após o nascimento do seu segundo filho e de ter ficado sem trabalho devido à pandemia de covid-19.

“Em dezembro de 2020 tive a ideia de criar a rede. Especialmente por conta do Natal, esse é um mês que vende muito. As pessoas compram muitos presentes. E nesse momento eu identifiquei que não era a única que estava sem trabalho. Eu vi que tinha outras mães perto de mim passando pela mesma situação”, conta.

Com mais duas cofundadoras e mães, Milena Magalhães e Dalila Soares, Karen conta que o Compre de uma Mãe serve como uma vitrine de divulgação dos produtos e serviços das mulheres da região. Além

disso, as parceiras também possuem a oportunidade de realizar cursos de capacitação online para fortalecerem seus negócios.

“Elas têm a oportunidade de divulgar o trabalho delas. Eu tive relato de uma mãe que está vendendo seus produtos para Mato Grosso, outra que vendeu para o Paraná, então, além de estar movimentando vendas dentro das cidades, o site tem ultrapassado as fronteiras”, destaca.

Segundo dados da pesquisa “Licença-maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil”, feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cerca de 48% das mulheres são demitidas após a licença maternidade. “Muitas ficam sem emprego ao fim do afastamento e, a partir disso, precisam trabalhar por necessidade. Elas buscam algo para fazer para gerar uma receita para a família”, diz Karen.

Segundo o Sebrae, apesar de não existir uma receita que garanta o

sucesso do empreendimento social, é imprescindível o autoconhecimento dos trabalhadores sobre o seu negócio, além da busca por ampliar o conhecimento na sua área.

“O risco é inerente à atividade... dá muito trabalho e não é uma atividade que pode ser paralela. Ela costuma tomar todo o tempo laboral. Ter autoconhecimento é importante para conseguir aprimorar características pessoais. É preciso fazer redes de parcerias e contatos, além de se planejar e buscar conhecimento do mercado no qual se quer atuar para o negócio continuar prosperando”, reforça.

“Acho que quando temos um propósito muito claro, é difícil a gente desistir daquilo que a gente quer, então, se eu tivesse um conselho para dar, seria identificar o seu propósito. Identifique algo que você gosta, que esteja alinhado com seus valores de vida, com isso, conseguimos trabalhar muito mais pelo propósito”, expressou Karen.

Ao lado de outras mães, a jornalista Karen Louise empreendeu com o projeto “Compre de uma mãe”



Pesquisa sobre a participação de mulheres no mercado de trabalho leva Nobel de economia em 2023 ▶

A norte-americana Claudia Goldin, 77, recebeu o Prêmio Nobel de economia pela pesquisa sobre a história da participação de mulheres no mercado de trabalho. Professora da Universidade Harvard, Goldin é a terceira mulher a ser contemplada com o prêmio. Desde 1980, a professora se dedicou à aplicação de métodos na área da história econômica que pudessem demonstrar a influência de certos fatores na oferta e procura de trabalho feminino. Um deles diz respeito à oportunidade de mulheres conciliarem a ocupação formal com a constituição de uma família. A pesquisa não só aponta as dificuldades enfrentadas por mulheres, como busca destacar as conquistas e impactos positivos delas no desenvolvimento econômico global.



Foto: Reprodução

Foto: Reprodução



◀ Fuvest inclui 10 autoras femininas em lista de obras obrigatórias

A Fuvest divulgou a atualização dos conteúdos literários de conhecimento obrigatório para quem busca vaga na universidade. Nas edições de 2026 a 2028, apenas obras escritas por mulheres, em língua portuguesa, serão cobradas pela prova. Ao Jornal da USP, a presidente do Conselho Curador da Fuvest e vice-reitora da USP, Maria Arminda do Nascimento Arruda, destacou sobre a ideia é valorizar as autoras, as quais muitas foram alvo, por décadas, de invisibilidade apenas por serem mulheres. A nova lista é integrada pelas seguintes escritoras: Nísia Floresta; Narcisa Amália; Júlia Lopes de Almeida; Rachel de Queiroz; Clarice Lispector; Sophia de Mello Breyner Andresen; Paulina Chiziane; Conceição Evaristo; Djaimilia Pereira de Almeida; e Lygia Fagundes Telles.

Paridade no audiovisual ▶

O Conselho Superior de Cinema, do Ministério da Cultura, retomou suas atividades com significativas mudanças. Após uma fase em inatividade, o órgão passou a ter um colegiado com paridade de gênero. A medida marca um avanço para a equidade de gênero no setor do audiovisual. Todas as regiões do país também estão representadas na mesa que irá auxiliar na formulação e execução de políticas públicas para o cinema nacional. As novas empossadas são Aletéia Selonk, Cíntia Domit Bittar, Debora Ivanov, Rosana Alcântara, Tatiana Carvalho Costa e Vânia Lima. As suplentes são Jaqueline Souza, Joyce Prado, Jussara Locateli, Luiza Lins, Mariza Leão e Paula Gomes. A ministra da Cultura, Margareth Menezes, e a secretária do Audiovisual, Joelma Gonzaga, também integram o Conselho.



Foto: Antônio Cruz - Agência Brasil

Foto: José Cruz - Agência Brasil



◀ Dia da Visibilidade Trans reúne ativistas na capital federal

No dia 28 de janeiro de 2024, Brasília recebeu a primeira 'Marcha Trans do Brasil', em celebração aos 20 anos do Dia da Visibilidade Trans, comemorado em 29 de janeiro. Grafada com S, a 'Marcha' faz homenagem à ativista travesti norte-americana Marsha P. Johnson, que batalhou pelos direitos LGBTQIA+, entre 1960 e 1970. As deputadas federais Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP), são madrinhas da ação. No ato, ocorreram manifestações pelos direitos jurídicos de pessoas trans, como contra o novo RG, que mantém o "nome morto" junto ao nome social, além de incluir o campo "sexo"; e a favor de cotas nas universidades e concursos públicos.

SUGESTÕES DE LEITURA

EU TENHO UM NOME (INTRÍNSECA, 2021)

Por Chanel Miller e Carolina Selvatici | “O livro de memórias de Chanel Miller reverbera a dor de várias mulheres que buscam o caminho da justiça para reparar o trauma do abuso e se veem muitas vezes presas em uma armadilha de humilhações, vergonha e sofrimento.”

NÓS...MULHERES DO SÉCULO PASSADO (MÁQUINA DE LIVROS, 2023)

Por Vilma Piedade, Andréa Pachá e Cristina Gaulia | Uma coletânea de histórias escritas por 76 autoras de diferentes origens e trajetórias, cores, orientações sexuais, idades e profissões. São relatos individuais, fortes e ao mesmo tempo sensíveis, que compõem um olhar feminino sobre temas tão relevantes quanto atuais: amor, trabalho, fé, maternidade, envelhecimento, racismo e machismo, entre outros.

UM DEFEITO DE COR (INTRÍNSECA, 2021)

Por Ana Maria Gonçalves | “A história de uma africana idosa, cega e à beira da morte, que viaja da África para o Brasil em busca do filho perdido há décadas. Ao longo da travessia, ela vai contando sua vida, marcada por mortes, estupro, violência e escravidão”.

FILMES

ENTRE MULHERES (AMAZON PRIME VIDEO, 2023)

Baseado no livro homônimo de Miriam Toews e inspirado em eventos reais ocorridos na colônia de Manitoba, na Bolívia, Entre Mulheres segue as mulheres da comunidade religiosa que lutam para conciliar sua fé com a realidade.

NIMONA (NETFLIX, 2023)

Um cavaleiro é acusado de um crime que não cometeu, e a única pessoa que pode ajudá-lo a provar sua inocência é Nimona, uma adolescente que muda de forma e que também pode ser um monstro que ele jurou matar.

I WANNA DANCE WITH SOMEBODY (HBO MAX, 2022)

Descoberta pelo executivo da gravadora Clive Davis, Whitney Houston alcançou a fama na década de 1980 e se tornou uma das maiores cantoras de sua geração.

SÉRIE

AS LEIS DE LIDIPOËT (NETFLIX, 2023)

Série inspirada na história real da primeira advogada italiana, Lidia Poët. Na Itália do século 19, Lidia (Matilda De Angelis) sonha em ser a primeira mulher advogada do país. Entretanto, os padrões de gênero da época, somado a pressão para que Lídia abandone seu objetivo é grande, vindo tanto de colegas e da própria família quanto do Tribunal, que a proíbe de exercer a advocacia.

CANGAÇO NOVO (PRIME VÍDEO)

Ubaldo recebe uma herança que mudará seu destino para sempre. No coração do deserto do nordeste, ele se tornará o líder de um bando de bandidos impiedosos, cumprindo o legado de seu pai biológico - um mítico “Cangaceiro”.

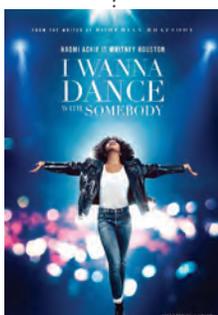
PODCASTS

MAMILOS

O Mamilos - Diálogos de peito aberto é um podcast semanal que busca nas redes sociais os temas mais debatidos (polêmicos) e traz para mesa um aprofundamento do assunto com empatia, respeito, bom humor e tolerância. @mamilospod.

MULHERES IMIGRANTES

Um espaço para contar histórias de mulheres que decidiram desbravar o mundo, longe de casa. Episódios quinzenais.



- 1. MISOGINIA** | Apresente o significado deste termo aos alunos e divida a turma em grupos. Peça para cada grupo trazer exemplos de misoginia na sociedade brasileira, em diferentes aspectos: na história, no mercado de trabalho, na publicidade, nas famílias e em manifestações culturais (música, cinema, TV etc).
- 2. POLÍTICA** | Convide uma mulher que já foi prefeita ou vereadora na cidade, de preferência alguém fora do pleito eleitoral de 2024, para dar um depoimento sobre os desafios e motivações que a levaram a escolher a profissão: da candidatura à eleição. Como é ser mulher na política?
- 3. PENSADORAS NEGRAS** | Estimule os alunos a fazerem uma pesquisa sobre autoras negras – brasileiras ou não. Quais obras produziram? Quais temáticas abordaram? Qual a importância dos temas sobre os quais escreveram?
- 4. DIVERSIDADE E INCLUSÃO** | Promova um debate sobre o conceito de diversidade de pessoas, em diferentes aspectos: etnias, culturas, idade, capacidade cognitiva, gênero, crenças, interesses pessoais e escolhas profissionais. Como a diversidade cultural favorece a sociedade? Qual a diferença entre diversidade e inclusão? Como está a diversidade e a inclusão na minha escola?
- 5. PROFISSÕES** | Peça aos alunos para fazerem uma pesquisa sobre as profissões que as mulheres não exerciam no passado e que hoje elas exercem: quais trabalhos somente os homens faziam? Por que a situação mudou? Quais espaços profissionais elas ainda não ocuparam e que poderiam ocupar? Quais são as profissões do futuro – para as mulheres e os homens?

**Diretoria Executiva da CNTE
Gestão 2022/2026**

PRESIDENTE

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

VICE-PRESIDENTA

Marlei Fernandes de Carvalho (PR)

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa Lima (DF)

SECRETÁRIA CERAL

Fátima Aparecida da Silva (MS)

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberto Franklin de Leão (SP)

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Guelda Cristina de Oliveira Andrade (MT)

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Luís Carlos Vieira (SC)

SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL

Alessandro Souza Carvalho (CE)

SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO

Marta Vanelli (SC)

SECRETÁRIA DE ORGANIZAÇÃO

Mariálda de Abreu Araújo (MG)

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Ivonete Alves Cruz Almeida (SE)

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

SECRETÁRIO DE APOSENTADOS E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Sergio Antônio Kumpfer (RS)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS

Edson Rodrigues Garcia (RS)

**SECRETÁRIA DE SAÚDE DOS(AS)
TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO**

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Cleiton Gomes da Silva (SP)

SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

José Christovam de Mendonça Filho (ES)

SECRETÁRIO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

José Carlos Bueno do Prado (SP)

SECRETÁRIO DE COMBATE AO RACISMO

Carlos de Lima Furtado (TO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Mario Sergio Ferreira de Souza (PR)

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Carlos de Lima Furtado (TO)

Kátia Cilene de Mendonça Almeida (AP)

Guilherme Mateus Bourscheid (RS)

Girlene Lázaro da Silva (AL)

José Valdivino de Moraes (PR)

Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Valéria Conceição da Silva (PE)

Raimundo Nonato Costa Oliveira (MA)

COORDENADORAS DO DESPE

Cida Reis (PR)

Rosane Zan (RS)

COORDENADORES DO COLETIVO DA JUVENTUDE

Bruno Vital (RN)

Luiz Felipe Krehan da Silva (SP)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Marco Antonio Soares (SP)

Ronildo Oliveira do Nascimento (PE)

Doris Regina Acosta Nogueira (RS)

Soraya Maria Cordeiro de Sousa (PB)

Maria Eduarda Quiroga Pereira Fernandes (RJ)

Luiz Fernando de Souza Oliveira (MG)

Sueli Veiga Melo (MS)

Claudio Antunes Correia (DF)

Alex Santos Saratt (RS)

Amarildo Silveira Pereira (MA)

Ionaldo Tomaz da Silva (RN)

Cassio Ricardo Ritter (Cpers/RS)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

Ivanéia de Souza Alves (AP)

Ornildo Roberto de Souza (RR)

Arnaldo Bruno Lopes Vidal (RN)

Maria Leônia Gomes de Lima (PB)

Iara Gutierrez Cuelar (MS)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Joseilda Vicente Lima Barboza (PE)

Maria Léa Lima de Almeida (PI)

Fábio Henrique Oliveira Matos(PI)

QUARTO DE DESPEJO

*Quando infiltrei na literatura
Sonhava so com a ventura
Minhalma estava chêia de hianto
Eu nao previa o pranto. Ao publicar o Quarto de Despejo
Concretisava assim o meu desejo.
Que vida. Que alegria.
E agora... Casa de alvenaria.
Outro livro que vae circular
As tristêsas vão duplicar.
Os que pedem para eu auxiliar
A concretisar os teus desejos
Penso: eu devia publicar...
– o 'Quarto de Despejo'.*

*No início vêio admiracão
O meu nome circulou a Nação.
Surgiu uma escritora favelada.
Chama: Carolina Maria de Jesus.
E as obras que ela produz*

*Deixou a humanidade habismada
No início eu fiquei confusa.
Parece que estava oclusa
Num estôjo de marfim.
Eu era solicitada
Era bajulada.
Como um querubim.*

*Depôis começaram a me invejar.
Dizia: você, deve dar
Os teus bens, para um assilo*

*Os que assim me falava
Não pensava.
Nos meus filhos.*

*As damas da alta sociedade.
Dizia: praticae a caridade.
Doando aos pobres agasalhos.
Mas o dinheiro da alta sociedade
Não é destinado a caridade
É para os prados, e os baralhos*

*E assim, eu fui desiludindo
O meu ideal regridindo
Igual um cõrpo envelhecendo.
Fui enrrugando, enrrugando...
Petalas de rosa, murchando, murchando
E... estou morrendo!*

*Na campa silente e fria
Hei de repousar um dia...
Não levo nenhuma ilusão
Porque a escritora favelada
Foi rosa despetalada.
Quantos espinhos em meu coração.
Dizem que sou ambiciosa
Que não sou caridosa.
Incluíram-me entre os usurários
Porque não critica os industriaes
Que tratam como animaes.
– Os operários...*

Carolina Maria de Jesus é uma das mais importantes escritoras negras da literatura brasileira. Sua obra tem relevância não só literária, mas também política. Apesar de ter apenas dois anos de estudo formal, ficou nacionalmente conhecida em 1960, com a publicação de seu livro **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, no qual relatou o seu dia a dia na favela do Canindé, na cidade de São Paulo.

Fonte: Quarto de despejo – Diário de uma favelada. Editora Ática - 10ª edição

